



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 107

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 28 de Setembro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se directamente na **Agenda da Reunião**.

1. Interpelação ao Governo Regional sobre a “Actual situação financeira da Região, as negociações com o Governo da República no âmbito do Protocolo de Entendimento, e as perspectivas para o Orçamento Regional de 2012”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Marinho (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), José Rego (*PS*), Francisco César (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

No seguimento da primeira intervenção do Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), e na sequência de um aparte proferido pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), foi feita uma interpelação à Mesa pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/2011 – “Reestrutura o sector empresarial regional na área da gestão do ambiente”, apresentada pelo Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Após a apresentação usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Bárbara Chaves (*PS*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2011 – “Estrutura o Parque Marinho dos Açores”, apresentada pelo Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Usaram da palavra no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Ribeiro (*PSD*), José Cascalho (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Após a votação, usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011 – “Regime geral de prevenção e gestão de resíduos”, apresentada pelo Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Após a apresentação usaram da palavra no debate os Srs. Deputados Paulo Ribeiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Bárbara Chaves (*PS*) e Luís Silveira (*CDS/PP*).

Após o debate, procedeu-se à votação na generalidade tendo o diploma sido aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.
Vamos começar os nossos trabalhos de hoje com a chamada.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Paulo Jorge Silva **Ribeiro**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a **Interpelação ao Governo Regional sobre a “Actual situação financeira da Região, as negociações com o Governo da República no âmbito do Protocolo de Entendimento, e as perspectivas para o Orçamento Regional de 2012”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE”.

Regem nesta matéria os tempos globais fixados em Conferência de Líderes:

- 30 minutos para o interpelante, o Governo e o PS, respectivamente e cada um;
- 20 minutos para o PSD;
- 15 minutos para o CDS/PP;
- 10 minutos para as Representações Parlamentares do PCP e do PPM, respectivamente.

De acordo com o nosso Regimento dou a palavra à interpelante para iniciar o debate. Tem a palavra a Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera ter chegado o momento de interpelar o Governo Regional sobre a actual situação financeira da Região, sobre as negociações com o Governo da República (no âmbito do Protocolo de

Colaboração e Entendimento) e, conseqüentemente, sobre as perspectivas para o Orçamento Regional de 2012, cuja elaboração está em curso.

Importa começar por contextualizar a nossa iniciativa.

A pretexto da crise das finanças públicas e das imposições da Troika internacional, o governo PSD/CDS está a desencadear um ataque sem precedentes contra os/as trabalhadores/as do nosso País.

Todo o arsenal ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Arsenal! Que adjectivos!

A Oradora: ... conservador/liberal e revanchista contra o mundo do trabalho está em marcha, pela mão deste Governo da República.

Como se não bastasse o acentuar da desigual distribuição de riqueza, provocada pela governação socialista - que nos colocou na cauda da União Europeia, neste particular -, temos agora o arrasar dos direitos do trabalho.

A ignomínia chega ao ponto (como foi anunciado, na Segunda Feira passada) de obrigar um desempregado a ocupar um posto de trabalho por 420 euros por mês, sob pena de tudo perder se não aceitar.

Hoje, os/as portugueses/as estão sob uma chantagem feroz: - ou o que o governo diz, ou nada; aceitar e calar é a democracia imposta pelo sorridente Paulo Portas, pelo afável Passos Coelho e pelo seráfico Vitor Gaspar das Finanças.

O Partido Socialista aos costumes disse nada, amarrado como está ao acordo da troika e mais interessado em negociar o novo pacote eleitoral das Autarquias e da Assembleia da República, por forma a garantir, na secretaria, a repartição do poder entre PS e PSD.

Mas, se na área laboral, é o terramoto - tão ao gosto da direita mais cavernosa deste país -, este governo também não esconde os resquícios centralistas, historicamente tão do seu apanágio.

Deputado João Costa (PSD): As sondagens que o digam!

A Oradora: Se a forma como o actual Presidente da República lidou com o processo da Estatuto dos Açores parecia um caso isolado, já a forma grotesca como o ministro Miguel Relvas lidou com a questão da RTP/Açores, longe de

ser mais um caso, é sim a confirmação centralista desta maioria, no Governo da República.

Perante as falcatruas do governo de Alberto João Jardim, na Madeira, a forma capciosa como o ministro Vitor Gaspar, perante a opinião pública nacional, tentou englobar os Açores no mesmo rol de desvario orçamental e de dívidas, não é politicamente inócuo; é mais uma confirmação de que a Autonomia, tal como a hoje conhecemos, tem um inimigo sério, neste governo.

Tendo como base a Constituição, a Autonomia progrediu e tem sido o principal factor do desenvolvimento e das melhores condições de vida que as actuais gerações usufruem, hoje, nos Açores, apesar de tudo. A Autonomia alicerça-se em duas traves mestras: o Estatuto Político-Administrativo e a Lei de Finanças Regionais, contratos claros entre a República e os Açores.

A pergunta que se coloca, dado o endeusamento que o PS faz do acordo da Troika é Esta: as leis deste país já não contam, já não estão em vigor? Voltámos ao passado, a negociar com a República à *la carte* e não na base do Estatuto e da Lei de Finanças Regionais?

Vai o Governo Regional aceitar esta situação?

Parece que sim.

O desrespeito evidenciado por esta Assembleia Legislativa - órgão máximo da Autonomia -, enquanto anda a negociar com o Governo da República o futuro imediato dos/as Açorianos/as, não é um bom sintoma.

Para o Bloco de Esquerda, esta atitude do Governo Regional não é só uma falta à democracia, é sobretudo uma fragilização da própria Autonomia.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Segundo os dados disponíveis, até hoje, os Açores cumprem os critérios do euro, no que diz respeito às suas traves mestras: o deficit orçamental e a dívida.

A estéril polémica instalada sobre a real dívida dos Açores, pode servir os jogos eleitorais do PSD e do PS, para daqui a um ano, mas não serve os Açores e fragiliza-os, interna e externamente.

Se o PSD tem dúvidas fundadas sobre a transparência das contas públicas, só tem uma coisa séria a fazer: pedir, nesta Casa, uma auditoria às mesmas. Terá o nosso voto favorável e, como quem não deve não teme, a maioria fará, certamente, o mesmo.

“Os Açores estão primeiro” não pode ser um estribilho da retórica parlamentar; antes tem de ter consequências e seriedade.

Se, de facto, as contas estão certas, porque hão-de ser os/as Açorianos/as penalizados/as no seu desenvolvimento?

Sempre dissemos que a política da Troika, apoiada pelo PS/PSD/CDS, iria levar o país a um desastre económico e social. Ora, bastaram três meses para tornar tudo isto mais claro: a dívida, em 2013, será bastante superior à de 2010.

A recessão económica será mais profunda do que a esperada; bastou um mês, para que o professor Vitor Gaspar provasse que também se engana: afinal, recessão, em 2012, já não é de 1,8% mas sim de 2,5%. Sabendo nós que as previsões dos níveis de desemprego também estão em causa (infelizmente, para pior), é caso para dizer que se engana e muitas vezes de mais.

Como sempre dissemos, os Açores, apesar de tanto mar, não estão fora do mundo e messias mais ou menos messiânicos não fazem parte, nem do nosso horizonte político, nem da nossa forma de encarar a história.

Deputado Berto Messias (PS): Não diga isso!

A Oradora: E aí está a insustentável continuação do aumento do desemprego na Região – ultrapassámos, na realidade, a barreira dos 10% - para o provar.

De há anos a esta parte, é um número tragicamente em ascensão e, como se disse no Congresso do Partido Socialista, ainda recentemente, estes números representam pessoas, milhares de pessoas que sofrem.

Exigem-se, pois, outras políticas para inverter esta situação.

Vai o Governo Regional e a maioria que o suporta aceitar o terramoto fiscal que o Governo da República se prepara para impor na Região?

Tratam-se, não só de aumentos directos e indirectos, no que toca ao IRS e ao IVA, mas também da diminuição, em 10%, do diferencial, nas taxas de IVA,

IRC e IRS e, como se não bastasse, o mais que provável aumento para a taxa máxima do IVA, nos sectores do Turismo e da Agricultura.

Isto, para os Açores, não é um choque fiscal; isto, repito, é um autêntico terramoto, na economia da Região, com todas suas as consequências negativas.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Mesmo o eventual reforço da angariação fiscal, por parte do Governo Regional, será transitório.

Está na hora de dizer: deixem-nos trabalhar, não nos cortem as mãos e os braços.

Vai o Governo Regional aceitar a actual política do Governo da República sobre a Caixa Geral de Depósitos, privando-a da sua capitalização e assim impedindo, desde logo, o refinanciamento do Governo Regional ou, mais grave ainda, a completa asfixia económica das empresas nos Açores, com o subsequente encerramento de muitas delas?

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Ou vai ombrear com aqueles que querem lutar contra o desastre e obrigar, nomeadamente, o parceiro de coligação - o CDS - a cumprir a promessa eleitoral de tornar a Caixa Geral de Depósitos num verdadeiro banco de fomento da economia portuguesa?

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Vai o Governo Regional aceitar, na esteira do Governo da República, o desastroso negócio de privatizar as empresas e serviços estratégicos da Região?

Na República, até o insuspeito Medina Carreira demonstra, de forma simples, quão má para o país é tal decisão.

Os primeiros anúncios do Senhor Presidente do Governo Regional não auguram nada de bom sobre esta matéria. Somados às propostas saídas do Congresso do PS, tudo indica que, com o pretexto das imposições e das inevitabilidades, lá irá o Partido Socialista, mais uma vez, fazer o frete à direita e ao capital, sonegando aos/às Açorianos/as meios decisivos para o seu desenvolvimento harmonioso e para trazer mais democracia à Região.

Vai o Governo Regional acentuar a política de pagamento das taxas moderadoras, já que num ano deixou de ser o exemplo da governação socialista, sobre esta matéria? Vai o Governo Regional enveredar pela política do PSD/CDS de quem quer saúde paga-a, numa estratégia que, a prazo, garantirá uma saúde para os ricos e outra para os pobres?

Na educação, vai prosseguir a lógica do Colégio do Castanheiro, sob a falácia da ‘livre escolha’?

Na Função Pública, vai seguir as chamadas imposições, trazendo para os Açores a malfadada ‘mobilidade especial’, herdada de Sócrates e que o actual ministro quer transformar na ante-câmara do desemprego de milhares de trabalhadores/as?

Por último mas não menos importante - já que hoje a transparência e o rigor são palavras da moda: quando é que o Governo Regional deixa de fazer vista grossa ao flagelo que é a economia paralela, na Região?

E ainda, para que o rigor e a transparência não sejam adornos na retórica, para quando um sério combate às derrapagens autorizadas, começando, por exemplo, com a alteração do Decreto Legislativo que as permite até 25%, em cada obra?

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Esperamos uma resposta cabal a estas perguntas. Estamos em vésperas da apreciação do Orçamento Regional. Esta interpelação pretende dar um contributo para a clarificação do estado da arte, na Região, tendo em conta a total desconsideração desta Assembleia, por parte do Governo Regional e a obrigação de esclarecer os/as Açorianos/as sobre uma questão vital: o Governo Regional prefere a ruínosa política do PSD/CDS, ou opta por minimizar os seus estragos? Quem está primeiro, afinal: o acordo da troika ou os Açores?

Muito obrigada.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Nos termos regimentais o Governo tem direito a intervir.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares é uma intervenção que pela sua substância, não se encontra, em grande parte das matérias, no âmbito das competências da Região Autónoma, não só nas competências de intervenção desta Assembleia, bem como no âmbito de competências do Governo Regional. Um conjunto de matérias que elencou de preocupações e de opiniões que tem sobre determinadas matérias na sua generalidade são, como sabe muito bem, competência dos órgãos da República e não dos órgãos regionais.

No entanto, sobre estas matérias, eu gostaria de dizer duas coisas que são importantes e nalgumas coisas sublinhar aquilo que foi uma preocupação da Sra. Deputada Zuraida Soares, que nós acompanhamos, e que é efectivamente a preocupação que nós sentimos da situação de descalabro que aconteceu na Região Autónoma da Madeira ser matriz e potenciadora do desenvolvimento de sentimentos de alguns centralistas contra as regiões autónomas, na sua globalidade.

Isso é um assunto que nos deve unir a todos e o combate a essa janela de oportunidade, que identificando o problema da Madeira, tem na sua essência o objectivo de reduzir as competências, os recursos das regiões autónomas, deve ser denunciado por todos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Permitam-me que vos recorde aqui uma declaração pública que ontem foi feita pelo líder do PSD/Porto que é de uma gravidade extrema para as regiões autónomas e para o entendimento do estado sobre as regiões.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Qual é a matéria da interpelação?

O Orador: O que o líder do PSD/Porto disse ontem claramente é que os açorianos e os madeirenses não devem ter direito a impostos mais baixos que os continentais;

O que o líder do PSD/Porto disse ontem foi que os açorianos e madeirenses não dever ter direito a combustíveis mais baixos do que o continente;

O que o líder do PSD/Porto disse ontem é que os açorianos e os madeirenses devem pagar portagens como os continentais;...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor vai para o Porto a seguir?

O Orador: O que o líder do PSD/Porto disse ontem é que os açorianos e os madeirenses não podem ter taxas moderadoras na saúde mais baixas que o continente, ...

Deputado Mark Marques (PSD): E o que é que temos a ver com isso?

O Orador: ... ou seja, o que nós estamos a assistir hoje e que nos deve unir a todos, independentemente...

(Apartes entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... das diferenças partidárias que são legítimas, independentemente daquilo que são as questões que no debate parlamentar e na divergência dos partidos podem e devem ser discutidos, ...

Deputado João Costa (PSD): Para não falar das coisas regionais, vamos à caça das bruxas centralistas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Bruto da Costa...

O Orador: ... eu queria salientar que essas matérias têm o seu espaço e o seu lugar.

Muito mais importante que isso, e permitam-me sublinhar um artigo do Sr. Deputado Artur Lima, recentemente na comunicação social que subscrevo: “em todos nós neste momento, onde pelo facto de ter havido um descalabro na Madeira se assiste a uma tentativa dos principais agentes do centralismo atacarem as conquistas das regiões autónomas, o que devemos ter, todos, em conjunto, e em primeiro lugar é os Açores, em segundo lugar os Açores, em terceiro lugar os Açores e só a seguir os nossos interesses partidários”. É isto o cerne da questão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Esta interpelação é sobre?

O Orador: Segunda componente desta matéria: nós sentimos também, e ontem foi mais um exemplo disso, que temos de ter cuidado com alguma comunicação social que divulgou dados que não são também verdade e que têm que ser esclarecidos.

Quero dizê-los aqui claramente. É completamente falso que a diferença nos últimos oito anos das transferências para a Região Autónoma dos Açores e para a Região Autónoma da Madeira seja de 800 milhões.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas é preciso não encobrir a Madeira.

O Orador: Isto foi mais uma tentativa de encobrir uma situação de derrapagem financeira, que tem como objectivo tentar por essa via justificar o injustificável e essencialmente criar condições para reduzir as transferências para as regiões autónomas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Quero aqui dizer que ao longo dos últimos 8 anos efectivamente a diferença de transferências entre os Açores e a Madeira, se englobarmos todas as componentes da Lei de Finanças Regionais, ou seja, a alteração dos critérios de distribuição fiscal, mais os artigos 37º. e 38º. que definem o montante das transferências, não são 800 milhões, mas sim 108 milhões, 370 mil euros, em 8 anos, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já ninguém acredita no senhor!

O Orador: ... o que dá uma diferença entre as duas regiões de 13 milhões, 546 mil euros, apenas, ou seja, nesta componente global da Lei de Finanças Regionais, o diferencial é de 4% apenas.

Eu pergunto: duas regiões com a mesma população, uma região com 9 ilhas, outra com 2, é ou não justo termos um diferencial de apenas 4%, ou menos, nas transferências entre as regiões?

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

O Orador: Permitam-me para concluir esta primeira intervenção só as matérias essenciais do nosso futuro.

Em relação ao nosso protocolo, e numa segunda intervenção poderemos abordá-lo com mais pormenor, aquilo que é o Protocolo de Colaboração e Entendimento com o Governo da República, ele foi proposto pelo Governo dos Açores com 3 objectivos claros que vão de encontro às preocupações da Sra. Deputada: definir com rigor, com transparência em toda a extensão, o relacionamento financeiro entre a Região e o Governo da República e o âmbito e a dimensão de aplicação do Memorando da Troika à Região. Precisamente e a bem das duas instituições, a bem do rigor e da transparência, fiquem claros os compromissos assumidos entre as duas partes.

Não é por isso um pedido de ajuda, é um Protocolo de Colaboração e Entendimento, de cooperação para concretizar objectivos comuns.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Tenho o gosto de aqui anunciar que quinta-feira passada recebemos a resposta do Governo da República, através dum ofício do Sr. Primeiro-Ministro, onde oficialmente concordou com a elaboração deste Protocolo de Cooperação e Entendimento, nos termos que o Governo Regional propôs.

Quero aqui deixar claro que nestas matérias o Governo dos Açores regista com muito apreço a colaboração e a cooperação que tem tido com o Governo da República, quer no âmbito do Gabinete do Sr. Ministro das Finanças, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... quer no âmbito do Sr. Primeiro-Ministro e particularmente do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Ministro da Economia também já deu boas notícias! O Secretário José Contente deve ter ficado contente!

O Orador: Quero aqui dizer que nós temos tido uma consonância de objectivos, uma consonância de estratégias e temos trabalhado em comum e em conjunto para a concretização dos objectivos que nos unem.

Deputado João Costa (PSD): Tem graça que esses não são do PSD, nem do Porto!

O Orador: Termino como comecei e citando mais uma vez o Sr. Deputado Artur Lima: “acho que neste momento difícil para o País, neste momento onde por via do descalabro e irresponsabilidade da Madeira existe uma tentativa grave de ataque às regiões autónomas, a todos nós, em primeiro lugar deve estar os Açores, em segundo lugar os Açores e em terceiro lugar os Açores”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Aqui na ordem de trabalhos tenho como título da sua interpelação a “**Actual situação financeira da Região, as negociações com o Governo da República no âmbito do Protocolo de Entendimento, e as perspectivas para o Orçamento Regional de 2012**”.

Ora, o que eu ouvi ali a Sra. Deputada fazer, foi só tecer considerações acerca da República.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ouviu mal! Não estava na sala!

O Orador: Sobre a actual situação financeira da Região, não ouvi a Sra. Deputada fazer qualquer referência ou apenas referências muito distantes e muito continentais.

Portanto, sobre a substância disse pouco e realmente preferiu... “Há mar e mar” como dizia e com tanto mar a senhora em vez de ficar nos Açores foi parar ao continente. Foi uma opção sua que naturalmente respeitamos e com toda a consideração aqui estou a participar no seu debate.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não lhe dá jeito neste momento!

O Orador: Queria também dizer o seguinte: relativamente ao que o Sr. Vice-Presidente falou e é muito importante focarmos todos esta mensagem e termos

todos essa preocupação. Os tempos que vêm vão ser muito difíceis, muito difíceis para os portugueses e quando eu digo portugueses digo açorianos, madeirenses, continentais, para mim são todos portugueses e obviamente mais difícil para os madeirenses, porque naturalmente e segundo os números que para aí existem, já devem o dobro dum outro qualquer português, têm uma dívida pública que é o dobro dum outro qualquer português.

Queria aqui fazer uma distinção muito clara entre o povo madeirense e a prepotência de Alberto João Jardim e do PSD da Madeira, que governa aquela região com autoritarismo há muitos anos, que domina o povo, que obriga a subserviência daquele povo e que é um povo que é massacrado por aquele autoritarismo há muitos e muitos anos e que se justifica em vitórias eleitorais sucessivas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, separar o povo madeirense do PSD/Madeira que felizmente não são iguais nem nunca serão, no futuro.

Relativamente à Lei das Finanças Regionais ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É preciso isolar a Madeira!

O Orador: ... eu próprio já o disse e continuo a dizer e julgo que foi um excelente instrumento de relacionamento entre a República e as Regiões Autónomas, mas com um erro. Devia ter desde o início havido uma Lei de Finanças Regionais para a Região Autónoma da Madeira, e uma Lei de Finanças Regionais para a Região Autónoma dos Açores, aí sim, é que se poderia fazer a verdadeira diferenciação positiva que sempre defendemos, em vez de andarmos aqui a medir quem recebeu mais e quem recebeu menos.

Quem se atreve a comparar a realidade madeirense com a realidade açoriana na sua dispersão geográfica, nas suas dificuldades, na sua ultrapeferia extrema não sabe o que é que está a dizer ou então di-lo de má-fé. Isto tem de ficar bem claro.

Sr. Vice-Presidente, se me permite uma proposta e o CDS está disponível para colaborar, participar e dar o seu penho nessa matéria: julgo que chegou a altura do Sr. Vice-Presidente e as Sras. e os Srs. Deputados serem proactivos.

A mim incomoda-me como açoriano, como ilhéu, nascido nesta terra o que se diz no continente sobre os Açores.

Incomoda-me porque somos uns privilegiados, porque temos IRS mais barato, porque temos uma série de taxas mais baratas, porque temos isto, temos aquilo.

Oh meus senhores, eu não tenho metro, eu não tenho comboio, eu não tenho o Teatro de S. Carlos, eu não tenho acesso à cultura como tem um continental, eu não tenho acesso à minha formação profissional como tem um continental, eu não tenho uma série de direitos no dia-a-dia, não tenho as maçãs a metade do preço, não tenho uma série de direitos que têm os continentais e, portanto, eu repudio essas afirmações que fazem os continentais, porque estão aflitos do bolso porque alguém os desgraçou e então agora pagam os açorianos.

Isto o CDS/Açores repudia veementemente, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Espero que a bancada reitere essa posição!

O Orador: A proposta que quero fazer aqui nesta casa é a seguinte: devemos ser proactivos. Fazemos campanhas turísticas e temos investido dinheiro nisso. Está na altura de fazer uma campanha de esclarecimento na comunicação social do continente, nem que para isso tenha que ser paga, mostrando as diferenças entre os Açores e a Madeira, mostrando aos continentais o que é a insularidade e mostrando aos continentais o que é a ultraperiferia, explicando estas medidas, estas que aqui foram ditas, explicando a diferença que há entre os Açores e a Madeira para não meterem tudo no mesmo saco.

É uma campanha que proactivamente e nesta altura de crise em que o povo naturalmente do continente está debilitado e que acredita em tudo o que lhe dizem.

Repudio também as declarações do Sr. Líder do PSD/Porto que são infelizes a todos os níveis, mas Sr. Vice-Presidente, infelizmente, centralistas há no meu partido, há no vosso e há naquele.

Deputado Francisco César (PS): A diferença é que mandamos nos nossos!

O Orador: Desses nem se fala. Esses são os hiper-centralistas. Desses não vale a pena falar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Esses quem?

O Orador: A extrema-esquerda.

Deputada Zuraida Soares (BE): Esses não são ninguém nesta casa!

O Orador: Mas recomendo-lhe também, Sr. Vice-Presidente, que leia um artigo do seu camarada Vital Moreira que também tem que se lhe diga.

Portanto, uma pessoa esclarecida, um bom professor catedrático, um homem de reconhecido mérito, que conhece os Açores e infelizmente também se atreve a escrever um artigo tão mauzinho e atacando as autonomias e o processo autonómico e ainda por cima para um constitucionalista, fica-lhe verdadeiramente mal.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começava por pegar nas palavras do Sr. Deputado Artur Lima e no apelo que fez, porque há uma matéria aqui essencial que o país todo tem que perceber: quando temos receitas de menos impostos somos nós a abdicar da receita.

Quando nós temos combustíveis mais baixos, somos nós a suportar esse custo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Por isso é que não se queixaram do turismo! Assinaram de cruz!

O Orador: Quando nós assumimos que não temos portagens nas nossas estradas, somos nós a assumir esse encargo; quando temos taxas moderadoras

na saúde mais baixas, somos nós a assumir as consequências decorrentes disto, ou seja, fazemos isso com o nosso dinheiro, com os nossos recursos e no âmbito das nossas competências.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: É isso que o continente tem claramente que perceber e é isso que o líder do PSD/Porto tem que perceber.

Não se tratam de benefícios, trata-se do exercício das nossas competências autonómicas, com as consequências em termos de receitas e dos custos daí decorrentes, por isso mesmo é bom que essa matéria, como referiu, seja claramente clarificada.

Não é benesse nenhuma, é uma opção gestonária dos órgãos próprios das regiões. É o exercício pleno da nossa autonomia de gestão dos recursos que é colocada em questão.

Por isso quando pagamos nos Açores menos IRS, menos IRC, menos IVA, é por duas ordens de razão: porque o custo de vida nesta Região, tendo em conta a sua dispersão arquipelágica, é claramente mais alto e mesmo assim nós é que suportamos as consequências disso em matéria de menos receitas fiscais.

Por isso como já foi dito várias vezes pelo Sr. Presidente do Governo é muito bom para todos no país que possamos fazer o seguinte exercício: em relação aos indicadores financeiros e económicos, coloquem em nome do rigor e da transparência, numa coluna o continente, noutra a Madeira e numa última, os Açores e comparem. Se todos fizerem esse exercício chegaremos todos à mesma conclusão e é um contributo claro para combater as tentações centralistas que existem em todo o lado e que aproveitam situações que não dignificam as autonomias, como aconteceu na Madeira, para em nome disso apenas resolver o problema onde ele existe, mas para atacar as autonomias na sua globalidade.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que este debate que o BE aqui nos propôs tem todo o mérito e é importante diferenciar três ou quatro assuntos que me parecem absolutamente estratégicos.

Em primeiro lugar, é evidente, que no actual contexto político, económico e mediático que se vive no país, é importante diferenciar as questões dos Açores e da Madeira. Não o digo só por patriotismo autonómico, por defender os interesses do povo que aqui represento nesta Assembleia, digo também na qualidade de Presidente Nacional do meu partido.

Nessa perspectiva eu considero que muitos dos comentários que têm sido feitos, colando as autonomias uma à outra, a da Madeira e a dos Açores, no que diz respeito aos problemas económicos que foram criados, eu penso que essa leitura é uma leitura pouco informada, é uma leitura que tem objectivos centralistas, é uma leitura que objectivamente prejudica a nossa terra e as nossas gentes.

O PPM é uma oposição frontal. Nós temos criticado muitas das opções económicas, muitas das opções políticas do Governo Regional, mas o que nunca viram nestes três anos neste Parlamento foi faltarmos ao sinal de chamada em defesa da autonomia, em defesa da dignidade dos Açores. Aí nós estamos com todas as forças políticas, estamos com o Governo Regional na defesa e na diferenciação daquilo que é justo, que é uma diferença fundamental entre os Açores e a Madeira.

Nós não estamos naquela situação financeira calamitosa e o mérito não é exclusivamente do Governo Regional. O mérito é também das oposições que aqui fiscalizam, porque aquela situação a que se chegou na Madeira, não é só responsabilidade do Governo Regional, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado.

O Orador: ... é também responsabilidade dos partidos que fazem oposição, que estão no Parlamento da Madeira e deixaram que a situação chegasse àquele extremo.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Neste sentido é importante referenciar que a responsabilidade é dos partidos da oposição que deixaram que aquela situação chegasse àquele extremo.

É muito importante que a comunicação social, as pessoas que têm responsabilidades políticas, sejam honestas e justas em relação à diferenciação entre as duas situações. É importante que se faça esta referência, em defesa dos Açores, porque eu não vou cavalgar: “Bom, os senhores também têm dívidas, ou temos uma situação que queremos empolar”. Não!

O que os senhores podem contar da parte do PPM é com uma oposição que é responsável.

Há um primeiro mandamento na nossa oposição política: defender sempre, sempre, sempre aqueles que são os interesses da Região. Não são interesses egoístas. Não são interesses de defender privilégios para os Açores. É muito importante que esta perspectiva também fique. É defender os interesses do país. Dum país que está como sabem no final dum processo histórico reduzido a um pequeno rectângulo na Península Ibérica.

São os Açores que lhe dão uma dimensão marítima extraordinária, nós somos responsáveis por 66% da dimensão marítima deste país. Nós damos-lhe uma dimensão de 4 milhões de quilómetros quadrados.

Nesse sentido é evidente que nós damos uma parte muito importante, os Açores são responsáveis por uma parte muito importante do futuro deste país, que está exactamente na economia de mar, que está na grandeza da nossa dimensão marítima. Nós somos a 11^o. potência marítima do mundo.

Nesse sentido é evidente que os Açores dão este enorme contributo. Que não se veja os Açores como um encargo. Veja-se os Açores com uma das últimas memórias de grandeza deste país.

É assim que os Açores têm que ser vistos e é assim que eu hoje comunico e transmito no meu partido como Presidente Nacional.

Devo dizer-vos que esta é a visão justa em relação à questão das autonomias, em relação à questão dos Açores.

Não somos encargo nenhum. Nós somos aquela perspectiva de futuro, de grandeza que este país ainda tem.

Este é o primeiro ponto que vos queria referenciar.

Já que falei na questão da dimensão marítima que atribuímos ao país quero dar-vos um exemplo, de como nós em muitas áreas, estamos sacrificados em relação à realidade do território continental.

A Zona Económica Exclusiva do território continental está blindada, tem as 200 milhas. A nossa não, foi reduzida para 100 milhas. Há aqui um diferencial. Existiu ali uma protecção específica para aquela zona marítima e essa mesma protecção não foi exercida nos Açores.

Poderia dar dezenas de exemplos destes, em que nas regiões, existe uma diferenciação entre a situação que se vive no território continental, entre a protecção que é dada aos interesses específicos do território continental e a protecção que é dada aos interesses dos Açores.

Neste caso da Zona Económica Exclusiva os Açores foram claramente a moeda de troca, no âmbito da política marítima que o país seguiu. Mas pronto, esse é o nosso contributo.

O que eu gostava é que os responsáveis políticos da República reconhecessem que nós temos um conjunto de contributos muito válidos para o país.

Em segundo lugar, dizer-vos o seguinte em relação ao crescimento económico da Região.

Aqui obviamente não posso estar de acordo.

Eu considero que ao longo destes anos, nós poderíamos ter implementado um ritmo de crescimento da Região, uma menor dependência em relação ao exterior.

A situação de fragilidade em que nos encontramos do ponto de vista político tem a ver com a situação de enorme fragilidade em relação à dependência económica que temos com o exterior.

Deputado Francisco César (PS): Olhe a distância, Sr. Deputado!

O Orador: O nosso Orçamento, as nossas receitas próprias só cobrem actualmente 47% das nossas despesas.

Este é um dos elementos que atribui maior fragilidade política à autonomia, é a nossa dependência em relação ao exterior.

Portanto, aqui o que é necessário é implementar políticas que promovam o crescimento económico, em primeiro lugar para o bem-estar das populações, mas também com uma importância geopolítica fundamental, terminar com a dependência que existe da Região em relação ao exterior, que é muito grande, é em mais de 50%.

É crucial para o sucesso da autonomia que esta dependência seja reduzida de forma muito significativa nos próximos anos.

São estas as duas questões fundamentais.

Da parte do PPM, e termino a primeira intervenção, esta mensagem final: nós somos diferentes e em relação ao enquadramento político e orçamental que será dado às questões das duas autonomias terá que existir o prémio para quem está numa situação em que não existe um diferencial acentuado, em relação à situação que se vive no resto do país e outra que foi governada com grandes doses de irresponsabilidade.

Este diferencial tem que existir e aqueles políticos que não têm honestidade intelectual de realizar este exercício prestam um mau serviço à Região.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*) e **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PSD gostaríamos desde já de deixar aqui expressa uma declaração de interesses, digamos assim, para ver se não acontece como ontem que quando dissemos que nos demarcávamos e que não concordávamos com as afirmações do Ministro Miguel Relvas, no final do debate da RTP, ainda se estava a falar do Ministro Miguel Relvas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não se pode falar? Tem de se pedir autorização?

O Orador: Hoje, logo à partida, vamos dizer que há uma demarcação clara da nossa parte relativamente à situação que se passa na Madeira.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não tem nada a ver com isso?

O Orador: Aquilo que se passa na Região Autónoma da Madeira, a surpresa que aconteceu na Região Autónoma da Madeira é uma surpresa

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional...

Faça favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: ... que é obviamente indesejável, é uma questão substancialmente grave e é uma questão que em nosso entender não deve servir para prejudicar a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): A vossa líder não diz isso!

Deputado Duarte Freitas (PSD): E o que é que o Vasco diz?

O Orador: São duas situações distintas: uma situação são os Açores, outra é a Madeira e nós fazemos uma demarcação clara das duas situações.

Portanto, concordamos completamente com essa diferenciação, lamentamos a gravidade da surpresa que constituiu a descoberta do dito buraco na Região Autónoma da Madeira.

Isto é a nossa declaração de interesses no imediato.

Quanto às declarações de um senhor que é líder do PSD/Porto, pois se ele fez essas declarações elas são da sua responsabilidade.

Deputado Francisco César (PS): Demarquem-se!

O Orador: Não conheço o senhor, não sei quem é, nem conheço o seu nome.

A única coisa que aqui posso dizer, em nome do PSD/Açores, é que discordamos completamente daquilo que disse o líder do PSD/Porto e a história e o património do PSD/Açores na defesa das questões autonómicas é clara.

Portanto, não temos problema absolutamente nenhum em nos demarcarmos desse senhor e em nos demarcarmos da situação da Região Autónoma da Madeira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Regressando àquilo que constituiu o objectivo do BE na interpelação que aqui decidi trazer.

Considerar, logo à partida, Sra. Deputada Zuraida Soares, que é uma iniciativa que merece o nosso acolhimento, que achamos oportuna, que achamos positiva. Achamos positiva e ligando àquilo que disse em primeiro lugar porque podem, a partir deste momento, evitar-se quaisquer surpresas que possam existir. Porquê?

Temos que procurar a verdade relativamente às Finanças Públicas Regionais, daí que consideremos oportuna esta interpelação e por isso tentamos dar também o nosso contributo a partir de agora. É esta procura da verdade que nós muito sinceramente fazemos há muito tempo. Não temos sido bem sucedidos? Não. Mas talvez haja alguma possibilidade de o sermos daqui a relativamente pouco tempo.

Esta verdade tem sido difícil de conseguir porquê?

A Região mudou nos últimos anos. Há novos actores como entes públicos que efectuam despesa, que têm influência nas questões financeiras da Região, que não existiam há não sei quantos anos atrás.

Em 1997 existiam nesta Região 13 empresas controladas pelo sector, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Às quais o PSD deu apoio!

O Orador: ... não totalmente controladas, mas com intervenção do sector público. Três delas tinham controlo global por parte do Governo Regional. Neste momento, dessas 13 existem 53 e das 3 que eram controladas temos neste momento 39 controladas pelo Governo, ...

Deputado José San-Bento (PS): E na Câmara de Ponta Delgada o que é que acontece?

O Orador: ... ou seja, a situação é completamente diferente. Há um novo sector público que neste momento não aparece às claras quando aqui discutimos os documentos, designadamente em sede de Plano e Orçamento.

Por isso temos que saber efectivamente o que é que se passa neste domínio, há absoluta necessidade, porque é justamente esta verdade que há muito tempo o PSD procura e que deveria ser também, julgamos nós e designadamente neste momento, o interesse do Governo Regional e do partido que o suporta, para que não subsistissem quaisquer dúvidas e para que não surgissem quaisquer tipo de surpresas. Devemos todos conhecer isto.

Efectivamente o Governo não o tem feito, vamos relembrar algumas questões. O PSD aquando do Plano e Orçamento para 2011, apresentou aqui as suas contas, tendo em conta aquilo a que tem acesso, tendo em conta tudo aquilo que está acessível a toda a gente, porque não teve nenhum acesso a quaisquer documentos especiais. Provavelmente o Governo os terá...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem!

O Orador: ... não sei se sim, se não, o Governo terá a sua palavra.

Fizemos cálculos, estimámos um valor de responsabilidades na Região que se situa na ordem dos 2.500 milhões de euros. Na altura as nossas contas mais em concreto davam 2.492 milhões de euros, com base nos elementos que conhecíamos, considerando a dívida directa, os passivos do sector público empresarial regional, as responsabilidades decorrentes das parcerias público privadas, etc. ... O Governo contestou.

Deputado Francisco César (PS): E contesta!

O Orador: Curiosamente contestou a duas vozes: da parte do Sr. Presidente do Governo que admitiu que eram 1.500 milhões de euros, não são 2.500 e o Sr. Vice-Presidente do Governo que tem mais dificuldade em aceitar alguns valores e disse que eram 715.

(Risos dos Deputados João Costa e Duarte Freitas)

Depois, já passados uns tempos, já mais recentemente, em Maio deste ano, afinal de contas já não eram 715, são 1.300.

Bom, o próprio Governo anda baralhado.

O Presidente e o Vice-Presidente do Governo não se entendem e não se entendem porquê?

Porque não querem dizer toda a verdade ou porque até agora não quiseram dizer toda a verdade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

E é isso que é fundamental que venhamos a conhecer, até porque entretanto já houve uma outra entidade mais recentemente, há três ou quatro semanas atrás, acerca de um mês atrás, não sei exactamente quando, inclusivamente um órgão nacional que se calhar até se aproveita desta confusão toda e faz aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse, a nível nacional são 3 mil milhões.

Não sabemos qual é o valor. Serão três mil? Serão 2.500? Serão 1.300? Ou serão os ínfimos 715 do Sr. Vice-Presidente?

Foi justamente por esse mesmo motivo que o PSD avançou em Junho passado com a apresentação de um pacote de transparência financeira que aliás já neste Plenário vai dar lugar, amanhã ou depois, à discussão de uma iniciativa do PSD incluída nesse pacote de cinco iniciativas.

Cabe-nos aqui renovar o desafio que fizemos aquando das audições em sede de Plano e Orçamento. Desafiamos novamente o Governo Regional, agora, aqui, no terreno parlamentar, a aceitar e a aplicar já no próximo exercício orçamental, o pacote com as eventuais alterações que foram sendo introduzidas e que aliás foram pedidas pelo PSD quando manifestou a intenção de apresentar este pacote, que iria acolher alterações e melhorias do próprio pacote que apresentou, mas que o aplique já no próximo exercício orçamental.

Deputados João Costa e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Que no próximo mês de Novembro já tenhamos o conhecimento integral do que é que se passa com esse sector público em termos financeiros.

É por isso mesmo, porque aliás vem na linha desse pacote que apresentámos de transparência, que achamos efectivamente oportuna esta iniciativa do BE.

É importante que não haja surpresas, não queremos que aconteça a situação que aconteceu na Madeira e por isso sendo do próprio interesse dos partidos da oposição, mas também do Governo, vamos falar verdade.

Falem verdade para que a nível do continente não existam as suspeitas que agora estão a acender-se ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É uma vergonha!

Deputado João Costa (PSD): Olhe a decência!

O Orador: ... e vamos dizer claramente do que é que estamos a falar.

Vamos falar verdade, não vamos esconder nem por mais um momento aquilo que se passa.

Se falarem verdade todas as suspeitas desaparecem.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso e para terminar esta minha primeira intervenção, deixaria um outro desafio, eventualmente da parte do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Preferem ser amigos dos nazis!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é isto: amigos dos nazis? Que falta de nível! Que é isso?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Falta de nível tem o senhor.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já no outro dia veio o Sr. Vice-Presidente com palavras ofensivas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos manter a serenidade e elevação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): São sempre iguais a si próprios!

Presidente: Vamos continuar, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Que falta de nível!

Presidente: Vamos continuar.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Presidente, lamento profundamente a reacção, aliás habitual, não é novidade, mas é esta a reacção por parte do Governo Regional, curiosamente quando se pede que falem verdade. Quando se pede que falem verdade é esta a reacção da bancada do PS e dos responsáveis da governação regional.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O discurso é que é habitual.

O Orador: Portanto, isto é perfeitamente incrível. Quem nos está a ver...

Bom, isto será o reeditar de outras cenas menos dignas que se passaram aqui neste Parlamento não há muitos meses atrás e que dão nota da vossa credibilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando não têm razão chamam nomes!

O Orador: Deixava então um desafio ou um esclarecimento, se quisesse, por parte do Sr. Vice-Presidente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ontem o Sr. Presidente disse que isto não era uma creche! Espero que ponha termo nisto!

Nós é que ficamos sempre mal!

O Orador: Nós ouvimos dizer há dias, creio que foi há dois ou três dias, dia 24 de Setembro, o Sr. Secretário Regional da Saúde que a dívida da SAUDAÇOR era de 193 milhões.

Convém dizer toda a verdade. Serão 193 em empréstimos, eventualmente, os formais? Os que estão ali serão 193?

A saúde não se confunde com a SAUDAÇOR.

Nós temos na saúde os tais 193 milhões (160 creio que a médio e longo prazo, 33 a curto prazo)...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: 160, 33.

Já vai ter oportunidade de esclarecer e de afirmar da credibilidade das questões e dos números levantados pelo Sr. Secretário Regional da Saúde. Ainda bem que já o está a contestar.

Mas será só isso?

Nós temos como claro. Em 2003, por exemplo, só a dívida do Serviço Regional de Saúde era de 152. Depois cresceu 37,5% e passou para 209; em 2005 já eram 271; em 2006 aparece o tapetinho para varrer lá para baixo a dívida e apareceu a SAUDAÇOR. A dívida passou logo a 137, com os tais 193 para a SAUDAÇOR. Afinal a dívida já era de 330 considerando estas duas partes. Eram os 137 que continuavam como dívida da saúde, os 193 que estavam na SAUDAÇOR, relativamente à qual o Tribunal de Contas dizia que se tratou de uma mera mudança de titular. Textualmente. Portanto, a dívida era de 330. Depois apareceram os hospitais EPE, que conhecemos a sua história; que conhecemos o esgotamento dos capitais próprios verificado ao longo de um período de 3 anos; que neste momento se encontram numa situação de falência técnica em que por exemplo, podemos dizer relativamente ao hospital de Ponta Delgada, só neste momento e considerando também as operações de *factoring* estará a dever cerca de 200 milhões de euros. Ou seja, atirar cá para fora um número (193 milhões de euros) para dizer que do ponto de vista financeiro que tudo vai bem no reino da saúde, será isto esconder ou não será?

Ou seja, Sr. Vice-Presidente como responsável pelas finanças regionais – deixamos e depois trataremos de outras questões numa segunda intervenção – esclareça-nos relativamente à saúde e diga-nos se é credível aquilo que diz o Dr. Miguel Correia, Secretário Regional da Saúde, ou se ele com aqueles

valores está a tentar tirar areia para os olhos dos açorianos e não está a querer dizer a verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para? Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 35 minutos.

Eram 11 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 42 minutos.

Antes de reiniciarmos os nossos trabalhos eu gostava de fazer um apelo, embora também creia que não é útil nem digno que esse apelo se torne repetitivo e corriqueiro.

Nós temos nesta sala os dois órgãos de governo próprio da autonomia. Nós temos o dever elementar, não só político, mas também de civismo e daquilo a que se chama boa educação, de nos comportarmos todos, uns com os outros, com firmeza, calor, mas dignidade e elevação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu espero que V. Exas., todos os actores aqui presentes, não se esqueçam disso e com isso ganhamos todos e precisamos de ganhar todos. Já

vivemos tempos suficientemente difíceis para haver razões injustas para atacar a classe política. Não é preciso aumentar esse tipo de razões.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Gostava de entrar no debate.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para pedir o extracto da acta de hoje de manhã à Mesa, por favor.

Presidente: A Mesa reuniu recentemente, como sabem, por causa de um pedido desses. Portanto, tem, digamos assim, doutrina firmada. Eu providenciarei junto das Redactores, no sentido do mais rapidamente possível esse extracto da acta ser entregue ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

Deputado António Marinho (PSD): Ouvia o que o Sr. Presidente acabou de dizer?

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, peço desculpa.

É um protesto, porque o Sr. Presidente acabou de fazer um apelo aqui. Já no intervalo o Sr. Presidente sabe o que é que se passou e não vale a pena fazermos mais comentários. Mas neste preciso momento, logo ao senhor fazer este apelo e quando estava a dar estas explicações, o Sr. Presidente da bancada do Partido Socialista estava a fazer ameaças a uma Sra. Redactora.

Acho que isto não é razoável.

Presidente: Sr. Deputado, acho que temos de ultrapassar isso.

A Sra. Redactora conta com certeza com a Presidência da Assembleia e sabe que nunca sofreu qualquer tipo de pressão e nem sofrerá no exercício do seu trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vamos prosseguir, Sras. e Srs. Deputados, no nosso debate relativo à interpelação apresentada pelo Bloco de Esquerda.

De acordo com os meus apontamentos tem direito à palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Faça favor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por reconhecer que este é um debate útil neste momento, ainda que prejudicado como está, com as cortinas de fumo pré-eleitoral e a situação desastrosa na Região Autónoma da Madeira, cujos ecos chegaram, como não poderia deixar de ser, até à nossa Região e ao nosso Parlamento.

O primeiro ponto que quero deixar muito claro é que a coberto do problema da dívida nacional, do buraco da Madeira e das sacrossantas e ditas inevitáveis medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, diversas forças, grupos e personalidades o que pretendem objectivamente é destruir o projecto autonómico, enquanto projecto político, que respondendo às aspirações autonomistas é, tem sido até agora, um assumido projecto político nacional.

Fizeram-no em primeiro lugar o PS, o PSD e o CDS/PP que subscreveram com a Troika um pacto para saquear impunemente e sem limites os recursos nacionais e permitindo que seja o credor estrangeiro a ditar os conteúdos da relação financeira entre as Regiões e a República.

Fazem-no os que como o Bloco de Esquerda, de forma diria algo irreflectida, pretendem precipitar a alteração da Lei das Finanças Regionais do que resultarão, forçosamente no actual quadro político, graves prejuízos para as Regiões Autónomas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Fazem-no os que aceitam submissos que o Governo do PSD/CDS retire ilegalmente aos Açores a receita do roubo ao subsídio de Natal dos açorianos,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...verbas que permanecendo na Região poderiam ser devolvidas de múltiplas formas às famílias do nosso arquipélago. E sobre isto importa denunciar as duas caras dos 3 partidos da Troika. Se por um lado o PSD e CDS nos Açores choram lágrimas de crocodilo sobre a medida que o seu próprio governo toma na República, o PS, por outro lado, também revela a dimensão da sua demagogia ao apresentar na Assembleia da República um projecto de lei, propondo a alteração ao roubo do subsídio de Natal, mas no qual mantém intacto o roubo à receita que pertence aos Açores. E isto apesar de toda a vozearia supostamente indignada do Governo Regional e dos Deputados que suportam o Governo.

Entretanto, vão negociando mais ou menos secretamente com o Governo da República a melhor forma de impor aos açorianos os sacrifícios que o seu partido acordou com o Fundo Monetário Internacional e nada de serem escrutinados neste Parlamento.

Por isso, ainda ontem, nesta mesma sala, deram mais um vergonhoso sinal da sua incomodidade ao recusarem a criação de comissão parlamentar especializada para acompanhar as medidas da agressão externa e os seus efeitos na Região.

Esta é a dimensão do embuste político que o PS quer lançar sobre os açorianos a um ano das eleições regionais.

Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à matéria das dívidas da Região quero afirmar a nossa profunda preocupação. Não pela existência da dívida, que é um facto normal do processo de desenvolvimento de qualquer região, ao qual aliás somos desde logo forçados pelo funcionamento dos fundos estruturais europeus de que em boa parte depende o investimento público que se realiza na nossa Região.

A nossa preocupação não é termos dívida. É termos má dívida. Dívida de que se conhece mal a dimensão. E pior ainda, dívida que não serviu para desenvolver o nosso sector produtivo, para fortalecer o nosso mercado interno, para, por fim, aumentar a nossa capacidade de criação de riqueza, porque se assim fosse a Região teria ficado menos permeável à conjuntura difícil que atravessamos.

O problema da dívida açoriana – a haver problema – não é a dívida directa. O problema – se é que há problema – é a dívida indirecta.

O PCP Açores sempre se mostrou adverso à criação de entidades empresariais que prestam serviços públicos. Não por qualquer preconceito ideológico. Não! Mas porque sabemos e está provado que não só custam mais caro, como servem oportunamente para os fins mais espúrios de empregar clientelas, permitir actividades de engenharia financeira e fugir ao controle democrático desta Assembleia.

A multiplicação de entidades empresariais ligadas a instituições do Estado...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem de adequar o seu discurso em função dos tempos.

O Orador: ...teve lugar no nosso país e na nossa Região e é em muito boa parte responsável pelas dúvidas que pairam sobre o valor real da dívida nos Açores.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, essas dúvidas têm sido trazidas de uma forma acintosa a este Parlamento pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Assim, reitero o desafio feito ao PSD pela Sra. Deputada Zuraída Soares.

Meus caros senhores, se têm dúvidas promovam uma auditoria às contas da Região e não lancem poeira sobre este assunto.

Deputado Francisco César (PS): Ora aí está!

O Orador: O dogma ideológico, Srs. Deputados, não é nosso. O dogma ideológico da divinização da gestão supostamente empresarial não é do PCP. Esse dogma, esses sinais que se confirmam num profundo buraco financeiro na Madeira e na República não foi o PCP que o criou, foram os mesmos de sempre. Os mesmos que têm governado o país e a Região durante as últimas décadas: PS e PSD. E claro, indefectivelmente pendurado no centrão, o CDS/PP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Que esforço!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Direita cavernosa!

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar o Partido Socialista saúda este debate de interpelação ao Governo, em especial no que se refere à dívida pública ou à situação financeira da Região Autónoma dos Açores. Este debate processa-se num momento em que não foi a situação económica e financeira internacional que fez trazer este debate a esta casa; não foi a situação de défices excessivos da República que fez trazer este debate a esta casa; mas sim a situação criada pela Região Autónoma da Madeira em que, ao assumir um conjunto de encargos que não os notificou, pôs em causa as autonomias. E nós entendemos que neste debate aqui hoje deve ser reafirmado por todos os partidos que a defesa dos interesses da autonomia, espelhadas no seu Estatuto e na Lei das Finanças Regionais, deve ser devidamente salvaguardada por todos. Não é um mau governo numa Região Autónoma que pode condenar as autonomias.

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi isso que eu li!

O Orador: O valor das autonomias dum governo próximo das populações deve ser sempre preservado, porque um governo mais próximo defende melhor as populações do que um governo à distância.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E portanto, queria reafirmar mais uma vez: um mau governo não pode ser um exemplo que possa pôr em causa as nossas autonomias.

Relativamente às últimas notícias vindas da Madeira mais não fizeram do que trazer más notícias para o PSD e boas notícias para os Açores.

Relativamente às notícias que vieram da Madeira o discurso de falta de transparência, de pouco desenvolvimento na Região Autónoma dos Açores, de ocultação de dívidas, fez com que todo esse discurso do PSD fosse reafirmado por personalidades externas e idóneas à Região, pondo em causa todo o discurso que o PSD fez ao longo dos últimos tempos.

O Presidente da República esteve cá há poucos dias e demonstrou por palavras claras o nosso desenvolvimento, desenvolvimento este que tem sido posto em causa constantemente pelo PSD.

O INE e o Banco de Portugal, o Sr. Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças ou a Secção Regional do Tribunal de Contas reafirmaram que a situação da Madeira era única e que não havia situação semelhante no país.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não é este o discurso do PSD do passado, não é este o discurso do PSD do presente, não foi esse o discurso do PSD hoje nesta casa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O discurso do PSD foi sempre um discurso que continua a dizer: pode se evitar quaisquer surpresas ou há que procurar a verdade. Portanto, o PSD continua a ter dúvidas existenciais, quando entidades idóneas e externas à Região credibilizaram as contas da Região. O PSD continua com essas dúvidas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Já não estamos no tempo em que era o PS ou o PSD a elogiar a postura do Governo Regional ou a consolidação das contas públicas.

Hoje são entidades externas que validaram estas contas e o PSD continua a ter muitas angústias existenciais. Por isso, nós dissemos que temos cumprido até agora o que está na lei e o PSD continua sempre com estas dúvidas.

Berta Cabral continua a dizer “não isolemos a situação da Madeira”, ou seja, está a colocar os Açores, está a prestar um mau serviço ao país e aos Açores...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...com um discurso desse tipo. Portanto, o PSD não muda, não aprende com os seus erros ao longo do passado e do presente.

Deputado João Costa (PSD): O senhor no passado também já disse isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O PS orgulha-se do seu passado e do seu presente em termos do seu Governo e orgulha-se porque sempre disse – e nós nesta casa sempre ouvimos

o Presidente do Governo dizer – que nós vamos fazer aquilo que somos capazes de pagar.

Portanto, não foi esta a postura do Governo Regional da Madeira...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exactamente!

O Orador: ...e portanto devemos saudar um Governo que tem cumprido uma palavra que teve sempre de honra que é fazer aquilo que pode cumprir.

O exemplo foi dado no passado pelo Partido Socialista enquanto Governo que foi capaz, nesta casa, de trazer uma alteração e reformulou o seu plano a médio prazo, porque naquela altura não tínhamos verbas capazes de satisfazer um conjunto de objectivos que estavam naqueles planos.

Lembram-se (e o PSD lembra-se muito bem) que alguns dos investimentos que eram para ser feitos nesta ilha do Faial tiveram de ser adiados, devido ao nosso IRS (ou o garrote que Manuela Ferreira Leite tentou fazer à Região Autónoma dos Açores quando era Ministra das Finanças). Nessa altura, o Governo dos Açores reformulou o seu plano a médio prazo e teve uma postura completamente diferente da que teve o PSD na Madeira. Muitas vezes o PSD dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh senhor, isso já foi há anos.

O Orador: ...elogiou a postura daquele Governo e o desenvolvimento da Madeira, daquela Região, com os exemplos que acabaram por sobrar, que poderão sobrar até para o país e para a Região Autónoma dos Açores.

Assim, nós entendemos que as boas notícias que vêm para os Açores são sempre más notícias para o PSD (devia haver sempre pela parte do PSD uma *mea culpa* pelo seu discurso e reconhecer aquilo que outras entidades têm reconhecido) e as boas notícias para os Açores e as más notícias para o PSD têm sido constantes ao longo deste ano.

O PSD continua a não reconhecer que o prazo médio de pagamentos que esta Região teve de 21 dias comparado com 189, a nossa Região paga a tempo e horas aos seus fornecedores e o PSD ridiculariza os 21 dias que servem para as câmaras municipais do PSD, mas não servem para o nosso Governo; serve para apontar a Madeira com 189 dias, mas não serve para o nosso Governo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A dívida administrativa da Região Autónoma dos Açores há poucos dias foi dita de quanto é que era e o PSD continuou a menosprezar a posição da Madeira face à posição dos Açores; continuou a não reconhecer que a nossa postura tem sido uma postura de consolidação das finanças públicas, um esforço na diminuição de algumas das nossas despesas, na reformulação de algum do nosso sector público. É esta dívida administrativa em que 98% é da Região Autónoma da Madeira, que nas contas nacionais apareceram todas agregadas, o PSD não teve uma palavra a dizer e reconhecer que a nossa dívida administrativa era muito mais pequena, que não fazia qualquer sentido agregar essas dívidas com as dívidas da Madeira.

Importa ainda também referir aqui neste Plenário, em que estamos a discutir a nossa situação financeira, o relatório da execução orçamental que foi feito pelo Ministério das Finanças, em que neste relatório o défice do país continua bastante elevado; o nosso défice, no primeiro semestre, não houve qualquer défice, mas o nosso saldo foi positivo de 46 milhões de euros; o da Madeira negativo de 18 milhões de euros e há que reconhecer o esforço que este Governo tem tido ao longo dos últimos tempos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não valorize isso!

O Orador: Mais ainda importa referir nesta câmara que a nossa cotação face aos mercados internacionais, que tem sido acompanhada pela empresa *Moody's*, o que é que fez relativamente ao nosso *rating*? Desceu quando a República desceu, mas diferenciou face à Região Autónoma da Madeira. Diferenciou aquando da descida do défice da Madeira e neste momento penalizou ainda mais o *rating* da Madeira, colocando a nossa posição hoje a 3 patamares diferentes do da Madeira. Portanto, considerando que a nossa Região está numa situação financeira completamente diferente da nossa vizinha Região Autónoma da Madeira.

Com este discurso não podemos dizer muitas vezes que não há nos Açores também dívida. Há, sim senhor!

Essa dívida está espelhada numa conta que está aqui nesta casa, que é a conta de 2010 (e sobre estes valores podemos falar ao longo deste debate), mas temos também de reconhecer que a Região apesar de ter uma dívida se tivesse mais dinheiro poderia resolver outros problemas que a nossa Região tem de atrasos seculares. Portanto, não podemos dizer como alguns que apontam para o PS que estamos nas mil maravilhas e que não há dívida na Região, ou que não há situações que poderiam ser acolhidas se houvessem mais verbas para a Região.

A Região tem a sua dívida comedida, com valores que face ao nosso PIB são interessantes e que o maior partido da oposição, em especial, tentou denegrir ao longo dos tempos quer a dívida directa, quer a dívida indirecta, a qual houve um esforço para a nossa Região estar na situação em que se encontra.

Terminava com a afirmação de Carlos César de há poucos dias: “Isto não quer dizer que os Açores não têm dívida, que não tenham dificuldades, que não fosse necessário ter mais dinheiro para recuperar atrasos seculares, mas vamos caminhando de acordo com as nossas possibilidades e a racionalidade que a salvaguarda do nosso futuro nos exige.”

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha segunda intervenção gostaria de comentar algumas das intervenções dos Srs. Deputados e também do Governo Regional relativamente à nossa interpelação.

Começaria por uma que foi aqui dita pelo Governo Regional e por alguns Srs. Deputados de que as questões constantes da nossa interpelação não se encontram no âmbito de competência dos órgãos de governo próprio.

Deputado José Rego (PS): E é verdade!

A Oradora: Eu pergunto, desta bancada, mas então onde é que está a autonomia?

Deputado Francisco César (PS): A autonomia está limitada!

A Oradora: Mas então onde é que está a defesa dos Açores?

Oh Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, então a carga fiscal não tem a ver com os órgãos próprios? O aumento da carga fiscal, o substancial aumento da carga fiscal nesta Região não tem a ver com os órgãos de governo próprio? Então a diminuição das transferências para esta Região não tem a ver com os órgãos de governo próprio? Então as dificuldades de financiamento, as privatizações não têm a ver com os órgãos de governo próprio?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não!

A Oradora: Aquilo que os senhores estão a dizer é que a função dos órgãos de governo próprio, sobretudo o Governo Regional neste momento, é de ficar quietinho, sentadinho a ver a banda passar para daqui a um ano, em Outubro próximo, aquando das eleições regionais, poder dizer “a culpa não é nossa, é toda do Governo da República. Nós limitámos a cumprir aquilo que nos impuseram”.

Sras. e Srs. Deputados que fique claro que essa não é a posição do Bloco de Esquerda, essa não é a visão da Autonomia e de independência que o Bloco de Esquerda defende nesta casa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Independência?

A Oradora: Depois, cumprimento da Lei de Finanças Regionais (coisa que de que falámos na nossa intervenção e defendemos e exigimos até ao último cêntimo, cumprimento integral da Lei de Finanças Regionais), mas mesmo ao lado o Protocolo de Colaboração e Entendimento,...

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: ...cuja aceitação muito agradou e encheu de entusiasmo e alegria o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Claro!

A Oradora: O Sr. Primeiro-Ministro aceitou os termos do Protocolo. Eu fico muito satisfeita!

Sr. Vice-Presidente, eu e em nome do Bloco de Esquerda ficamos muito satisfeitos do Sr. Primeiro-Ministro ter aceite. Agora há um problema é que os açorianos e açorianas e esta casa, em particular, não tiveram possibilidade de aceitar ou não aceitar. Por uma razão simples: é que desconhecem por completo o teor desse Protocolo.

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: Esta cartinha que o Sr. Vice-Presidente nos entregou em sede de Comissão de Economia é uma gentileza da sua parte, mas isto não diz nada.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, está enganada!

A Oradora: Portanto, aquilo que o Governo Regional está a fazer é a negociar ao lado da Lei de Finanças Regionais (essa sim conhecida por esta casa e por todos os açorianos) um tal Protocolo de Entendimento que ninguém conhece. Isso é falta de democracia – e desculpe que lhe diga – e falta de respeito, disse-o ali e repito, por esta casa e pelos açorianos.

Depois eu fiquei também muito agradada por haver aqui uma distinção tão profunda, justa e legítima entre o povo madeirense e os desvarios e as loucuras de Alberto João Jardim. É justo que esta distinção se faça.

Mas esta distinção bondosa e justa não pode esquecer um outro facto, que foi a complacência de sucessivos governos e de presidentes da república para com estes desvarios que são conhecidos e denunciados por todos os partidos na Madeira e fora da Madeira e que já existem há anos e sobre essa matéria não houve nenhum problema em assobiar para o lado e fingir que não se via.

O povo português aqui, na Madeira e no continente interroga-se: mas por que será que aquele senhor tem tanta impunidade, tem tanta imunidade ao ponto de ser capaz de fazer aquilo que agora nos vai custar a todos os portugueses, vivam eles na região em que viverem?

Há uma palavrinha para isto: chama-se *offshore* da Madeira.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): *Offshore* é provocante!

A Oradora: E é o *offshore* da Madeira e os *lobbies* dos grandes interesses económicos que impedem os sucessivos governos de tomar medidas para pôr

um ponto final nesta desvergonha da Madeira que o povo açoriano também vai pagar.

É muito bom fazermos a distinção entre o povo da Madeira e Alberto João Jardim, mas também é bom não esquecer que a complacência dos sucessivos governos é o resultado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem mais! PS, PSD, Presidência da República...

A Oradora: ...do *offshore* e do jeitinho que o *offshore* dá ao capital deste país e do jeitinho que os governos sucessivos da república dão aos interesses económicos.

A seguir dizer também, a propósito ainda da nossa proposta (aliás apresentada em conferência de imprensa e até debatida, dialogada com o Sr. Presidente do Governo Regional, aquando das audiências para o Plano Regional 2012, nas quais estiveram também quer o Sr. Secretário Regional, quer o Sr. Vice-Presidente), que a mesma está a fazer caminho e não é para amanhã. É para iniciar um processo que a prazo possa dotar os Açores de uma Lei de Finanças distinta da Lei de Finanças da Madeira.

Não venham dizer que este não é o momento oportuno, porque para defender os Açores não há momentos.

Qual é o momento oportuno? A não ser que façamos como fez Alberto João Jardim que disse preto no branco que não tinha dito a verdade sobre a dívida da sua Região, porque estava à espera que o Governo da República mudasse, fosse para lá o PSD e o CDS e ele pudesse dizer a verdade...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ele não disse do CDS de certeza absoluta. Está a faltar à verdade!

A Oradora: ...porque teria com certeza compreensão.

Esta não é a política dos Açores. Esta não é a política deste povo. E para defender os açorianos não há bons nem maus momentos. Há os momentos que a vida nos exige e nos apresenta.

Vale a pena também dizer aos açorianos e açorianas, lembrar-lhes porque eles certamente sabem, que houve 3 países que pediram resgate financeiro: Portugal, Grécia e Irlanda.

Destes 3 há um que neste momento tem uma ligeira recuperação económica: a Irlanda.

Quem é que está em recessão? Portugal e a Grécia.

Aliás, recessão que se vai acentuar no próximo ano como já disse o sábio Ministro das Finanças.

A minha pergunta é: por que será que a Irlanda está a caminho de uma recuperação?

Entre outras razões podemos dar uma: é que a Irlanda não cumpriu integralmente o Acordo da Troika. A Irlanda decidiu baixar o IVA unilateralmente na fileira do turismo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E? Diminui parte dos salários.

A Oradora: ...e portanto, disse não às imposições da Troika que diminuam a sua economia, que penalizavam a sua economia, que é como quem diz os seus empregos, as suas empresas, a sua vida.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Portanto, esta coisa de que a Troika impõe, todos nós nos baixamos, que é a coisa mais anti-democrática (e é verdade: onde está a Troika a democracia já morreu), não é assim em todos os países.

Então eu pergunto: por que é que os Açores...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mais uma *perestroika*!

A Oradora: ...que (como muito bem disse o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Deputado José do Rego e eu também naquela tribuna) têm cumprido todos os seus compromissos com a República; os Açores que têm cumprido os critérios do Euro até hoje; os Açores que não são passíveis de crítica de nenhum tipo de entidade nacional ou internacional, mas são estes mesmos Açores que têm de cumprir integralmente todas as imposições da Troika?

Então não pode haver nenhum regime de exceção para quem se porta bem?

Porque senão a moral é assim: não vale a pena portarmo-nos bem porque comemos todos pela mesma medida.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, para isso é que serve o Protocolo!

A Oradora: Esta é a questão que eu levanto aos açorianos e açorianas.

Depois, a dívida da Região. Cá tivemos o mesmo debate, o eterno debate entre o PS e o PSD. Não sabemos qual será o valor...

Deputado Francisco César (PS): Sabemos, sabemos!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sabemos!

A Oradora: ...não sabemos se é assim ou é assado...

Queremos saber melhor Srs. Deputados, Grupo Parlamentar do PSD: apresentem nesta casa a proposta de uma auditoria à dívida da Região. O Bloco de Esquerda votá-la-á favoravelmente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já lá vamos!

A Oradora: Enquanto não o fizerem, façam um favor aos Açores e aos açorianos, em nome da dignidade e da credibilidade desta Região e da decência das pessoas que aqui vivem: parem de atirar para o ar números que não têm possibilidade de provar integralmente.

Deputado Francisco César (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Isso não dignifica os Açores em lado nenhum.

Querem contas claras, transparência e rigor peçam uma auditoria às contas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem mais!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Finalmente, estes da direita radical...

(Risos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

...afirmaram que o Bloco de Esquerda é um partido de cariz nacional. E é de facto!

O Bloco de Esquerda não muda de linha política, não muda de proposta política conforme o fuso horário, nem as coordenadas geográficas.

Mas curiosamente, que eu saiba, o CDS também não é um partido regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A graça do CDS está precisamente aí!

A Oradora: É um partido nacional, só que agora tem um problema: interessa-lhe passar entre os pingos da chuva, não vão os açorianos e açorianas recordarem-se que estão no Governo da República e portanto, são co-responsáveis por todo o caos, por todas as amarguras e por todas as dificuldades que os açorianos e as açorianas passam e vão continuar, infelizmente, a passar e pior no próximo ano.

Portanto, esta esquerda, estes da direita radical...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

A Oradora: ...lançam esta poeira para os olhos dos açorianos e açorianas a ver se confundem agora, de repente, o CDS é um partido regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sempre foi!

A Oradora: Oh Sr. Deputado, já teve dias melhores! Obrigada, Sr. Presidente. Por agora fico-me por aqui.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 2 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito precisa, Sr. Presidente: isto é uma interpelação ao Governo. Eu quero perguntar se tem uma estimativa de qual será a dimensão do Orçamento Regional para o próximo ano.

Estamos a falar de 1 bilião e 300 milhões de euros, 1 bilião e 200 milhões de euros... Tem uma perspectiva em relação a esta situação?

Presidente: Segue-se o Sr. Vice-Presidente do Governo. Tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava, se não se importassem, pela última questão.

Aliás, tivemos a oportunidade de o fazer nas audiências que tivemos com todos os partidos políticos, de explicar em que cenário é que estamos a trabalhar para a elaboração do Plano e do Orçamento para 2012.

Evidentemente que a quantificação exacta dos montantes que irão constar no Orçamento depende de um conjunto de factores que ainda não são conhecidos, externos à própria Região, nomeadamente no que concerne às transferências do Orçamento de Estado, no que concerne às previsões em termos de variação da receita fiscal e portanto, não podemos ter aqui um valor absoluto ou valor com que possamos afirmar com toda a convicção, porque existem variáveis que ainda não são conhecidas.

No entanto, nós estamos a trabalhar num cenário em que haverá uma redução de recursos disponíveis em relação ao que existia este ano, nomeadamente na componente das transferências do Orçamento de Estado, mesmo decorrendo, e tendo por base que decorre da própria Lei de Finanças Regionais,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

O Orador: ...uma redução de 15,4 milhões de euros da aplicação da fórmula da Lei, porque a Região cresceu mais do que o país em termos de Produto Interno Bruto e no Fundo de Coesão ultrapassou 90% do valor da média nacional e por isso mesmo a ponderação e a bonificação no âmbito do Fundo de Coesão passou de 20% do valor de transferência, para 12,5%. Da conjugação desses factores resulta uma redução de transferências do Orçamento de Estado de 15,4 milhões de euros.

Depois há que analisar ao pormenor a evolução da receita fiscal que tem de ponderar evidentemente a conjuntura externa à Região e também a outra componente essencial que é a componente do financiamento, a possibilidade ou não do financiamento e em que montantes.

Portanto, da conjugação das transferências do Orçamento de Estado e da redução objectiva das opções de financiamento por parte da Região, evidentemente haverá um ajustamento e uma redução do montante total do Orçamento.

A dimensão desse ajustamento está dependente dessas variáveis que não são regionais e que só quando tivermos conhecimento do Orçamento de Estado é que a podemos concretizar objectivamente.

Depois, dando continuidade à questão, em relação à Sra. Deputada Zuraída Soares, quero dizer-lhe que há uma parte substancial da sua intervenção que concordo perfeitamente e, aquela que fez a uma bancada deste Parlamento, acho que foi uma demonstração da Sra. Deputada, e também do Bloco de Esquerda, que nestas matérias coloca os Açores acima de todas as outras questões e que é mais aquilo que nos deve unir, do que aquilo que depois devemos discutir de forma a obtermos opiniões legítimas diferentes. Registo a sua posição sobre essa matéria e registo também, se me permite, nesta casa, o isolamento claro de uma única bancada em relação a esta ideia que a todos nos une.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, há uma parte desta questão que não concordo consigo. Já tivemos oportunidade de falar e penso que nós estamos a falar de coisas completamente diferentes. E volto a dizer que aquilo que referiu que eu tinha dito, não foi aquilo que eu exactamente disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): Disse para todos, não para mim! Estamos com dificuldades de entendimento. Para todos!

O Orador: O que eu disse foi que tínhamos recebido – para sermos muito claros e objectivos - ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Estamos com dificuldades de entendimento. Para todos!

O Orador: Para todos, também digo para todos.

O que a Sra. Deputada disse é que eu tinha dito que já tínhamos recebido um acordo com o Governo da República em relação ao conteúdo do Protocolo – foi a palavra que usou – de Colaboração e Entendimento com o Governo da República. Não foi isso que eu disse.

O que eu disse foi que tínhamos sido oficialmente comunicados, na passada quinta-feira, pelo Sr. Primeiro-Ministro e tinha todo o gosto de anunciar aqui, nesta Assembleia, que o Sr. Primeiro-Ministro comunicou que concorda com a

elaboração de um Protocolo de Colaboração e de Entendimento com o Governo Regional subordinado aos princípios que nós tínhamos proposto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Os princípios?

Deputado José Cascalho (BE): Quais são os princípios?

O Orador: Estamos a falar dos princípios, não do conteúdo, ou seja, da carta. O que o Sr. Primeiro-Ministro respondeu é que concorda com o que propomos nessa carta e o que referiu foi que o Governo Regional indique um representante para começarmos imediatamente a trabalhar na elaboração dos conteúdos desse Protocolo.

Portanto, como referi, Sra. Deputada, não nos pode pedir que nós lhe entreguemos os conteúdos de um Protocolo que ainda não está negociado. Podemos-lhe transmitir tudo aquilo que tem acontecido e por isso mesmo fiz questão hoje de dar a conhecer a resposta da carta do Sr. Primeiro-Ministro sobre esta matéria e penso que isto é uma questão essencial sobre aquilo que são as perspectivas.

Referir outra vez que o que é importante é que queremos precisamente salvaguardar com rigor e transparência aquilo que a Sra. Deputada disse, que é nós não devemos nunca assumir o pagamento decorrente dos custos da irresponsabilidade dos outros.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas diga isso alto! Não diga baixinho!

O Orador: Por isso mesmo é que nós queremos este Protocolo, porque queremos ter as 3 colunas (continente, Açores e Madeira), para ficarem claros os valores e as responsabilidades de cada entidade. Nós assumimos a responsabilidade.

Há um desígnio nacional a que nós também não podemos ficar indiferentes: o desígnio nacional de cumprir um conjunto de metas de consolidação orçamental. Esse desígnio é nacional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas o bloco não é nacional. É mais de leste.

O Orador: E as Regiões, num sentido de solidariedade nacional, devem contribuir para que o país consiga cumprir as metas que se tinha afirmado. Primeira questão.

Segunda questão fundamental.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas dos CDS/PP e o BE)

O Orador: Sra. Deputada, permita-me...

Deve cada Região e cada componente do país contribuir no âmbito do espírito de solidariedade nacional, mas também respeitando a coesão nacional e na devida proporção, como nós dissemos, do nosso contributo para esta situação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Com a devida proporção!

O Orador: Portanto, o Protocolo de Colaboração e Entendimento não é um mecanismo para nós assumirmos responsabilidades que são de outros. É um mecanismo para nós salvuardarmos com rigor e transparência um relacionamento estável com o Governo da República, que defina as responsabilidades e as obrigações de cada uma das partes.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas isso não está na Lei de Finanças Regionais? E no Estatuto? E na Constituição? É preciso outro?

O Orador: Também, não está só. É preciso e vou dar-lhe um caso muito concreto. O Memorando de Entendimento com a Troika tem uma medida que é reduzir em 2% o número de funcionários públicos do conjunto da Administração Local e Regional. E assim como é que se aplica? O que é que é para cada município? O que é que é para a Madeira, o que é que é para os Açores? É 2% para os Açores e 2% para a Madeira? Não.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não?

O Orador: Nós não aceitamos essa posição.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Mas a ideia é que aceitem!

O Orador: Por uma razão muito simples.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Se me deixarem!

Os Açores têm 18 mil funcionários públicos, 18 mil e 600 funcionários públicos, distribuídos por 9 ilhas, a multiplicar os serviços por 9. A Madeira, com apenas 2 ilhas, ou seja, com muito mais concentração de serviços, tem 31 mil funcionários para a mesma população.

Vamos reduzir 2% em quem tem 18 e reduzir os mesmos 2% em quem tem 31? Não.

É precisamente isso que nós queremos que fique estabelecido no Protocolo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E não vem na Lei das Finanças Regionais!

O Orador: E não vem na Lei das Finanças Regionais, não está previsto. Como é que se aplica em cada uma das Regiões essa fórmula?

Outra questão: redução de chefias na Administração.

Nós já reduzimos no espaço de 2 anos mais de 15% nas chefias da Administração.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso também tem o que se lhe diga!

O Orador: Vamos reduzir mais 15% sobre os 15% que já reduzimos. Devemos considerar esse esforço que já fizemos englobado nessa perspectiva intemporal? Devemos reduzir a mesma percentagem quando temos menos de metade das chefias que tem a Madeira?

São essas questões que nós queremos que fiquem no Protocolo. Não é mais do que isso. São questões que não estão no Estatuto, são questões que não estão na Lei de Finanças Regionais, mas também queremos que fique no próprio Protocolo outras coisas fundamentais: é que é a Lei de Finanças Regionais o instrumento que assegura a quantificação das transferências do Estado para as Regiões, porque aplicando a Lei consegue-se cumprir a meta de redução das transferências para o conjunto – Administração Regional, Administração Local – que está inscrito no Memorando da Troika.

Basta aplicar a própria Lei, porque a Lei tem mecanismos de ajustamento automáticos em relação a isto. Não devemos entrar no campo discricionário, sem regras, quando as regras estabelecidas permitem cumprir o Memorando. É isto que nós queremos que fique muito claro.

Agora, que fique também aqui definido, como já tive a oportunidade de dizer, que o que nós temos neste momento é o entendimento entre os dois Governos de que deve haver um Protocolo de Colaboração e Entendimento que tenha 5 princípios fundamentais e agora vamos trabalhar para a concretização dos mesmos, num processo negocial entre as partes. Era essa correcção que queria fazer. Nós não temos o conteúdo do Protocolo aprovado e portanto, não podemos...

Deputado António Marinho (PSD): E os hospitais?

O Orador: ...também estar a divulgar o conteúdo de um Protocolo que ainda não está acordado entre as partes.

Terminando e para responder ao Sr. Deputado António Marinho em relação à questão da SAUDAÇOR e do montante referente à SAUDAÇOR.

O montante que o Sr. Secretário Regional da Saúde referiu dos 193 milhões corresponde àquilo que é a dívida bancária de médio e longo prazo da SAUDAÇOR, que foi resultante do financiamento ao Serviço Regional de Saúde líquido.

O passivo, o financeiro de longo prazo, da SAUDAÇOR são 239 milhões, 106 mil, 545 euros no total, sendo que o diferencial resulta de financiamentos obtidos que depois deram origem a empréstimos aos hospitais. Ou seja, que não são considerados como variação de passivos da SAUDAÇOR porque são empréstimos. Aumentaram o passivo da SAUDAÇOR, mas também aumentaram o seu activo e do ponto de vista líquido não faz diferença. O montante total, com esta salvaguarda, do financiamento de longo prazo da SAUDAÇOR, no final de 2010, é de 239.161.453, sendo que a dívida líquida financeira de longo prazo da SAUDAÇOR, como disse o Sr. Secretário Regional da Saúde, mantém-se nos 193 milhões de euros.

Outra questão que penso que é fundamental para concluir este processo, como disse a Sra. Deputada Zuraida Soares. Nós podemos discutir montantes, nós podemos – não são interpretações diferentes – ter tentativas de ter, somar duas vezes a mesma coisa, discutir montantes e podemos discutir isso com toda a abertura e transparência, mas nunca podem dizer que o Governo dos Açores não

tem total transparência nessa matéria. Porque todos estes dados, as contas rigorosas do sector público empresarial da Região, todas as empresas são do conhecimento de todas as entidades. Posso dizer que a Troika viu através do Banco de Portugal e indo a cada um dos bancos das instituições financeiras do país, exactamente o que estava nas contas, nos balanços das instituições financeiras que comprovam exactamente aquilo que está nas nossas contas. O Tribunal de Contas disse claramente que a situação dos Açores era aquela que correspondia à realidade, não havendo nenhuma situação identificada em relação à Madeira, que tivesse aplicação nos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Naquilo que tem conhecimento!

O Orador: O Sr. Ministro das Finanças referiu várias vezes esta situação; os elementos da Troika quando vieram a Portugal sempre referiram estas situações nos seus relatórios; penso que há aqui um consenso generalizado sobre a diferença clara, em termos de transparência e de rigor, das contas públicas dos Açores, das contas públicas da Madeira. Isso é o maior património que nós devemos ter para salvaguardar a defesa dos Açores nesse ataque que os centralistas vão fazer em relação à Madeira.

Pôr em causa algo que nenhuma entidade externa, nenhuma entidade, quer seja o Tribunal de Contas, quer sejam as instituições internacionais, quer seja o Governo da República do vosso próprio partido pôs em causa, penso que não é um bom contributo para que os Açores possam vencer este embate em relação a algumas tentações centralistas.

Deputado João Costa (PSD): Isso era o discurso do Sócrates!

O Orador: Isto é o mais importante.

A questão final em relação àquele aspecto que disse, quero dizer que – como disse na Comissão e digo aqui publicamente – com ajustamentos de tempo o Governo dos Açores – e eu na Comissão disse – que concordava com a proposta do PSD de que o Governo remeta, em prazos a ajustar tendo em conta as datas de aprovação, à Assembleia, as contas de todas as empresas, que como referi também estão à vossa disposição através do acesso do registo comercial, de como têm acesso, e têm o acesso de qualquer cidadão...

Deputado António Marinho (PSD): 2010 ainda não tem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): 2010 ainda não está!

O Orador: ...mas do ponto de vista processual, concordamos e aprovámos a proposta do PSD de que seja o Governo, com datas definidas, a remeter à Assembleia as contas de todo o sector público empresarial. Com rigor e com transparência não temos nada a esconder.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já o deviam ter feito! Só se lamenta que não o tenho feito até agora!

O Orador: Penso que se alguém e alguns tinham dúvidas, nós neste período de tempo, com as instituições internacionais, com o Tribunal de Contas e com todas as entidades que auditam as nossas contas, isso ficou verdadeiramente esclarecido. Por isso estamos inteiramente de acordo em aprovar essa proposta do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que aquilo que ia dizer, o Sr. Vice-Presidente já o disse em relação ao Bloco de Esquerda. É necessário distinguir muito bem a posição do Partido Socialista, da posição do Bloco de Esquerda em relação a alguns entendimentos e ao seu discurso de tribuna.

Nós entendemos que a senhora tem um discurso de tribuna que é um discurso nacional e um discurso regional.

Nós aqui entendemos que o uso do seu discurso regional possa ter implicações na Região Autónoma dos Açores, mas algum desse discurso é um discurso da Assembleia da República. O nosso poder junto da Caixa Geral de Depósitos...

Deputada Zuraida Soares (BE): O político e o nacional não tem nada a ver! Para que é o protocolo então?

O Orador: ...e as questões que trouxe sobre a Caixa Geral de Depósitos nós não temos competência. É necessário distinguir bem as competências regionais das competências nacionais.

Se a senhora trouxesse aqui...

Deputada Zuraída Soares (BE): Para que é o protocolo?

O Orador: ...a questão do financiamento da banca regional, que é um problema que o Governo Regional tem trazido a público, que é necessário que os compromissos com a Troika que foram feitos para o país tenham os seus efeitos na Região, isto é importante dizer aqui e agora, que o país ao assumir compromissos com a banca nacional, esses compromissos devem-se repercutir também na Região Autónoma dos Açores. Ou seja, os seus efeitos, o dinheiro que estes bancos tiveram, também terá que se repercutir na Região Autónoma dos Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não têm que ser reivindicadas?

O Orador: Agora, as relações da Caixa Geral de Depósitos não são questões regionais a serem tratadas em termos do seu tipo de gestão ou do seu tipo de competências dentro do sistema bancário nacional, que são competências próprias da República e não competências regionais.

Relativamente ao Protocolo de Entendimento que o Governo quer celebrar com o Governo da República e que saúdo aqui a posição de colaboração do Primeiro-Ministro de Portugal com o Governo Regional, no sentido de que está disposto...

Deputado João Costa (PSD): Esse não é do PSD?

O Orador: ... a responder positivamente à carta que Carlos César tinha enviado ao Sr. Primeiro-Ministro, o que prova que o nosso Governo dos Açores está disposto em colaborar com o Governo da República e o Governo da República a colaborar com o Governo Regional dos Açores, pondo mais uma vez por base, por terra, o discurso do PSD terrorista...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que este Governo ia ser um Governo terrorista com o Governo da República.

Estes dois documentos só vêm provar a colaboração e o entendimento que será necessário ter com governos distintos, de uma forma diferente, num próximo futuro.

E para esta colaboração e para este entendimento, Sra. Deputada, há um conjunto de questões que não são questões que estão nas costas da Assembleia Legislativa Regional. Não são questões de alteração da Lei de Finanças Regionais, não são questões de alteração do Estatuto. Muitas delas são questões de gestão corrente e que passam pelo entendimento entre a República e o Governo Regional dos Açores.

O Sr. Vice-Presidente deu alguns exemplos. Eu poderia apontar, por exemplo, uma célebre portaria do IVA que nós ouvimos falar, que é uma portaria do Governo da República, não é uma portaria do Governo Regional. É uma portaria que o Governo da República faz do modo como se processam as transferências do IVA para a Região Autónoma dos Açores. Portanto, não é nas costas da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Se nós falarmos como é que nós vamos contribuir para o défice do país é necessário que alguém diga claramente junto da República que nós somos 2,5% da população portuguesa e que a nossa dívida representa menos de 0% no défice do país.

Portanto, num país que tem cerca de 170 mil milhões de dívida, a dívida regional é uma gota na dívida nacional e o nosso contributo terá de ser diferenciado da Região Autónoma da Madeira, porque as diferenças nós já ouvimos falar que são a quadruplicar ou a triplicar, quer em avales, quer em dívida directa, quer em dívida indirecta, que todos nós já conhecemos e que não necessito de trazer aqui os respectivos números.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez para sublinhar que efectivamente a interpelação do Bloco de Esquerda não se refere às contas regionais, não se refere às finanças públicas regionais, mas vem aqui fazer aquilo que é a sua especialidade: uma política de guerrilha permanente contra o Governo da República, seja qual for esse Governo.

Aliás, na boa esteira da prática guerrilheira do “trotesequista” do PSR que hoje preside ao Bloco de Esquerda...

Deputada Zuraída Soares (BE): Quando começar a chamar nomes ao seu líder, o senhor não vai gostar com certeza!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma lista enorme!

O Orador: ...portanto, não é naturalmente de espantar que quem tem ideais “trotesequistas”...

Presidente: Eu agradecia que continuasse, mas tanto quanto possível que não houvesse muitos ataques e muitos nomes.

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Zuraída Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Peço desculpa Sr. Presidente, mas que eu saiba isto não insulta ninguém.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, não?!

O Orador: São, enfim, correntes políticas que existiram, que foram assumidas pelos próprios no passado, que presidiram um partido que se chamava PSR e portanto, se alguém não tem memória, eu tenho.

Deputada Zuraída Soares (BE): Os outros também!

O Orador: Portanto, não é um insulto a ninguém. É a constatação do trajecto político dum presidente de um partido e a crítica de um coordenador e a crítica é a política. Não é nenhum insulto. Peço desculpa.

Relativamente à defesa dos Açores. Oh Sra. Deputada, nessa matéria o CDS não recebe lições nem deste Grupo Parlamentar que aqui está, nem de si, nem do seu colega...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ora aí está! Não recebem lições de ninguém!

O Orador: ...muito menos do seu líder nacional, porque já cá andávamos quando a senhora cá chegou; já cá andávamos quando a burguesia elitista do Bloco de Esquerda chegou à política nacional e já cá andávamos a defender Portugal e os Açores, Sra. Deputada. Não foi a partir de 98 que passou a existir Portugal, nem a partir de 2008 que passou a existir Açores para o CDS.

Portanto, a senhora vem agora com a sua barriga de arrogância armar-se na defesa dos Açores e como a única intransigente. Está enganada, Sra. Deputada! Tem muito caminho para fazer e muito para aprender.

Deputada Zuraída Soares (BE): Talvez vai ser o senhor a ensinar!

O Orador: Deus nos livre um dia se essa burguesia elitista chega ao poder, Sra. Deputada! Burguesia elitista do Bloco de Esquerda.

A senhora talvez também se vai arrepender um dia como o seu líder nacional, porque o coordenador do Bloco de Esquerda reconheceu que teria participado nas reuniões com a Troika para a ajuda externa a Portugal, mas reconheceu depois de levar uma derrota colossal nas eleições...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ao menos tem a humildade de aprender com os outros, coisa que o senhor não!

O Orador: Não, não! Não foi por humildade. Foi porque não teve escapatória possível de justificar a derrota que levou nas eleições legislativas. Espero que a senhora vá no mesmo caminho e emende o erro a tempo para não ter um desgosto em 2012, Sra. Deputada.

De resto, Sr. Vice-Presidente, eu queria ler-lhe uma frase e depois, se Sr. Vice-Presidente quisesse comentar, agradecia.

Passo a citar, de uma entrevista, e que diz o seguinte: “A primeira década de Mota Amaral à frente do Governo foi caracterizada por um grande equilíbrio, que se começou a degradar a partir de 1986. As décadas seguintes foram muito mais despesistas, de tal forma que ainda com Mota Amaral no poder teve de ser feito um saneamento das contas públicas no valor de 120 milhões de euros.”

Sr. Vice-Presidente, a pergunta que lhe faço nesta altura de grave crise para o país é se o senhor nos pode dizer se vamos chegar a esta situação em que tenha de ser feito um saneamento de contas públicas nos Açores...

Deputado Francisco César (PS): Quem era a Secretária das Finanças?

O Orador: ...lembrando que, efectivamente, tenho também aqui outra notícia do Tribunal de Contas, que é a garantia de um Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, que diz que não há buraco financeiro nos Açores.

Ora, com esse pressuposto que lhe acabei de ler, Sr. Vice-Presidente, o que é preciso: dívida, qualquer empresa, qualquer família e qualquer governo tem que a fazer. Interessa ver a qualidade dessa dívida e por que é que foi feita e por que é que está a ser feita.

Agora, gostaria que V. Exa. me explicasse ou nos desse alguma explicação, a esta casa ou aos açorianos, se efectivamente os Açores não estão em risco de proceder a um saneamento financeiro de tal ordem como foi feito no passado.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Guardo-me para o fim e prescindo neste momento.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa pela distração.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: O Partido Socialista é interessante.

Ontem chamei-vos supríveis, hoje estão no interessante. Melhoraram ligeiramente desde ontem.

Só para deixar aqui duas ou três notas. Uma que tem a ver com aquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de fazer. Não foi exactamente a última coisa que disse, mas referiu efectivamente o valor do passivo da SAUDAÇOR. Vamos dar esse número como correcto. Naturalmente estará aqui a dar os números correctos. O desafio que lhe foi feito foi relativamente a todo o sector da saúde, a dívida da saúde, etc., ou seja, eu quero dizer com isto o seguinte. O Sr. Vice-Presidente evocou o Tribunal de Contas, evocou também outras entidades e naturalmente a pronúncia que elas fazem tem a ver com aquilo que lhes lá chega. Se formos a pensar que eventualmente poderão não ter tudo... Eu não sei se têm tudo, se não têm tudo. Eu quero ter é a garantia de que a informação está toda nos locais

certos e que está toda também connosco, com o Parlamento que é a quem compete a fiscalização da actividade governativa.

Portanto, só tendo tudo, só estando na posse de todos os elementos é que podemos reconhecer o que está bom ou o que está mau.

Ainda agora, pelo exemplo que foi dado, foi-lhe pedido – a partir de declarações do Sr. Secretário Regional da Saúde, a propósito da dívida da SAUDAÇOR – um conjunto global do sector da saúde, incluindo designadamente os hospitais EPE. O senhor limitou-se a falar...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Já lhe respondo.

O Orador: Pois, mas até agora o tal rigor e transparência, a tal preocupação... O senhor falou na SAUDAÇOR e não falou de tudo o resto.

Eu não sei, porque os senhores até agora não deram, mas acredito que sim e o Sr. Vice-Presidente há bocado acabou de dizer que em Comissão – e é verdade, eu estava lá, na Comissão de Economia – disse que da parte do Governo havia disponibilidade, inclusivamente para aprovar (eventualmente com algumas alterações) algumas das peças, se não todas, do pacote de transparência. Esperemos que sim.

Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O Governo não aprova!

O Orador: Está bem. Sabemos todos do que é que estamos a falar.

Portanto, essa disponibilidade foi para nós bem recebida. Aliás, como foi deixado claro também em Comissão e portanto, poderá ser um bom primeiro passo.

Agora, aquilo que nós temos e isso de alguma forma responde ao desafio, creio que ao desafio feito pela Sra. Deputada Zuraida Soares, da questão de uma auditoria às contas regionais.

Oh Sra. Deputada, nada obsta a que o PSD não esteja disponível para aceitar essa auditoria.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é aceitar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Promovam!

O Orador: Agora, aquilo que nós estamos a fazer com o pacote de transparência é fazer com que voluntariamente o Governo forneça essa informação.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O pacote de transparência é para isso mesmo: é para que o Governo em atitude voluntária nos forneça essa informação. Se obviamente o Governo não disponibilizar toda a informação através do cumprimento integral, atempado e próximo do pacote de transparência apresentado pelo PSD, naturalmente que para conhecermos a dimensão, para os açorianos conhecerem a situação das finanças públicas regionais eventualmente a auditoria será o caminho a seguir.

Só mais duas questões e isto tem a ver com aquilo que disse o Sr. Deputado José do Rego, que o PSD não reconhecia...

O PSD reconhece quando tiver toda a verdade. Agora o PSD não pode reconhecer quando, por exemplo, na discussão do Plano e Orçamento de 2011, entre terça e quinta-feira, o Governo deu como valores das responsabilidades 715 e três dias, ou dois dias depois, já eram 1500. Nós não sabemos por onde é que andamos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Finalmente e por agora, eu diria só uma outra questão. Ia falar da questão da proposta do Protocolo.

A proposta do Protocolo naturalmente ainda anda escondida. Acho que os senhores mandaram uma nota para a comunicação social no final de um Conselho de Governo, numa sexta-feira aqui atrás, há duas ou três semanas, dizendo que o Governo tinha aprovado uma proposta de Protocolo de Entendimento com o Governo da República. Diz agora o Sr. Vice-Presidente, que inclusivamente já teve uma resposta positiva por parte do Ministro das Finanças...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Do Primeiro-Ministro!

O Orador: Foi aquilo que acabou de dizer. Tudo bem.

E onde está a proposta de Protocolo? Por que é que os senhores não nos dão a proposta de Protocolo?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Diga o nome do Primeiro-Ministro.

O Orador: Não nos dão para conhecimento a proposta de Protocolo? Ou se a não querem dar, por que é que anunciam que o Governo aprovou uma proposta de Protocolo?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Se o Conselho de Governo aprova, a Assembleia que é o órgão fiscalizador da actividade governativa tem todo o direito de o conhecer. Mais! O povo açoriano tem todo o direito de conhecer essa proposta de Protocolo e os senhores esconderam-na.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Finalmente Sra. Deputada Zuraida Soares, a culpa não é nossa, mas mesmo assim nós vamos pedir-lhe desculpa. É que a senhora fez e aliás já elogiamos a oportunidade desta interpelação, mas aqueles senhores do Partido Socialista passam o tempo a falar sobre a Madeira, quando nós fizemos uma declaração de interesses logo no início relativamente à questão da Madeira e depois passam o tempo a falar do PSD e em Berta Cabral.

Peço-lhe desculpa, Sra. Deputada, por não ter atingido os seus objectivos por causa da intervenção desastrosa do PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão do Memorando de Entendimento e à importância, ou melhor, aos efeitos que vai ter nomeadamente ao nível das finanças regionais, o Sr. Vice-Presidente logo, penso eu, na sua primeira intervenção veio dizer uma coisa que todos nós sabemos e que tem a ver com o facto de que é competência da Região estabelecer o valor da diferenciação fiscal. Isto é, a Região entende em determinada altura que pode outorgar às famílias e às empresas (às famílias por via da redução no IRS e por via do IVA e às empresas por via do IRC) esse valor às açorianas, açorianos e às empresas. Ou então,...

Mas eu posso repetir Sr. Vice-Presidente. O Sr. Vice-Presidente disse e muito bem, todos nós sabemos, que é competência da Região outorgar ou não (utilizar a diferenciação fiscal que é uma competência nossa, que decorre da Lei de Finanças Regionais) esse valor. Portanto, aumentando ou reduzindo a diferenciação fiscal. Outorgando às famílias e às empresas quando acha que o deve fazer, ou então arrecadando para si essas receitas próprias.

Pois muito bem. A questão que eu queria colocar, até em jeito de desafio, é a seguinte: se o Governo Regional entende que neste momento é necessário aumentar a receita própria por via da diminuição da diferenciação fiscal, então que faça essa aceitação de uma forma voluntária, cumprindo aquilo que está no Memorando de Entendimento, mas não sendo forçado a isso.

É muito simples, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Mas como é que se consegue fazer isso?

O Orador: Eu não sei se consigo fazer isso, estou-lhe a colocar este desafio. V. Exa. depois responderá. Mas a questão é a seguinte: julgo que este não é o momento...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Baixar antes de baixar?

O Orador: ...de abrir qualquer processo de revisão da Lei de Finanças Regionais. Portanto, se abrir um processo de revisão da Lei de Finanças Regionais sairemos certamente penalizados com isso.

Já percebeu, Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Já percebi.

O Orador: É que o Deputado Francisco César ainda não percebeu.

Deputado Francisco César (PS): Eu não percebi? Muito bem!

O Orador: Mas eu não lhe vou explicar, Sr. Deputado.

O Sr. Vice-Presidente já percebeu, penso que toda a gente nesta câmara já percebeu, menos V. Exa. Eu não tenho culpa. Não lhe posso fazer mais nada.

O desafio é este, Sr. Vice-Presidente. Já percebeu? Então a Região assuma de modo próprio que necessita de mais receita, evitando com isso que haja a abertura da Lei de Finanças Regionais. É só isso.

Mas eu como sou um guerrilheiro por natureza...

Deputado Mark Marques (PSD): Guerrilheiro ou guerreiro?

O Orador: ...não poderia deixar de responder a algumas provocações que foram dirigidas em primeiro lugar à Deputada Zuraida Soares, mas que eu não queria deixar de dizer...

(Apartes inaudíveis do Deputado Artur Lima)

O Orador: Queria apenas que V. Exa. comentasse aquela execrável figura que dá pelo nome de Angela Merkel, que é Chanceler...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é que é um insulto!

Deputado José San-Bento (PS): Vamos fazer uma conferência de imprensa!

Deputado Berto Messias (PS): Se fosse o PSD já tinha pedido um intervalo!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, o seu apelo não serviu de nada!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires faça o favor de continuar com menos adjectivos se possível e muito rapidamente, porque terminou o seu tempo.

O Orador: Sim, senhor.

Recentemente, Sr. Deputado, a Chanceler alemã afirmou que aos países com elevadas dívidas soberanas devia ser reduzida a sua soberania. Pois bem, a Chanceler alemã não é certamente nem marxista-leninista, nem “trotesequista”, nem maoísta...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É, é!

O Orador: ...nem coisa que se pareça.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Na Alemanha é!

O Orador: Mas é uma democrata cristã.

O que é que o senhor tem a comentar relativamente a esta afirmação?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nasceu na sua terra! Nasceu na RDA!

Presidente: Vamos prosseguir. Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra. Tem 4 minutos e meio o Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado, se não se importa, inverte a ordem das questões que foram colocadas.

Lembra-se o que é que nós dissemos na última campanha eleitoral para a Assembleia da República, aqui, neste Parlamento? Mantemos exactamente o mesmo. É que não há um impacto em 2012 na redução do diferencial fiscal em relação ao continente. Primeira questão: tem um impacto praticamente nulo em sede de IRS, porque 99% da receita cobrada em IRS é cobrada com a taxa 20% inferior. Portanto, não tem impacto no IRS. Nem tem impacto no IVA em 2012, porque a fórmula de cálculo do IVA implica que o seu impacto seja só em 2013. Tem impacto apenas em sede de IRC e 1% de aumento de lucro da tributação de lucro sobre as empresas resulta numa receita de 300 mil euros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O problema não é esse!

O Orador: Ou seja, Sr. Deputado, estou a responder-lhe a si.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu peço desculpa.

O Orador: O impacto orçamental, que é o que me perguntou, de passar a diferenciação fiscal de 30 para 20, como dissemos na campanha eleitoral – não o estamos a dizer agora – é de 300 mil euros de aumento de receita em 2012. Apenas 300 mil euros, ou seja, como referi, é um valor verdadeiramente residual no contexto do orçamento da Região.

A questão que coloca que é: mas então se nós fizermos essa baixa sem poder mudar a lei?

O problema é que como também dissemos, no período antes da Assembleia da República, é que não é uma questão de negociação com o Governo da República, como dissemos na altura. A questão aqui coloca-se ao nível da Comissão Europeia, que considera que não deve haver uma substancial redução da diferenciação fiscal e uniformização no espaço europeu. É essa a questão que se coloca. A nossa redução não resolveria o problema, mas também tem uma vantagem. Porque se ficar na lei que é apenas de 30 para 20 evita-se qualquer tentação de amanhã, ou noutra altura, passar dos 20 para os 10. É uma segurança que fica nesse contexto e penso que deve ser essa a forma que deve ser colocada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é do mau, o menos! Não é satisfatório!

O Orador: Muito rapidamente, em relação ao Sr. Deputado António Marinho, quanto ao passivo financeiro de longo prazo dos 3 hospitais, digo-lhe o montante ao cêntimo:

Hospital de Ponta Delgada: 80 milhões, 505 mil, 123 euros e 81 cêntimos;...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Incluiu o *factoring*?

O Orador: O Hospital de Angra do Heroísmo: 1 milhão, 909 mil, 888 euros e 49 cêntimos; e o Hospital da Horta: 28 milhões, 832 mil, 472 euros e 90 cêntimos.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Dívida de longo prazo, Conta 25, financiamento a longo prazo.

Mas o que eu lhe quero dizer sobre esta matéria é uma questão muito simples. Nós estamos aqui a discutir e a falar de montantes, como já vimos e até utilizo expressões de membros com responsabilidade financeira no Governo da República que quando confrontados com a realidade dos encargos de todo o sector público empresarial da Região disseram uma coisa tão simples quanto isto: “bem, só isto?”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual é o total?

O Orador: “Mas isto é muito menos que a dívida da RTP.”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a dívida nacional?

O Orador: Ou seja, o somatório de todas as responsabilidades da Região, de todas as empresas do sector público empresarial...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe que a dívida da RTP é de 3 mil milhões!

O Orador: Muito menos, foi o que eu disse.

... são valores, comparativamente com a Madeira, com qualquer empresa pública do continente, substancialmente inferiores.

Quanto à questão que o Sr. Deputado Artur Lima colocou, respondo com toda a objectividade.

Objectivamente e pelos dados públicos, transparentes, que a totalidade da realidade financeira da Região – aliás como foi comprovada pelas diversas entidades internacionais que nos auditaram, pelas entidades nacionais de coordenação, inclusivamente pelo Tribunal de Contas – todas as contas são transparentes. Todas as contas do sector público empresarial são enviadas ao Tribunal de Contas; estão à disposição de qualquer cidadão através do registo comercial; estarão no âmbito da proposta e serão enviadas directamente para a Assembleia. Portanto, é tudo totalmente transparente e rigoroso.

Por essa via, objectiva e evidentemente que a Região não carece, mantendo as condições de financiamento que tem, de qualquer necessidade de saneamento financeiro e está em condições de cumprir integralmente, como até agora, as suas responsabilidades e manter os níveis médios de pagamento.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Portanto, a questão, para concluirmos, em termos de garantias da realidade...

As garantias não são dadas pelo Governo Regional, são dadas pelas entidades internacionais, são dadas pelas entidades nacionais com responsabilidade, são dadas pelo Tribunal de Contas. É esta a nossa realidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o Governo também dá garantias?

O Orador: E o Governo também dá objectivamente a garantia.

Respondendo à sua questão concreta, evidentemente, a Região não carece de qualquer processo de saneamento financeiro nos termos em que foi feito em 1996.

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só venho responder ao Sr. Deputado António Marinho que considerou que a minha intervenção ou a intervenção do PS, porque até agora só eu é que fiz a intervenção, tinha sido desastrosa. Eu acho que toquei na borbulha do PSD!

Deputado António Marinho (PSD): Não é a sua! É do Partido Socialista!

O Orador: O Sr. Deputado António Marinho não quer que se fale em Berta Cabral que é a presidente do vosso partido. Se esta direcção do Grupo Parlamentar não quer que se fale nela, ela tem de ser trazida à laia.

Deputado Mark Marques (PSD): À laia? Que conversa é essa?

O Orador: Ela tem de ser trazida aqui. Ela é que fala pelo PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Laia?

O Orador: À liça, peço desculpa.

Sr. Deputado António Marinho é desastroso dizer que já não é o Partido Socialista, já não é o Vice-Presidente, ou não é o Governo do Partido Socialista que dizem que as nossas contas são correctas e são idóneas. Não! O PSD continua o seu discurso, nesta casa, hoje como no passado a ter dúvidas acerca da transparência das contas regionais.

Reafirmo aqui que o Banco de Portugal, a Secção do Tribunal de Contas Regional, o INE, o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças o que

disseram foi que a situação dos Açores não tem nada a ver com as situações que existem noutras áreas do país.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD continua com nuvens negras como sempre teve no passado, pois fique com elas que nós vamos governando tranquilamente os Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem um minuto e meio.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para reforçar uma questão que aqui já foi colocada por diversos partidos, mas que considero que é de grande relevância. Tem a ver de facto com a natureza eminentemente parlamentar do nosso sistema político nos Açores e isso significa que o Parlamento está no centro da vida política. Isto significa também que num sistema com estas características é fundamental, como se viu ao longo de todos estes anos, que o Parlamento exerça uma fiscalização forte e tenha acesso a toda a informação relevante, sob o ponto de vista político e económico.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já tem!

O Orador: Isso significa Sr. Vice-Presidente que a proposta do Governo em relação ao Protocolo de Entendimento com o Governo, entre o Governo Regional e o Governo da República, tem de ser comunicada obrigatoriamente a este Parlamento. É um dever fundamental do ponto de vista político e é também uma obrigação do Governo Regional nesta matéria. É necessário que o Parlamento conheça qual é proposta do Governo. Acho que é uma questão politicamente relevante, da maior importância e é urgente que o Governo disponibilize esta informação.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muto rapidamente só para dizer que eu só não tenho dúvidas quando tenho tudo à minha disposição. Quando eu não tenho tudo à minha disposição, eu tenho toda a legitimidade para ter dúvidas.

Deputado José Rego (PS): O senhor tem tudo!

O Orador: Nós acabamos ainda agora de ver a segunda etapa de algo que tinha começado antes com a SAUDAÇOR.

O Sr. Vice-Presidente do Governo falou no passivo de longo prazo dos hospitais EPE, mas ainda não disse tudo. Nós não conhecemos os passivos e continuamos sem conhecer neste momento. Se é assim tanta a vontade, tanta a disponibilidade para o rigor e para a transparência...

Deputado José Rego (PS): As contas são públicas!

O Orador: ... por que motivo é que as contas das empresas públicas, do sector público empresarial regional relativo a 2009, pedido em Junho de 2010 só nos apareceu um mês depois? Se é essa vontade, por que é que isso se passou?

E agora que pedimos a de 2010 eu pergunto: Sr. Vice-Presidente do Governo, vamos ter o mesmo calvário e só ter daqui por cerca de um ano as contas de 2010? É esta, teoricamente, a disponibilidade sempre demonstrada, mas depois não chega nada, mas depois não dão nada.

Enquanto não tivermos à disposição o documento...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...temos toda a legitimidade para duvidar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Se houvesse essa disponibilidade, se houvesse a vontade de esclarecer a verdade por parte do Governo não haveria dúvidas nenhuma nem para nós, nem para qualquer outra entidade e acima de tudo não haveriam dúvidas para os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria dar os parabéns ao Bloco de Esquerda pela pertinência deste debate, porque é importante acima de tudo que não haja qualquer dúvida nos Açores e a nível nacional em relação às diferenças substantivas entre aquilo que é a situação da Madeira e aquilo que é a situação dos Açores.

Deputados José San-Bento e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não queremos que apareça em lado nenhum notícias como esta sobre a dívida dos Açores e aqui o Vice-Presidente do Governo e as instituições nacionais e internacionais têm dado o aval exactamente aos números que têm sido avançados.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Nós também não queremos!

O Orador: Eu penso que devemos analisar e saúdo alguns partidos pela postura que tiveram aqui, exactamente nesta Assembleia, de tentar vincar esta diferença em relação à Madeira.

Infelizmente da parte do Partido Social Democrata aquilo que vi foi uma desculpa esfarrapada e uma falta de sinceridade em relação à distinção daquilo que é a situação dos Açores e da Madeira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Nem mais!

O Orador: Porque se fosse sincero não questionava, imediatamente a seguir de dizer que a situação era diferente, praticamente todos os números que o Governo tem apresentado. Eu percebo porquê. Porque este Grupo Parlamentar do PSD e a sua líder assentaram a estratégia em duas premissas: o Governo do PS deve ser igual ao do José Sócrates; a credibilidade do Sr. Vice-Presidente não existe.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Infelizmente os factos não comprovam isto.

O Banco de Portugal, o INE, a Troika, até o próprio Governo da República chegam ao ponto de dizer que é caso único a situação da Madeira.

Pior do que isto: os Srs. Deputados, para além de estarem a prejudicar o nome dos Açores lá fora,...

Deputado João Costa (PSD): Era o que faltava! O Sócrates tinha o mesmo discurso em relação à Europa!

O Orador: ...vêm dizer em relação à Madeira que não se deve isolar a Madeira, quase que desculpando, quando em relação aos Açores dizem “calma aí, é preciso prudência.” Ou seja, onde há buraco, na Madeira, Berta Cabral desculpa exactamente por ser do PSD; nos Açores, onde o Governo é do PS, a nossa terra, a líder do PSD imediatamente fala mal.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isto não é uma boa atitude da parte do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Não é sério!

Deputado João Costa (PSD): E não é verdade!

O Orador: Mas eu percebo a razão da desilusão do PSD, porque durante muito tempo o Partido Social Democrata assentou parte do seu modelo de desenvolvimento para os Açores no modelo de desenvolvimento da Madeira. Basta ouvir o Deputado Duarte Freitas quando dizia que entre 95 e 98 avançámos apenas sete pontos percentuais em relação à média do PIB da União Europeia, enquanto que, por exemplo, na Madeira, tínhamos avançado 30 pontos percentuais.

Deputado Luís Garcia (PSD): E é verdade!

O Orador: De facto, é verdade. Se não descontarmos a questão da zona Franca, mas mesmo descontando a questão da zona Franca, o facto é que a Madeira tem um enorme buraco financeiro, enquanto que nos Açores nós temos as contas equilibradas, sem que o nosso PIB seja empolado por qualquer outro motivo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual é o PIB da Madeira?

O Orador: Também percebo que o PSD durante muito tempo adoptava o modelo das sociedades de desenvolvimento da Madeira, até defendia uma para cada ilha.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É verdade sim senhor!

O Orador: Eu percebo que o PSD durante muito tempo e o Sr. Deputado Duarte Freitas até dizia: “Temos de utilizar mais instrumentos financeiros, tipo parcerias público-privadas, para aumentarmos o investimento público em todas as ilhas.”

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi isso que eu disse, mas não tenho tempo para lhe responder! Não tenho tempo para perder com isso!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Essa foi muito infeliz!

O Orador: Sr. Deputado, o facto é que os senhores sentem que estão desiludidos; o facto é que os senhores não querem acreditar no que aqui está. Porquê?

Porque para o PSD/Açores quanto pior estiver os Açores, melhor para os vossos proveitos políticos.

O PS, este Grupo Parlamentar e este Governo por diversas vezes disseram: “Estamos disponíveis para esclarecer”.

A um pacote de transparência nós dissemos: “Nós aprovamos o pacote da transparência”.

O Governo dá um esclarecimento em relação a uma dúvida, mas “falta qualquer coisinha”, dizem os senhores. Ou seja, sempre que nós damos um esclarecimento os senhores pedem imediatamente mais um.

Deputado António Marinho (PSD): Então dê tudo de uma vez só!

O Orador: A questão é que sempre que o Sr. Deputado pede um esclarecimento ao Governo, quando é dado, imediatamente a seguir, pede outro.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Faz-nos pensar de facto é que os senhores não querem nenhum esclarecimento, porque os senhores já têm.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Os senhores agem como se quando fizessem a pergunta já sabiam a resposta. Pois, Sr. Deputado, nós já demos todos os esclarecimentos necessários e comprometemo-nos aqui a dar todos aqueles que forem ainda mais necessários.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Aprovaremos o pacote de transparência (obviamente tendo em conta alguns acertos que são necessários fazer), aprovámos a questão da implementação das medidas da Troika, que no princípio básico estamos todos de acordo, portanto, Srs. Deputados, está aqui o compromisso do Partido Socialista, perante os senhores, perante o povo açoriano.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E quanto ao Protocolo?

O Orador: As nossas contas são transparentes. Estamos disponíveis para trabalhar com os senhores para que não haja qualquer dúvida em relação à situação dos Açores, em relação à situação da Madeira.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ultrapassámos a nossa hora regimental, de qualquer modo eu não tenho mais inscrições. Não sei se há mais inscrições.

Não havendo, dava a palavra, para não se perder o fio condutor, à Sra. Deputada Zuraida Soares para encerrar o debate.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por dizer que fico sempre muito surpreendida quando alguns Deputados e Deputadas desta casa afirmam, enfim, com um imenso despudor que não recebem lições de ninguém sobre coisíssima nenhuma, nem sobre democracia, nem sobre autonomia, nem sobre defesa dos Açores. Ninguém recebe lições de ninguém!

Eu por mim digo sinceramente que não subscrevo a barriga da autoridade, muito menos a barriga da antiguidade e tenho a humildade de receber lições de muita gente e de aprender com muita gente, dentro e fora desta casa.

Portanto, lamento que haja Deputados que não subscrevem o mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não lhe posso é dar resposta. Se eu pudesse...

A Oradora: Sr. Deputado José do Rego, eu não tenho também a visão paroquial e serôdia de que os Açores não têm nada a ver com o nacional e com o país e gostaria muito que o Sr. Deputado José do Rego...

Deputado Lizuarte Machado (PS): O Sr. Deputado José do Rego não disse isso!

A Oradora: ...explicasse aos desempregados desta Região, aos pensionistas desta Região, aos carentes de apoios vários, aos precários, aos funcionários públicos, aos trabalhadores...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é demagogia! Estudou a cassette!

A Oradora: ...que não têm nada a ver com a política nacional, que é para eles então concluírem que as agruras que estão a passar são unicamente da responsabilidade do Governo Regional.

Portanto, Sr. Deputado tenhamos cuidado quando dizemos que não vale a pena falar da política nacional, porque ela não chega aos Açores. Chega, chega!

E a prova de que chega, Sr. Deputado, é esta cartinha, o tal Protocolo. Porque se a política nacional e as decisões do Governo PSD/CDS não chegassem aos Açores, não haveria necessidade de estabelecer um Protocolo de Colaboração e Entendimento.

E acerca deste Protocolo, Sr. Vice-Presidente, eu gostaria de lhe dizer o seguinte.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não tenho tempo. Pode ser por gestos?

A Oradora: De lhe fazer um desafio. Não precisa de responder. Pode ser amanhã ou depois, *à la longue*, mas o desafio é muito claro e já foi feito nesta Assembleia, ainda há pouco por mais do que um Deputado. Não lhe vou dar nenhuma novidade.

É que fazendo fé nas afirmações do Sr. Vice-Presidente (eu devo-lhe dizer com toda a franqueza que fui mais vencida pela persistência do que convencida), mas aceitando que não há nada feito, não há nenhum conteúdo, está tudo apenas numa proposta abstracta, tenho que lhe dizer Sr. Vice-Presidente que quando houver conteúdo e quando não houver só uma proposta abstracta, antes do Sr.

Primeiro-Ministro conhecer, esta Assembleia tem o direito de conhecer e o povo açoriano tem o direito de conhecer.

Deputado Francisco César (PS): Isso já foi dito!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas como pode ser antes? Primeiro tem de ser negociado. Só depois!

A Oradora: Eu disse que ia repetir, não se precipite, Sr. Deputado.

Portanto, eu espero bem que a carta não vá para Lisboa antes de vir a este Parlamento.

Finalmente, ainda para o Sr. Vice-Presidente, o impacto no orçamento da Região...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Eu sei que a hora está adiantada e o estômago funciona, mas o meu também, Srs. Deputados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O impacto no orçamento da Região do diferencial nos nossos impostos, disse o Sr. Vice-Presidente, é residual em termos de orçamento da Região. O que eu lhe quero perguntar é se será residual na vida das pessoas e nas empresas desta Região.

É que não é residual de certeza. Não é o Bloco de Esquerda que o diz, é toda a gente. São os empresários desta Região, são as famílias desta Região, são os contribuintes desta Região que lhe dizem todos os dias, que dão sinais de luzes dizendo que não estão a aguentar, quanto mais o que vem no futuro.

Pode ser residual num lado, mas seguramente que na vida das pessoas e das empresas não é residual.

E finalmente – e vou terminar, Sr. Presidente – falou-se muito na Madeira e em algumas coisas falou-se bem no sentido de a trazer à coacção e de sobretudo se fazer a distinção que tem de ser feita em nome da justiça, em alguns aspectos, entre a Madeira e os Açores. Mas também essa foi a boa desculpa para não se

falar de algumas coisas dos Açores e de perguntas directas que o Bloco de Esquerda, falando na política regional, fez daquela tribuna e que ficaram sem resposta.

Mas vou repeti-las, porque a esperança é a última a morrer...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não tem tempo para lhe responder.

A Oradora: ...e o Sr. Vice-Presidente não tem tempo, mas um dia há-de responder. Teve todo o tempo desta interpelação e não lhe deu resposta. Vou apenas avivar-lhe a memória e para o caso também um bocadinho ao CDS.

Vai ou não vai o Governo Regional reivindicar um comportamento diferente do banco do Estado no sentido de cumprir as suas obrigações de financiamento do tecido empresarial e das famílias?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Sim, sim!

A Oradora: Vai ou não vai o partido regional do CDS interpolar o seu partido nacional, na pessoa do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, para que ele cumpra agora que está no Governo a promessa que fez aos cidadãos enquanto andou em campanha eleitoral, que era que a Caixa Geral de Depósitos, com ele no Governo, seria transformada num banco de fomento?

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Porque não perguntou isso há pouco? Não tenho tempo.

A Oradora: Depois, quais são as empresas que o Governo Regional está na disponibilidade, de acordo com afirmações feitas pelo Sr. Presidente do Governo Regional, de privatizar? Quais são? Transportes?

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): A senhora não perguntou nada disso.

A Oradora: Está aqui a declaração, eu vou-lha ler.

“Vai o Governo Regional aceitar na esteira do Governo da República o desastroso negócio de privatizar as empresas e serviços estratégicos da Região?”

Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, aqui não há mentiras. Aqui o jogo é em cima da mesa com o Bloco de Esquerda. Se lhe estou a repetir as perguntas é porque elas estão aqui. Os senhores ouvem sempre muito mal quando lhes dá

jeito e o CDS, pelos vistos, também ouviu mal, mas agora estou-lhe a relembrar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora não falou!

A Oradora: Portanto, a pergunta é quais são as empresas que os senhores – o Governo Regional – estão na disposição de privatizar? Eu pergunto-lhe: transportes? Portos? Energia? Água? Comunicações? Quais delas?

Deputado Francisco César (PS): A água?

A Oradora: A água. O seu partido não está no continente também? Está, não está?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: O que é que vai fazer com essa privatização?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Aqui, quais é que vai privatizar?

Aqui não há água? Não, aqui há água e a privatização da água cá chegará.

Quais são as que o Sr. Vice-Presidente e o Governo Regional estão na disponibilidade de privatizar?

Não fui eu que disse que estava disponível para privatizar. Foi o Sr. Presidente do Governo Regional. Esqueceu-se de dizer quais são.

A Sinaga? Santa Catarina? Não são essas que interessam, de certeza, àqueles que querem privatizar.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso não tem nada a ver com a economia da Região!

A Oradora: Vai ou não vai acentuar a política de pagamento das taxas moderadoras, que é, como sabe, uma imposição do Memorando da Troika?

Vai ou não vai prosseguir a lógica de apoio ao ensino privado e de desinvestimento no ensino público?

Vai ou não vai trazer para aqui a mobilidade especial para aplicar aos funcionários públicos?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não.

A Oradora: A nenhuma destas perguntas que estão aqui, Sr. Vice-Presidente, o senhor respondeu.

Vai ou não vai continuar a fazer vista grossa no caso o Governo Regional à economia paralela da Região?

Vai ou não vai manter a desvergonha, porque nos Açores também há algumas Sr. Vice-Presidente, das permanentes e indecentes derrapagens nas obras públicas nesta Região?

Não tem tempo para me responder, mas numa próxima Sr. Vice-Presidente a pergunta voltará. Quem é que afinal está primeiro: A Troika ou os Açores?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está na nossa hora regimental. Vamos almoçar. Retomamos às 15 horas com outro ponto da Agenda. Pedia aos líderes parlamentares o favor de se aproximarem da Mesa.

Eram 13 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 16 minutos.

Vamos reiniciar com a Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/2011 – “Reestrutura o sector empresarial regional na área da gestão do ambiente”.**

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que temos agora para análise nesta câmara é um diploma que visa fazer uma operação de fusão entre as duas empresas que existem na área do ambiente.

Na área do ambiente existiam três entidades – duas delas com carácter empresarial, uma com carácter de associação que era a Arena – e foi decidido fazer uma operação que teve duas fases.

A primeira fase, criar uma entidade que tivesse a capacidade de exercer todas as funções que estavam acometidas às outras duas. Isso foi feito através da criação duma empresa que recebeu a denominação de Azorina, empresa essa que tem no seu estatuto a capacidade de exercer todas as funções que na área do ambiente se considera como adequado que sejam feitas pelo sector empresarial.

Com a criação da Azorina e com a sua operacionalização – o que aconteceu ao longo deste ano – foi possível fazer a segunda fase deste processo. Por um lado, a incorporação na Azorina dos trabalhadores e das funções que vinham a ser feitas pela Arena, por uma entidade de carácter associativo, o que já foi feito, e agora a possibilidade de incorporar também os trabalhadores e as funções que estavam na SPRAçores, que era uma entidade que tinha um fim limitado à gestão de bacias hidrográficas e a um conjunto de tarefas bem definidas na área da gestão do território.

Com esta Proposta que aqui vos trazemos fica consolidado todo o sector na área do ambiente o que permite, por um lado, garantir segurança e dignidade no emprego aos trabalhadores dessa área, que estavam dispersos por múltiplas entidades e que agora ficam com uma entidade clara e com uma estatura clara de gestão, que permite continuar a exercer todas aquelas funções que nessa área devem e podem ser cometidos a uma entidade com carácter empresarial.

Este diploma não introduz qualquer alteração nos estatutos da Azorina, não introduz qualquer alteração nos seus objectivos, apenas faz uma simples fusão entre entidades, mantendo rigorosamente inalterado o diploma que este Parlamento aprovou acerca de um ano e meio atrás.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional o Governo anunciou e pretende fazer uma reestruturação do sector empresarial na área da gestão ambiental.

Com esta Proposta, como também já acabou de dizer o Sr. Secretário, é extinta a SPRAçores – Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, SA – que é absorvida pela Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, Azorina.

Justifica o Governo esta reestruturação ou esta fusão com a necessidade de diminuir as despesas administrativas e com o facto do objecto e a acção da Azorina permitir operacionalizar e realizar sem penalizações para a área do ambiente todas as atribuições que estavam atribuídas à SPRAçores.

Portanto, a racionalização de meios e de recursos, reduzindo as despesas administrativas são sempre boas justificações para este tipo de reestruturação, ainda mais reforçadas pelo ambiente e pelo momento de dificuldades e de crise que vivemos, por isso o PSD apoiará esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mas não podemos deixar de fazer dois comentários que nos parecem oportunos.

Em primeiro lugar, a SPRAçores foi criada em 2006 e a Azorina, SA no início de 2010. A questão e a dúvida que fica é: porquê só agora?

Em 2010, quando o Governo criou a Azorina não percebeu que ficava com duas empresas com atribuições na área da gestão ambiental?

Se não se apercebeu nessa altura, por que é que quando criou a Azorina não extinguiu a SPRAçores?

Não havia nessa altura a necessidade também de cortar nas despesas?

Não havia necessidade nessa altura de fazer uma gestão com rigor?

Esta reestruturação só nesta altura dá a ideia, desde logo, que durante mais de um ano o Governo teve em funcionamento duas empresas, uma delas a gastar

recursos públicos e que aparentemente não era necessária como agora se comprova, porque a vai extinguir.

No nosso entendimento o rigor, o controlo das despesas, a boa utilização dos recursos públicos deve ser uma preocupação permanente de todas as gestões responsáveis...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e portanto, essa preocupação deve ser uma preocupação de todos os dias e não deve ser só uma preocupação em momentos de dificuldade e em momentos de crise.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta proposta de reestruturação só neste momento e só agora dá a ideia que, pelo menos neste domínio, essa preocupação do rigor que deve haver na gestão dos recursos públicos não foi tida em conta.

Finalmente, um segundo comentário breve que não é mais do que uma constatação também é de que esta empresa, a SPRAçores, não vai efectivamente deixar saudades a ninguém. É como disse o Sr. Secretário ainda há pouco, ela era essencialmente vocacionada para o estudo e elaboração, implementação e gestão dos planos das bacias hidrográficas. Como explicou o Sr. Secretário também na própria reunião e está no relatório, esta empresa concentrou a sua actividade sobretudo nas bacias hidrográficas da ilha de São Miguel. Tendo em conta o insucesso também dessa actuação...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Não apoiado!

O Orador: ...nesse âmbito e tendo em conta também a necessidade de reduzir motivos, creio que é se calhar o principal motivo: o insucesso da actuação da própria SPRAçores para a sua extinção.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional agora aqui com a apresentação deste diploma vem dar razão ao CDS quando há ano e meio atrás discutíamos nesta casa a criação da Azorina e afirmávamos que estávamos a duplicar empresas na Região que iriam trazer mais custos à mesma, sendo que a SPRAçores já existia e já tinha como seu objectivo uma boa parte daquilo que a Azorina também ia fazer.

A prova disso é hoje mesmo a extinção da SPRAçores, a qual passa com todos os seus passivos e activos para a Azorina e vem aqui claramente provar aquilo que dizíamos na altura.

O Sr. Secretário no âmbito da audição em Comissão disse-nos e informou-nos que a extinção da SPRAçores iria ter um ganho, uma poupança nos dinheiros públicos de sensivelmente 100 mil euros anuais, o que no nosso entender, ano e meio após criar a Azorina foi demasiado tempo, sendo que nos parece que tinha sido aceitável em meio ano ter feito esta junção que agora aqui é feita. Ou seja, ao extinguir a SPRAçores (a Azorina passa a ter as responsabilidades que esta tinha) tínhamos tido um ganho imediato de 100 mil euros, segundo os números que o Sr. Secretário aponta em Comissão que são poupados anualmente.

De maneira que é com agrado que vemos a apresentação do diploma hoje aqui. Já o tínhamos frisado, como frisei, aquando da discussão da Azorina de maneira que aquilo que repudiamos é o facto de ter levado ano e meio para que assim fosse e fez com houvesse mais gastos nos dinheiros públicos.

Por outro lado, há aqui uma outra questão e que já aqui foi levantada pelo colega, Deputado Luís Garcia, se calhar num formato diferente daquele que vou fazer, mas parece-me que a SPRAçores não desenvolveu bem o seu trabalho enquanto existiu. Quando digo que não desenvolveu bem não é pelo facto do trabalho que fez em relação às lagoas de São Miguel que, na minha opinião, foi manifestamente eficaz e está a ser e o futuro irá provar que era preciso fazê-lo. É verdade que com alguns percalços pelo meio, que todos temos conhecimento, mas parece-me que é um trabalho importante e que tem sido bem feito.

Quando digo que não foi eficaz é porque esta empresa com os custos que tem cingir-se só às lagoas de São Miguel é francamente pouco. Esperemos que no

âmbito da Azorina seja alargado e se consiga ter um trabalho mais alargado no âmbito de toda a Região e que é preciso ser feito.

De maneira que conluo com o voto favorável do CDS a este diploma. É positivo, só peca por tardio.

Presidente: Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Março de 2010 foi discutido e votado nesta casa a criação da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, SA, Azorina, com o objectivo de promover acções de gestão ambiental e conservação da natureza, assumindo a gestão operacional dos parques naturais, sensibilização ambiental e participação pública.

Antes, em Maio de 2006, tinha sido criada a SPRAçores – Sociedade de Promoção e Gestão, SA – com o objectivo de promover o estudo, elaboração, implementação e gestão de planos de ordenamento das bacias hidrográficas e planos especiais de ordenamento do território, podendo desenvolver as actividades ao nível das respectivas áreas de intervenção.

O Decreto Legislativo Regional agora em análise prevê a reestruturação do sector empresarial regional em matéria de gestão do ambiente, através da extinção da SPRAçores por fusão com a Azorina, SA.

Essa fusão implica assim que todas as atribuições da SPRAçores sejam transferidas para a Azorina, que envolve igualmente e como o Sr. Secretário já referiu, a transferência dos contratos de trabalho existentes até à data.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que esta reestruturação é necessária, que já se encontrava prevista pelo Governo Regional dos Açores e que aconteceria aquando da consolidação da gestão de ambas as empresas. Esta questão foi abordada e referida pelo Sr. Secretário na audição à Comissão. Portanto, julgo que responde à sua questão, Sr. Deputado.

Considera-se que virá promover uma uniformização de procedimentos, associados a uma correcta gestão do ambiente e da qualidade ambiental.

Gostaria ainda de referir que considera este Grupo Parlamentar que a fusão destas sociedades irá promover a rentabilização dos recursos humanos disponíveis, reduzindo as despesas associadas ao funcionamento dessas sociedades já que reduz dois concelhos de administração para apenas um e de seis membros executivos para apenas três.

Relativamente à sociedade e às acusações de que a SPRAçores nada teria feito, estas afirmações revelam um profundo desconhecimento do trabalho daquela entidade, um profundo desconhecimento pelo trabalho realizado nas lagoas, as de S. Miguel,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tão importante que é extinta agora!

A Oradora: ... porque existe muito trabalho ainda para fazer nessas áreas. É um trabalho muito árduo e que envolve muitos procedimentos para que aquelas lagoas possam continuar a ser lagoas de excelência.

Perante esses factos o Grupo Parlamentar do PS votará favorável a proposta em análise.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para dizer que o BE vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mas não pode deixar de repetir a mesma pergunta já anteriormente formulada por outros Deputados, nomeadamente porquê agora, ou melhor, porquê só agora.

Lembrar novamente ao Sr. Secretário que na realidade não foi por falta de alerta nesta câmara, por vários Deputados, aquando da criação da Azorina, nomeadamente pelo Deputado Mário Moniz, em nome do BE, que numa das suas intervenções a propósito (em Março de 2010, que foi quando nós aqui aprovámos a criação desta nova sociedade) dizia: “o BE tem alertado para o esbanjamento de dinheiros públicos, que no geral representa esta duplicação de estruturas em paralelo com organismos do Governo”.

São de facto na generalidade, *jobs for the boys*, eu acrescentaria neste momento *and the girls*.

Ora, é com agrado, que nós no preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo, no segundo parágrafo, lemos e agradavelmente: “a necessidade de reduzir despesas administrativas e de gestão empresarial, aconselha a que se proceda à reestruturação destas empresas, integrando a SPRA na Azorina”. Bem-vindo a esta preocupação e às vezes vale a pena ouvir o que os partidos das oposições dizem porque muitas vezes eles têm razão.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por responder exactamente à última pergunta porque ela acabou por ser comum praticamente a todas as intervenções.

O porquê só agora tem duas razões e foram as mesmas que foram aqui ditas exactamente quando foi criada a Azorina.

Primeira razão: colocar uma empresa em funcionamento é um trabalho complexo e dificilmente compaginável com fusões imediatas.

A Azorina apenas iniciou de facto a sua actividade neste ano de 2011.

É uma empresa que ainda não tem um ano completo de actividade.

Depois havia uma outra razão extremamente ponderosa.

O ano passado e até há poucos meses atrás a SPRAçores teve a seu cargo uma importante empreitada, a construção do Centro de Interpretação das Furnas, empreitada essa que estava na sua fase final em Março de 2010 e que não fazia sentido iniciar todo um processo de alteração na gestão dessa empreitada, antes que ela estivesse completa.

Acontece que neste momento já se verificam as duas condições que era preciso verificar: temos uma empresa, a Azorina, em pleno funcionamento com condições logísticas e administrativas para absorver os trabalhadores e as

actividades que estavam na outra empresa e temos essa empreitada, que é uma empreitada de grande vulto, de grande dimensão e grande complexidade técnica concluída e inaugurada.

Lembro também aos Srs. Deputados que este diploma está a ser discutido agora, mas ele foi aprovado pelo Governo em Março.

Deu entrada aqui, ele é datado de Abril. Realmente já decorreram alguns meses, mas isto tem a ver com o próprio processo parlamentar e não propriamente com o facto do Governo só agora ter decidido isto.

Portanto, o que acontece é que o Governo executou um plano que previa fazer esta transferência com as etapas certas: acabar as empreitadas que estavam em curso por uma empresa para não causar dificuldades na gestão dessas empreitadas; colocar de pé e em funcionamento esta empresa que tem – e agora respondendo à outra questão – um âmbito muito mais alargado.

Muito mais alargado, quer do ponto de vista territorial, nesta altura a Azorina já tem actividade em todo o território da Região, já está a fazer a gestão de todos os centros de interpretação ambiental, desde o Corvo até Santa Maria e já tem um conjunto muito mais alargado de tarefas e muito mais alargado de questões na área de educação ambiental, na área da promoção, na área da conservação da natureza, que obviamente lhe dão um âmbito regional e territorial completamente diferente.

Portanto, algumas das questões que foram aqui colocadas pelos Srs. Deputados estão já respondidas pela própria prática e funcionamento nestes meses de vida que a Azorina tem.

Finalmente eu termino dizendo que a SPRAçores cumpriu, e cumpriu com grande qualidade, os objectivos que lhe estavam propostos.

Era preciso construir aquele Centro, era preciso adquirir terrenos, era preciso iniciar um processo de remoção da actividade agrícola das bacias das lagoas em que esse assunto era mais importante, estou a falar da Lagoa das Sete Cidades e em particular e com maior incidência da Lagoa das Furnas. Foi essa a tarefa que foi cometida a essa empresa e a empresa fê-lo e fê-lo com grande qualidade e com êxito, criando aquilo que são as condições para uma recuperação das

lagoas que acontecerá ao longo dos próximos anos, já que este processo é um processo que infelizmente tem os seus tempos e tem a sua própria evolução e que não está ao alcance da SPRAçores, de qualquer um de nós ou de qualquer entidade, acelerá-los de forma significativa. Podemos conduzi-los nesse sentido mas há questões que têm uma evolução que têm a ver com a própria natureza das questões.

Portanto, termino dizendo que a SPRAçores cumpriu e cumpriu bem as missões que lhe foram confiadas. A Azorina está em condições de absorver a SPRAçores de imediato, logo que este diploma seja publicado. Já absorveu a Arena, que era outra parte deste processo e está em condições de fazer estas duas absorções e de fazer uma extensão da actividade de todo o território da Região, sem que se perca qualidade na intervenção e sem que haja perturbação em relação aos trabalhadores que nas diversas entidades prestam serviço.

Foram essas as razões que levaram o Governo a fazer este percurso. Foi um percurso que foi feito no tempo certo e foi feito com a velocidade que as circunstâncias aconselhavam e permitiam.

Muito obrigado.

Presidente: Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação. Queria pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos que demoraram mais algum tempo porque entretanto entrou uma proposta de alteração extensa, face à dimensão do diploma.

Eram 16 horas e 25 minutos.

Vamos prosseguir com o debate na generalidade.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que não posso ouvir falar na Azorina, é algo que desde a última discussão fiquei, obviamente, muito mal disposto, porque foi criada exactamente numa conjuntura económica, em que o desperdício era um bocado acrescido, dada a situação em que nós vivíamos.

Portanto, a Azorina é um mostrengo que não faz sentido nenhum, como ficou demonstrado naquela célere discussão sobre a criação da Azorina. Foram aqui desmontados os argumentos, foram demonstradas as competências que tinham os diversos departamentos que constituem as competências e as estruturas do Governo nesta área, foi demonstrado que repetiam competências que estavam incluídas dentro daquelas que deviam ser as tarefas que o Governo deveria fazer directamente nesses departamentos, colocá-los a trabalhar, a produzir, terem bons níveis de produtividade e evitar esse enormíssimo desperdício que foi criar esse Adamastor.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): E os trabalhadores?

O Orador: Agora, o Sr. Secretário finalmente e a bom tempo diz: “bom, temos aqui uma estrutura que duplica despesas, vamos ver se conseguimos diminuir aqui algumas despesas e eu dou aqui a minha mão à palmatória e de facto os senhores tinham razão, está aqui demasiada despesa, há aqui estruturas que multiplicam a sua acção e que se sobrepõem desnecessariamente”.

Bom, não resolve o problema, porque o problema resolvia-se com o desmantelamento do sector empresarial regional na gestão da área do ambiente. Isto era tão simples quanto isto. Resolvíamos o problema e poupávamos aos contribuintes açorianos milhões de euros de despesa.

De qualquer das formas o que é que isto significa? Isto é uma espécie de Melhoral, não faz bem, nem mal.

Nesse sentido o PPM vai abster-se em relação a esta iniciativa do Governo, que mantém o essencial que é esse mostrengo incompreensível, que é a Azorina, que de facto faz aquilo que os departamentos do Governo deveriam fazer directamente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje apreciamos e que pretende reestrurar o sector empresarial regional na área do ambiente, que extingue a SPRAçores (deixe-me só fazer aqui um aparte), deve ter-lhe dado algum prazer, mas não é de facto o Sindicato dos Professores da Região Açores.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Vou inscrever-me nesse sindicato!

O Orador: Tirando este aparte, Sr. Presidente perdoe-me, mas aliás a sua sucessora talvez tivesse vontade de o fazer.

Bom, extingue a SPRAçores e integra-a na Azorina.

É evidente que isto acaba por ser uma decorrência natural da criação da Azorina. Não é mais nem menos do que isso.

Relativamente à questão da Azorina e o cerne da questão está aí, recordar aqui a esta câmara que a criação da Azorina contou apenas com os votos favoráveis do PS, com os votos contra do PPM, do PCP, do BE e do PSD e com a abstenção do CDS/PP.

Portanto, não foi, digamos, uma matéria consensual, apesar dos argumentos que cada um dos partidos que votou contra serem certamente muito diferentes de bancada para bancada.

Pela nossa parte, até por uma questão de princípio, não de preconceito nem de dogma, votámos contra porque consideramos que a criação da Azorina vai esvaziar, ou esvaziou completamente as competências da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Aliás, essa questão e durante a discussão, foi colocada por mim ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Entendemos que de facto havendo um departamento governamental com competência nesta área, não faz nenhum sentido criar uma estrutura daquelas que gere desde o jardim público, até aos parques naturais, a tudo aquilo que cabe e que são competências da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

É evidente que hoje não vou perguntar isso ao Sr. Secretário Regional, mas vou perguntar-lhe uma outra coisa: para quando é que está previsto a extinção da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e para quando é que V. Ex^a. está a prever ser nomeado para Presidente do Conselho de Administração da Azorina? Estas são as questões que se colocam neste momento.

Queria aqui acrescentar uma outra questão.

Recentemente foi anunciado pelo Governo Regional um conjunto de medidas e de reestruturação de alguns departamentos do Governo que implicam poupanças consideráveis no funcionamento desses departamentos governamentais.

Um deles é exactamente a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e a pergunta que poderá responder ou não, mas que irei certamente insistir nesta questão é a seguinte: essa poupança que foi anunciada não se reflecte nos custos que a Azorina entretanto tem.

A questão é esta Sr. Secretário Regional: não está comprovado que seja mais barato, que seja mais eficaz a criação de empresas para gerir competências que são competências do Governo Regional.

Nós temos vários exemplos e este monstro que V. Ex^a. criou, digamos que está a crescer e está a crescer muito e o Sr. Secretário Regional vai ter mais tarde ou mais cedo que responder por essa monstruosidade que o Grupo Parlamentar do PS aprovou e que não serve, Sr. Secretário! Não serve e esvaziou completamente os conteúdos dos seus departamentos.

Mais, hoje de manhã falou-se aqui da dívida dos Açores, enfim diferentes abordagens. A abordagem que eu fiz à questão da dívida foi alguma preocupação relativamente à dívida indirecta embora isso, como eu disse também, para mim e na apreciação que faço nem sequer constitui um grande problema.

Mas a verdade é esta: quando se criam empresas, quando o Governo se demite das suas funções e entrega as suas competências a sociedades como a Ilhas de Valor, como a Saudaçor, como as questões do ambiente (referir apenas algumas) aquilo que está a fazer não é a emagrecer os serviços da administração pública regional, mas sim engordá-los à margem desses serviços.

Portanto, não há nenhum tipo de poupança, não há nenhum tipo de eficácia relativamente a esta estratégia que infelizmente o PS tem adoptado e tem aprofundado. Daí o crescimento exponencial que se verificou relativamente à criação de empresas deste tipo.

Relativamente a esta situação, à situação que hoje aqui estamos a apreciar é evidente que sendo uma decorrência da criação da Azorina, o PCP não vai votar contra, vai abster-se pura e simplesmente porque é uma decorrência da criação da Azorina.

Não podia deixar de recordar aqui que a criação da Azorina, foi, está e vai ser demonstrada, que é uma monstruosidade.

Se quiser responder às questões que eu lhe coloquei, para quando a extinção da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e para quando a sua nomeação para Presidente do Conselho da Administração da Azorina, agradeço.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria antes de mais e começando pelo fim de dizer o seguinte.

Isto não é expressão de retórica, eu não consigo entender, a não ser que seja mesmo no campo da metáfora aquilo que o Sr. Deputado levanta em relação ao esvaziamento de competências.

As competências que esta empresa exerce são competências meramente operacionais e que têm essencialmente a ver com questões da gestão de Centros de Interpretação que antes estavam a ser geridos por instituições várias, por contratos com associações que não têm essa vocação nem esse interesse, com

grandes dificuldades, essencialmente com os seus trabalhadores que tinham a estabilidade que deveriam ter, e o que esta empresa faz é assumir um papel de gestão operacional fazendo coisas que estavam a ser feitas por outras entidades, essencialmente do foro associativo.

O funcionamento desta empresa em nada belisca ou interfere com as competências da Secretaria.

A estruturação da Secretaria em nada foi ou é influenciada pela existência ou não da empresa que estamos a falar de âmbitos completamente diferentes. Estamos a falar dum serviço da administração central da Região e estamos a falar de uma empresa que presta serviços, que corta mato, que limpa trilhos, que constrói edifícios, que gere ecotecas. Apenas isso. Não estamos a falar em coisas que de maneira nenhuma tenham qualquer contacto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E não limpa comunistas?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é muito difícil!

O Orador: Sr. Deputado, da criação desta empresa e da fusão das diversas entidades que existiam nela resultou uma considerável poupança que já se verifica de recursos, poupança essa que irá continuar a acentuar-se ao longo dos próximos anos.

Portanto, não há aqui, Sr. Deputado, qualquer aumento de despesa, não há aqui qualquer interferência com os serviços da Secretaria, nem o papel da Secretaria é subsumível ao funcionamento de uma empresa que presta serviços na área da gestão do ambiente.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional afirmou que a criação da Azorina promoveu poupança.

A pergunta é: em termos ainda que não muito rigorosos, qual é o valor da poupança? Qual foi o valor da poupança, relativamente à gestão de todos os serviços que faz a Azorina?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento ainda não lhe posso dar uma quantificação porque ainda não temos sequer um ano completo de funcionamento dessa empresa. Ela iniciou funções em Janeiro deste ano, portanto ainda estamos com menos de um ano de funcionamento e o que lhe posso dizer é que foi possível, com a criação desta empresa, eliminar um conjunto de contratos de associação e de prestação de serviços que tínhamos com múltiplas entidades e pelo menos 200, 300 mil euros neste ano já foi possível reduzir e isto é algo que ao longo dos próximos anos se irá acentuando, porque há de facto uma racionalização na utilização dos recursos e na utilização do pessoal que tem redundado em vantagens muito claras para o funcionamento de toda a estrutura de protecção da natureza, porque é essencialmente nesta área que a Azorina tem funcionado e na gestão dos Centros de Interpretação Ambiental, começando pelo dos Capelinhos que é de facto o maior e aquele que tem mais peso na estrutura de despesas e de receitas da própria Azorina.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, uma abstenção do PPM e uma abstenção do PCP.

Presidente: Vamos entrar na especialidade.

Vamos votar o artigo primeiro da proposta para o qual não existem alterações.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artº. 2º., que no fundo altera o artº. 11º. do Decreto Legislativo Regional 16/2010/A, de 12 de Abril.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 2º. da proposta com a alteração que acabou de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento dum artigo 2º-A, proposta pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 3º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento dum artigo 3º-A, proposta pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 4º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **“Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2011 – “Estrutura o Parque Marinho dos Açores”.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma cuja discussão agora iniciamos é um diploma de grande importância do ponto de vista da afirmação da Região, e diria mesmo do País, em questões do mar.

De facto é um diploma que vem na decorrência, aliás ele é uma estruturação porque o parque foi criado em 2007 pelo Decreto Legislativo Regional 15/2007/A. Esse Decreto Legislativo Regional ao criar um parque marinho que abrange todas as áreas com interesse para a conservação da natureza, situadas fora do mar territorial, abriu caminho para que a Região, utilizando as prerrogativas que lhe foram concedidas pela última revisão do seu Estatuto Político-Administrativo, assumisse um conjunto de competências e um conjunto de responsabilidades em matéria da gestão das áreas que têm interesse para a conservação da natureza, situadas na ZEE e depois, através daquilo que tem sido a actividade do Estado Português, mas também da Região e essencialmente da Região no contexto da OSPAR, uma organização multilateral de gestão do oceano, da zona nordeste do Atlântico também a possibilidade de colocar sob a gestão da RAA, um conjunto de áreas situadas fora da ZEE, portanto situadas em águas internacionais embora na zona que em termos do direito marítimo são áreas que correspondem àquelas que o Estado português reclama como sendo o prolongamento da plataforma continental em torno do arquipélago.

É neste contexto que nós estamos perante uma proposta que é de extrema importância porque alarga de facto aquilo que é a presença nacional no oceano. É uma proposta que vem dar resposta àquilo que é um conjunto de compromissos assumidos em diversos fóruns internacionais, mas com destaque para a OSPAR e é uma proposta que no âmbito da OSPAR é de facto de extrema importância porque é a primeira afirmação do ponto de vista legislativo desta prerrogativa, que é concedida aos estados de ocuparem as zonas de expansão da plataforma continental em torno dos seus territórios marítimos.

Esta proposta tem de facto esses ingredientes, os ingredientes de aumentar a nossa presença nacional no mar, de ser uma proposta inovadora em muitos aspectos na conservação de áreas oceânicas e de ser a primeira consagração jurídica da criação na área OSPAR de áreas marinhas protegidas no oceano aberto, no mar, em águas internacionais, embora obviamente na zona que o Estado Português considera como sendo o prolongamento natural do seu território.

A proposta em si é uma proposta relativamente simples, são criadas estas áreas, as áreas são classificadas e integradas nas categorias que a Região adoptou a partir da IUCN e que adoptou para o seu território terrestre. Portanto, são as mesmas categorias, os mesmos tipos de classificação com a distinção de que, no caso das áreas situadas fora da ZEE, a protecção destina-se essencialmente ao fundo do oceano. Não há coluna de água, mas há as questões relacionadas com o fundo do mar e escolhendo dois tipos de ambientes e de biótopos extremamente relevantes: um, as fontes hidrotermais e, o outro, os montes submarinos, particularmente os montes submarinos associados à Crista Média do Atlântico, fazendo-se a protecção do conjunto de áreas a norte do arquipélago que tem grande interesse do ponto de vista da protecção de um tipo de biótopo que é extremamente relevante para a conservação dos oceanos a nível mundial, mas em particular para a conservação do Atlântico Norte, porque são de facto áreas que têm uma enorme representatividade e uma enorme diversidade do ponto de vista, quer da sua geologia, quer de seres vivos que habitam esses fundos oceânicos.

É por isso que a protecção se restringe ao fundo, não interfere com as pescas, nem com a exploração com as pescas na coluna de água.

Portanto, não interfere com a exploração normal que é feita naquelas zonas em termos, por exemplo, da pescaria do atum, mas que se limita a proteger o fundo do mar e as comunidades bentónicas e plágicas que vivem nas proximidades do fundo do mar.

Outro aspecto importante também é que nós estamos com este diploma a introduzir no nosso direito uma obrigação que é assumida a nível comunitário

de protecção das aves marinhas, neste caso, das aves que exploram o oceano em torno da nossa Região.

Há uma obrigação que é imposta pela Directiva Aves, de criação de IBA ou áreas importantes para a conservação das aves no mar e nós estamos a consagrar a criação dessas áreas na zona que fica para além das 12 milhas da costa das ilhas, já que os parques naturais de ilha fizeram o mesmo em relação às zonas costeiras, embora ainda falte, face aos estudos existentes, a introdução de algumas áreas de protecção em torno do território insular, nas zonas próximas da costa, mas aquilo que são as grandes áreas, aquelas que são maiores do ponto de vista da área e mais importantes do ponto de vista das espécies existentes, são contempladas por este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Proposta de Decreto Legislativo Regional 9/2011, que foi aqui apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, dizer que é uma iniciativa que não posso deixar de louvar.

Tem de facto uma visão estratégica enquadrada numa estratégia nacional de prolongamento da placa continental e, portanto, aquilo que Portugal considera como a continuidade do seu território tem um aspecto de conservação e de protecção dos ecossistemas desta zona sensível do Atlântico Norte e, portanto, como o Sr. Presidente da nossa Assembleia costuma dizer, em bom rigor não podia deixar de louvar isso.

Tem ainda um outro mérito, mas este cria-nos aqui um problema que tem a ver com o seguinte: hoje (e julgo que também temos de fazer alguma coisa neste aspecto que vou referir designadamente ao nível do Estado) temos as dificuldades de vigilância e fiscalização, para já numa zona que vai ser expandida e que se até agora temos alguma dificuldade, os meios são aqueles que são, são exíguos.

Portanto, penso que para além do diploma tem de envidar-se alguns esforços para que os meios de vigilância e de fiscalização desta zona tenham eficácia, porque se não ficamos pela letra da lei e veremos certamente os recursos a serem delapidados nos ecossistemas, a sofrerem interferências que nalguns casos podem colocar em causa a sua própria existência.

Julgo que para além do diploma (e gostava de ouvir o Sr. Secretário Regional sobre esta questão) o que é que está o Governo da Região a pensar fazer sobre este aspecto que me parece que não é somenos importância?

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de saudar o Sr. Presidente, todos os Srs. Deputados e Membros do Governo, sendo esta a minha primeira intervenção neste Plenário.

Queria também fazer votos para que o trabalho que aqui vai ser desenvolvido da minha parte esteja à altura daquilo que é a autonomia, a democracia e esta casa. O Grupo Parlamentar do PSD deu-me o privilégio de iniciar e de me estrear neste Parlamento com um diploma que coloca no centro do debate o mar. O mar por onde passará o futuro dos Açores, certamente.

Para além de nós criarmos áreas de protecção, daquilo que o diploma preconiza é importante sabermos o que é que estamos a proteger e como vamos proteger.

O diploma agora proposto prevê a criação de um serviço com natureza executiva e operativa e que terá como missão garantir a gestão do parque.

Embora também refira e atribua as competências que virão na Lei Orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, nós gostaríamos de saber qual será a composição deste serviço, quais serão as suas competências e se dentro das suas competências está incluída a fiscalização.

Falo na fiscalização porque uma vez que a área que estamos a falar inclui áreas fora das 200 milhas, fora da ZEE, gostaríamos de saber se vai fazer, no âmbito deste serviço, a fiscalização também dessa área ou se vai só coordenar?

No caso de estarem incluídas nas suas competências a fiscalização como será feita, com que meios e qual a forma como tudo isto será gerido?

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE também louva esta iniciativa do Governo, subscreve também as palavras dos Deputados dos outros partidos que já referiram que esta iniciativa é uma iniciativa importante para a Região.

Temos também aqui duas questões, uma delas que vem ao encontro das preocupações aqui apresentadas pelos Deputados que também já aqui falaram sobre este diploma e tem a ver com a questão de fiscalização.

Eu chamo a atenção que pelo menos os Conselhos da Ilha de Santa Maria e do Faial referiram-se a este aspecto. Portanto, parece-me que é interessante, sabendo que o Sr. Secretário já referiu esta questão, ou já respondeu em parte a esta questão em sede de Comissão, penso sempre que é interessante, voltar a falar sobre este assunto para esclarecer, de facto, quais são as medidas proactivas que o Governo Regional pode ter nesse sentido, porque trata-se dum situação em que é preciso actuar proactivamente para a defesa dos ecossistemas e são zonas que estão protegidas.

Depois há outra questão que tem a ver com a forma como vai ser realizada a gestão destas áreas, porque parece-me que o diploma tem uma gestão de topo para a base sem se preocupar, ou pelo menos não transparece no diploma, na participação de todos os intervenientes que possam garantir o sucesso destas medidas. Estou concretamente a falar dos pescadores que como sabe têm um papel importante também na participação activa da garantia de que estas zonas são protegidas e que por outro lado devem participar activamente nas tomadas de decisão e na reflexão sobre a importância que estas zonas têm aqui para a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde já felicitar o Sr. Secretário do Ambiente e do Mar, por passados 4 anos após a aprovação do Decreto Legislativo Regional 15/2007/A, nos trazer hoje aqui, a esta casa, a materialização do diploma, criando assim as normas para o Parque Marinho dos Açores.

Na opinião do CDS/PP é um diploma bastante positivo, um diploma que se traduz num importante instrumento para gerir os nossos recursos marinhos.

Por outro lado, queremos também saudar a tutela pela forma como conseguiu elaborar o documento tendo em conta a salvaguarda da pesca nos Açores e numa forma eficaz protegendo os ecossistemas e os nossos recursos marinhos, mas não afectando a classe piscatória.

É de louvar essa situação, parece-nos que foi bem conseguido com algumas alterações e as propostas nomeadamente do PS em Comissão apresentadas que vem também fazer com que o diploma no seu final se torne mais eficiente.

Em relação à questão do banco João de Castro e à pesca submarina parece-nos que faz todo o sentido, aquilo que é proposto. Não faz sentido, aquilo que tem acontecido e que a própria classe piscatória tem vindo a condenar ano após ano em relação àquilo que se passa no banco João de Castro e à pesca submarina. Parece-nos, que foi também muito positiva a atenção que o Governo teve em relação a essa matéria no diploma.

De resto há aqui a situação da fiscalização que é uma preocupação que nos parece que é comum por aquelas que já foram as intervenções dos outros colegas e que pese embora o Sr. Secretário tenha manifestado, no âmbito da audição em comissão, que no seu entendimento é eficaz e tem melhorado muito nos últimos anos nos Açores, parece-nos francamente que não é suficiente.

Tendo o Sr. Secretário informado que dentro da ZEE essa é uma responsabilidade e que já todos nós sabemos da Marinha Mercante Portuguesa que está sobre a tutela do Governo Central, parece-nos que é muito importante que agora se faça alguma pressão, se é este o termo que se pode usar, junto do Estado, junto da Marinha para que esta fiscalização seja mais eficaz.

Nós percebemos aquela que é a intervenção do Sr. Secretário quando diz que hoje já não se faz tanto de avião, nem de barco como se fazia no passado, mas através dos meios e da evolução que existe no próprio mar e que permite um acompanhamento contínuo das embarcações que atravessam o Atlântico, mas parece-nos ainda francamente pouco e que é preciso mais alguma eficácia em relação a essa fiscalização.

Em relação àqueles que são os poderes do Presidente, de facto o documento é omissivo, tive oportunidade de questionar o Sr. Secretário em relação a isso no âmbito da audição em Comissão. De facto todos nós sabemos que está para sair a nova Orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, mas parece-nos que se não for explicado aqui pelo Sr. Secretário nesta fase de quais são os poderes e os deveres do Presidente do Parque Marinho dos Açores, não é mais nem menos do que pedir um cheque em branco a este plenário, em relação a essa matéria, de maneira que gostávamos de ouvir o Sr. Secretário em relação aos poderes e aos deveres do Presidente do Parque Marinho dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se recordam, o PPM promoveu um debate sobre o mar e a importância do mar para o futuro dos Açores, há poucos meses.

Considero que esta iniciativa do Governo Regional é uma iniciativa muito importante e muito meritória sobretudo em duas vertentes: uma, na área da conservação ambiental e outra em termos de afirmação de soberania dos interesses da Região e por via disso também do País.

Como se sabe tive oportunidade de referenciar isso já hoje numa intervenção que fiz. Estamos a falar realmente duma ZEE que é gigantesca e também agora a área reivindicada pelo País, em termos de plataforma continental, são os tais 4 milhões de quilómetros quadrados, portanto sensivelmente metade da área dos Estados Unidos. Estamos a falar duma área de enorme dimensão.

Em algumas destas áreas estratégicas de que forma é que se pode afirmar a soberania?

Exactamente desta forma, criando estas protecções ambientais.

Esta é uma das formas inteligentes de o fazer, tem aqui esse interesse ambiental e tem uma grande importância geopolítica não só para a Região, mas para o País, cujos interesses nós representamos aqui nesta zona do Atlântico.

Por isso o PPM irá votar favoravelmente este diploma, que consideramos que tem uma importância muito grande em termos de protecção daquele que é um dos recursos do futuro para o desenvolvimento dos Açores e do País.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está praticamente tudo dito mas peço a palavra para deixar aqui também neste debate duas outras notas na apreciação deste, que é mais um instrumento de concretização do regime plasmado no Decreto Legislativo Regional 15/2007/A, criando por esta via o derradeiro dos parques naturais aí previstos que integra, conforme consta do respectivo âmbito, as áreas marinhas classificadas que se encontram para além das 12 milhas da costa.

Toda a estrutura do regime regional de áreas protegidas assenta em princípios essenciais e fundamentais de conservação da natureza e de protecção da biodiversidade e o Parque Marinho, neste caso concreto, não foge a esta linha e a estes princípios, mas como já foi aqui evidenciado constitui uma afirmação e um reforço da soberania e dos poderes do Estado Português nas suas águas.

Este parque abrange onze áreas, algumas delas também conforme já foi referenciado, dentro da ZEE e outras em águas internacionais.

Trata-se duma importante intervenção legislativa desta Assembleia feita no âmbito e com conforto das alterações plasmadas na última revisão constitucional e consequentemente na derradeira revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA, que assenta sobretudo na lógica e no princípio da gestão partilhada plasmada no nosso Estatuto Político-Administrativo e aí permitam-me que faça a ponte para as questões que já foram colocadas e que se colocam, relativas à fiscalização.

Sendo certo e manifesto que a fiscalização na ZEE, e para além do mar territorial, é uma competência exclusiva do Estado Português, designadamente por via da intervenção e da acção da Marinha de Guerra e nas águas internacionais para além das 200 milhas da ZEE, essa também será uma intervenção que compete ao Estado, às autoridades nacionais nos termos e com as limitações que são impostas pelo direito internacional do mar, com base nas regras que constem das convenções internacionais subscritas pelo Estado Português e é com este enquadramento que esta Proposta Legislativa aqui vem. Quaisquer ambições de irmos além deste âmbito e deste enquadramento não são da nossa competência, estão para além dos nossos poderes.

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria exactamente pelo fim e pela intervenção do Sr. Deputado do PS, dizer que este diploma também traz aqui um aspecto extremamente importante que foi a colaboração que se estabeleceu na sua elaboração quer com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e outros investigadores na área dos assuntos do mar e na área da oceanografia, mas em particular com a estrutura de missão para a extensão da plataforma que fez um trabalho excelente e que abriu horizontes no conhecimento do mar, em torno dos Açores, que agora podem ser colocados em fruição através daquilo que é este diploma e de outros que certamente se seguirão, já que há um manancial enorme de conhecimento que agora pode ser utilizado nas mais diversas áreas da gestão do mar.

Seguindo também esta lógica da gestão, gostaria de dizer, respondendo às questões que foram colocadas pelo PPM, que a gestão cabe à Direcção Regional dos Assuntos do Mar, como aliás foi na altura anunciado, Direcção Regional essa que já foi criada, que ainda não foi estruturada porque a sua estruturação consta da nova Orgânica da Secretaria que já fez o seu percurso e que estará a surgir em Diário da República a curto prazo com certeza.

Essa estruturação da Direcção Regional dos Assuntos do Mar já teve em conta exactamente estas atribuições de coordenação e de gestão destas áreas que são áreas marinhas, que ficam, por razões ambientais, colocadas sob uma especial coordenação daquela Direcção Regional.

O Director do Parque é por inerência o próprio Director Regional e a gestão do parque é feita pela estrutura da própria Direcção Regional. Foi essa a solução que se encontrou para permitir um melhor entrosamento entre a própria Direcção Regional e aquilo que são as funções que têm aqui que ser exercidas.

Quais são os poderes e as obrigações? Os poderes são aqueles que estão estabelecidos no Decreto Legislativo Regional que está aqui em apreciação, em conjugação com o Decreto 15/2007, que estabelece um conjunto de normas gerais aplicáveis a todos os parques que também naturalmente se aplicam a este e portanto eles estão bem definidos e bem balizados tal qual como estão. Os objectivos de gestão que estão estabelecidos, quer pelo Decreto 15/2007, quer por este, um regulamenta o outro e portanto fica claro quais são as funções, qual a missão, quais os poderes, qual o objectivo da criação do próprio parque.

Por outro lado, é preciso não esquecer que aqui quando nós falamos em poderes em relação a assuntos do mar, e que está fora do nosso mar territorial, estamos a falar dum poder que é partilhado, que é gerido em conjunto com as autoridades nacionais, no que diz respeito à área no interior das 200 milhas e que apenas é exercido num contexto multilateral naquilo que diz respeito às áreas situadas para além desse limite.

Portanto estamos a falar essencialmente de poderes de coordenação e não propriamente em poderes de impor regras, porque essas resultam do consenso das diversas partes e essencialmente resultam daquilo que é acordado a nível da OSPAR, que é o organismo relevante em matéria de conservação da natureza no Atlântico Nordeste.

Por outro lado, também é preciso não esquecer que nesta gestão, e agora indo à questão da participação de outros e às questões que foram levantadas pelo BE na sua intervenção, há de facto aqui uma abertura para a participação de todos já que as grandes decisões e as grandes opções são feitas com a participação dos

pescadores, que fazem parte do Concelho Regional das Pescas e também fazem parte através da sua Federação do Concelho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é o órgão que nos termos do Decreto de 2007 tem como função a discussão e a orientação global daquilo que é a política de gestão dos parques.

Portanto, há de facto aqui uma participação directa das entidades representativas da pesca na gestão.

Por outro lado, há uma outra entidade que consta da orgânica da Secretaria que é a Comissão Interdepartamental para os Assuntos do Mar dos Açores que tem uma responsabilidade directa e que funciona como órgão consultivo para este parque por via de ser o órgão consultivo da própria Direcção Regional dos Assuntos do Mar.

Essas três entidades consultivas todas elas têm a participação dos diversos interesses envolvidos nestas áreas e em particular das pescas, não esquecendo também que o próprio diploma prevê a aprovação de um plano de ordenamento do espaço marítimo dos Açores, plano esse que é aprovado com a participação dessas entidades. É esse plano que estabelece depois as grandes normas orientadoras daquilo que pode ser feito em cada parte do nosso espaço marinho. Portanto, fica garantida de facto, a diversos níveis, a participação de todos os interessados.

Terminando, indo à questão da fiscalização.

A fiscalização como já foi aqui dito é uma responsabilidade do Estado, e no caso concreto está entregue às Forças Armadas, e bem entregue. É a Armada que o faz na maior parte dos casos com a participação da Força Aérea e de facto é a fiscalização, pese embora todas as dificuldades que estas entidades têm sentido e pese embora as limitações que existem e que são reais e que cada vez pesam mais na actividade dos diversos organismos do Estado e em particular também dos ramos das forças armadas, a verdade é que a Marinha e a Força Aérea têm feito um esforço notável no sentido de servir bem os Açores e no sentido de fazer a fiscalização que é possível fazer.

Obviamente que todos nós gostaríamos que fosse mais, seguramente também os responsáveis por estes ramos das Forças Armadas também gostariam que fosse mais, mas é o possível.

Também é verdade que nós estamos a viver um momento de alteração e usando a palavra da moda de alteração do paradigma, já que aquela fiscalização presencial que é feita cada vez mais está a ser substituída por meios indirectos de fiscalização que se prendem essencialmente com as obrigações que nesta altura já abrangem a nossa frota de pesca e as frotas comunitárias de terem a sua posição sempre registada por via dos equipamentos de registo que são colocados a bordo das embarcações, obrigação essa que agora a nível internacional começa a ser estendida aos navios mercantes de praticamente todas as nacionalidades e que complementadas com os avanços que são muitos a nível da fiscalização por via satélite ou por via indirecta, por via electrónica, permitem realmente uma alteração profunda na maneira como a presença no mar é feita.

A verdade é que isto é daquelas situações em que é preciso também criar a necessidade para que a necessidade seja satisfeita.

Não podemos ficar à espera de haver fiscalização para criar o parque, temos que criar o parque e temos agora que desenvolver os esforços necessários em cooperação com as diversas entidades envolvidas, no sentido da fiscalização ser a melhor possível. É essa a nossa obrigação e é isso que ocorrerá ao longo dos próximos anos, pese embora e volto a referir, o excelente trabalho e o enorme esforço que as diversas entidades envolvidas têm vindo a fazer no sentido de melhorar a sua presença e os resultados do seu trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos entrar na especialidade.

Há um conjunto de propostas advindas da CAPAT que são subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS, com excepção das alterações ao n.º 5, do art.º 13.º e ao n.º 5 do art.º 15.º.

Há também três propostas de alteração do BE.

Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer as propostas de alteração do BE.

As alterações, quer ao art.º 13.º quer ao art.º 14.º, quer ao artigo 15.º, vão no sentido de incluir não só os Membros do Governo Regional, competentes em matéria de ambiente e assuntos do mar, mas também nos assuntos do mar e pescas, naqueles artigos que fazem sentido, porque inicialmente nós tínhamos uma proposta para o 14.º em que tínhamos incluído também os Membros do Governo Regional competentes em matéria de ambiente e de assuntos do mar e pescas mas fomos alertados para o facto do campo hidrotermal *Lucky Strike* encontrar-se fora das 200 milhas e portanto nós não temos jurisdição no que respeita às pescas nesse espaço específico.

Por isso as alterações estão como estão e são essas que nós vamos votar.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou aproveitar esta intervenção, com a permissão do Sr. Presidente, para referir genericamente na generalidade as nossas propostas de alteração apresentadas pelo PS, por uma razão de economia de tempo e começaria por dizer que votaremos favoravelmente a segunda versão das propostas de alteração apresentadas pelo BE que são de facto pertinentes. Quanto às propostas de alteração apresentadas em Comissão e subscritas pelo PS, genericamente, não vou referi-las uma a uma, aquilo que se procurou foi, por um lado melhorar a compatibilização da terminologia usada na proposta com a terminologia do nosso Estatuto Político-Administrativo e por isso onde

necessário adoptou-se o conceito de plataforma continental para além das 200 milhas.

Relativamente ao banco D. João de Castro, campo hidrotermal Menez Gwen, Monte Sedlo, permite a captura de espécies para fins de investigação científica. Não fazia sentido quando um dos objectivos da criação do Parque Marinho e da criação destas reservas. É a pretensão da biodiversidade e para atingir esse objectivo também implementar a investigação científica nestas áreas não fazia sentido esta limitação dessa actividade científica.

Por outro lado na reserva do Monte submarino Sedlo e uma vez que é uma reserva que opera apenas a partir dos 200 metros de profundidade é permitida a pesca dirigida às espécies epipelágicas migratórias, pois a mesma não vai colidir de forma nenhuma com os objectivos que estão para a criação desta reserva.

Por último referir que atentas as competências da GNR achou-se por bem que esta entidade fosse incluída no órgão consultivo do Parque Marinho dos Açores.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.

Perguntava à câmara se podia colocar à votação em conjunto todas as alterações advindas da CAPAT? Posso?

Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (BE): Sr. Presidente, propostas...

Presidente: As propostas da CAPAT já não colidem, se é essa a sua preocupação, com as propostas do BE, porque não são subscritas as alterações dos artigos 13º. e 15º.

Deputado José Cascalho (BE): Já percebi.

Presidente: Vamos colocar à votação em conjunto as propostas da CAPAT, subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco à consideração da câmara se posso pôr à votação em conjunto as três propostas para os artigos 13º., 14º. e 15º. apresentadas pelo BE.

Não havendo oposição da câmara vou colocá-las à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Agora colocaria à votação os artigos 1.º a 30.º inclusive da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A votação deste diploma que eu já tive oportunidade de referenciar como um diploma absolutamente estratégico para a Região e para o País demonstrou que é possível as forças políticas realmente terem uma análise muito, muito, muito responsável daqueles que são os interesses regionais e daqueles que são os interesses nacionais.

Acho que reforçou enormemente a legitimidade (enormemente talvez seja um exagero da minha parte), mas que reforçou com certeza o papel deste diploma e desta legislação e também a legitimidade democrática, obviamente, daquele que é o interesse estratégico da Região nesta matéria.

Acho que é um grande serviço que nós prestámos aqui e demonstrou, porque o Parlamento é tantas vezes atacado, o espírito com que as diversas forças políticas estão aqui. Estamos aqui para servir os Açores, estamos para servir o

País e quando os objectivos são claros, quando os objectivos correspondem ao interesse de todos, da nossa comunidade, consegue-se uma posição concertada, que só nos honra e só honrou o Parlamento Regional nesta questão.

Podemos achar que isto é apenas mais um diploma. Não é mais um diploma. É um diploma de importância estratégica fundamental e é algo que as próximas gerações agradecerão a este Parlamento e também aos seus autores.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, Sra. Deputada.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 50 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 03 minutos.

Temos na agenda a “**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011 – “Regime geral de prevenção e gestão de resíduos”**”.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar para apresentar o diploma.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Pedro Gomes (PSD): É para uma intervenção de extensão proporcional ao diploma?

O Orador: O diploma cuja apreciação agora se inicia é um diploma de natureza eminentemente técnica e visa transpor para o direito regional um conjunto de normas contidas em directivas comunitárias e em regulamentos comunitários.

Essas normas são de duas naturezas: uma tem a ver com a classificação dos resíduos, com a codificação das matérias que dizem respeito ao próprio conceito de resíduo e à forma como o material se transforma em resíduo ou perde a categoria de resíduo, matéria que tem grande importância depois no que diz respeito à gestão desses materiais. Depois há um conjunto de normas que têm a ver com as questões de natureza contratual e as obrigações que os diversos actores, na área dos resíduos, têm, desde os produtores às entidades gestoras e às entidades que depois, no fim de toda esta linha, comercializam, ou de alguma forma dão utilização aos materiais que são resíduos.

Por outro lado, também aproveita-se esta oportunidade para resolver algumas questões que na Região até hoje não tiveram um devido enquadramento em matéria de algumas tipologias de resíduos, nomeadamente os resíduos hospitalares, que devido às suas implicações do ponto de vista de saúde pública devem merecer um tratamento específico e um enquadramento específico, não podendo ser misturados nem tratados como os vulgares resíduos urbanos. Portanto, é necessário criar um conjunto de normas específicas para esses resíduos. Depois um outro grupo de resíduos que tem na Região um grande significado e um grande volume, que tem a ver com os resíduos resultantes dos matadouros e dos animais que morrem por qualquer causa e não possam ser aproveitados (estou a falar de bovinos, ovinos, caprinos), cujos cadáveres devam ser de alguma maneira eliminados e particularmente com a aplicação de um regulamento comunitário que se aplica a um conjunto de materiais desses animais, chamadas matérias de risco específico, matérias que podem ser veículo de encefalopatias ou outras quaisquer doenças que sejam transmissíveis quer para outros animais, quer para os humanos.

Portanto, há um conjunto de normas que no caso da Região ganham uma especial configuração e uma especial importância dada a dimensão que a exploração pecuária tem nos Açores.

Uma outra questão que também é aqui incluída tem a ver com a regulação dos aterros, dos materiais que são colocados em aterro e o estabelecimento das metas que são estabelecidas comunitariamente sobre as percentagens dos

diversos tipos de materiais que podem ir para aterro ou que devem ser objecto de reciclagem de valorização, impondo um conjunto de normas sobre o aproveitamento dos resíduos, em particular limitando a entrada em aterro apenas aos materiais que não podem ter outra qualquer valorização, ou seja, coloca os aterros aqui como o fim da linha, a última das possíveis escolhas para os materiais que não podem de qualquer outra forma ser aproveitados.

Portanto, é uma norma que também tem uma implicação muito grande do ponto de vista da gestão global dos resíduos e em particular no território limitado como é o nosso, em que os aterros para além da questão do espaço têm profundas implicações no que diz respeito à segurança do abastecimento de água e em relação à contaminação de solos e subsolos.

Há aqui uma opção no sentido de limitar as opções de aterro ao mínimo indispensável face aos outros tecnossistemas disponíveis e às outras opções de gestão dos resíduos.

Também se aproveita este diploma para clarificar as responsabilidades dos diversos actores neste processo: sejam as autarquias, seja a própria administração regional ou os produtores de resíduos, incluindo os cidadãos individualmente.

Nas nossas casas (sobre a forma como os resíduos são tratados e são geridos, particularmente introduzindo no nosso ordenamento jurídico uma exigência comunitária que é a responsabilidade alargada do produtor de resíduos, que implica que a nossa responsabilidade, enquanto produtores, se mantenha até que o resíduo atinja um destino final adequado) não é pelo facto de alguém pôr o resíduo no caixote do lixo que deixou de ter uma responsabilidade pelo desenvolvimento subsequente do processo de dar um destino final adequado àquele resíduo.

O diploma também visa dar algum grau de codificação a estas matérias, já que a diversa legislação nacional e regional que está em vigor nos Açores, desde os anos 80, produz legislação nesta matéria, essa legislação tem de facto, neste momento, zonas de conflito, tem soluções diferentes que faz com que a sua interpretação seja difícil.

Portanto, nós também fazemos aqui uma codificação e uma racionalização de todo o percurso legislativo, eliminando as zonas de colisão e as zonas de sobreposição que nalguns casos são muito sensíveis, já que há legislação que vem dos anos 80 até legislação do ano passado, portanto, há aqui tempos muito diferentes e inclusivamente conceitos muito diferentes do ponto de vista legislativo.

Outro objectivo é também criar condições para depois se fazer a regulamentação dos fluxos específicos.

Ficam propositadamente de fora alguns tipos de resíduos que devem ser tratados de forma específica.

Esses fluxos específicos são por exemplo os óleos minerais usados, os óleos alimentares usados, alguns tipos de plásticos, são os resíduos electrónicos, alguns tipos de sucata que ficam de fora e ficam tratados como fluxos específicos, já que neste momento está elaborada uma proposta de diploma nessa matéria, temos que os regular de forma específica, porque esses resíduos depois devido aos sistema de ecotaxas existentes são tratados como fileiras distintas e por entidades gestoras distintas, ou seja, aqueles resíduos que têm uma entidade gestora têm que ter depois uma regulação específica face à existência dessa entidade.

Basicamente são estes os objectivos do diploma e aquilo que nós aqui fazemos é a transposição de normativos comunitários e a sua adequação à realidade concreta da RAA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, se me permite o Sr. Secretário Regional do Ambiente vai levar um prémio da Troika por elevada produtividade.

Portanto, nesse sentido, eu queria solicitar a V. Ex^a. um intervalo de 30 minutos, devido à complexidade das propostas de alteração e à altíssima

produtividade do Sr. Secretário. O diploma é complexo e precisamos, realmente, de mais tempo.

Presidente: Portanto, o Sr. Deputado pede um intervalo?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): De 30 minutos. Justifiquei. V. Exa. não ouviu, mas era um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Muito bem Sr. Deputado. É regimental. Regressamos às 18 horas e 40 minutos.

Eram 18 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a continuação do debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – Regime geral de prevenção e gestão de resíduos**. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Eram 18 horas e 47 minutos.

(*) Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo óbvio, que é o olhar para o documento e ver a sua dimensão. Este diploma é um documento muito extenso que embora tenha o mérito de compilar legislação dispersa em matéria de gestão de resíduos, a sua dimensão irá dificultar sobremaneira o trabalho de quem com ele tiver que trabalhar, principalmente ao nível da implementação, da fiscalização que atendendo à sua complexidade, à sua dimensão, à extensa lista de contra-ordenações e ao elevado número de entidades envolvidas, é de prever que, com a escassez de meios que todos nós conhecemos, a fiscalização não vá funcionar com a eficácia desejada.

É bom também não esquecer que ainda falta toda a regulamentação que o complementar e ainda os fluxos específicos como o Sr. Secretário referiu na sua explanação.

Por isso este diploma corre o risco de se tornar um plano para não executar e para dizer que temos um regime de gestão de resíduos na Região.

Existem, no entanto, alguns aspectos positivos que gostaríamos de realçar: a criação dum mercado de resíduos na Região, por forma a garantir um tratamento dos resíduos produzidos nas diferentes ilhas e a aplicação, em termos genéricos, do princípio do poluidor/pagador.

No entanto, em alguns aspectos este princípio cai por terra quando trata por igual aquilo que é diferente.

Por exemplo, o artº. 62º. diz que “os resíduos sejam aceites no centro de processamento sem encargos para os seus produtores, independentemente da quantidade ou do tipo de resíduo”.

O artº. 13º. refere que “os tarifários devem ser comuns a todos os utilizadores...”, não fazendo referência ao tipo de resíduo.

Tratar por igual aquilo que é diferente não nos parece que seja a melhor forma de promover as boas práticas.

Por outro lado, e a avaliar até pelo parecer da Associação de Municípios, existem diversos pontos deste diploma que ferem claramente a autonomia dos municípios.

Outro aspecto que o diploma tem é o excesso número de deferimentos tácitos.

O PSD entende que estes pontos, todos estes conflitos que estamos aqui a detectar e estas violações principalmente ao nível do princípio do poluidor/pagador e ao nível da competência dos municípios, devem ser objecto de reflexão e devem ser adequados para bem da melhor implementação deste diploma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A olhar para a dimensão e para o volume facilmente se prevê que só poderia ter vindo da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e esperemos que não apareça nada mais complicado ao longo da legislatura.

Sr. Secretário, o senhor hoje é “uma no cravo, outra na ferradura”.

Aliás, já hoje teci-lhe aqui elogios relativamente ao diploma que criou o Parque Marinho, já o critiquei relativamente ao diploma que extinguiu a SPRAçores e agora vou ter também de lhe fazer algumas críticas relativamente ao projecto que nos apresenta aqui e que nem sequer tem a ver com a dimensão e com o volume.

Posso começar por reconhecer a bondade da iniciativa ao pretender agregar um conjunto de legislação sobre esta matéria, mas a verdade é que há algumas questões que eu quero referir já foram referidas, mas não posso deixar de dizer o seguinte.

Primeiro, e ao contrário do que é a posição do PSD, a desgovernamentalização. Abrindo caminho com a criação dum mercado de resíduos na Região para um negócio que pode ser altamente lucrativo para os privados mas que resultará sempre, mas sempre, em custos para o erário público e para os cidadãos, não me parece que este seja o melhor caminho, apesar de sabermos que o Governo do PS há muito que adoptou por esta estratégia. Não sei até quando, mas se calhar quando atingirmos alguma situação de ruptura, depois teremos de arrepiar caminho.

Há aqui uma outra questão que é fundamental para nós e que tem a ver independentemente de algumas críticas que se possam fazer às autarquias na gestão dos resíduos, mas a verdade é que V. Ex^a. acaba por passar uma esponja pelos poderes das autarquias, subalterniza, não respeita e caminha em frente nessa sua senda, nesse seu caminho onde não olha para o lado.

Mas, tem também aqui uma outra questão e que não é uma opção jurídica, é uma opção claramente política, e isso é que é grave e que tem a ver com os deferimentos tácitos.

Já criticámos aqui outros diplomas, aliás da sua autoria e que tem a ver com essa opção do deferimento tácito que me parece de facto que é uma opção política, não é uma figura jurídica, ou uma opção jurídica e lamentamos que assim aconteça.

Em última análise se um dos intervenientes no processo pretender instalar qualquer coisa no centro de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo ou na Horta, e os serviços não lhe derem resposta, enfim, está tacitamente diferido.

Não me parece que isso seja o melhor.

(Apartes inaudíveis dos Deputados Francisco César e Artur Lima)

O Orador: Seja o que for essa burocracia que Vs. Exas. estão a referir em termos de aparte, certamente serviria para proteger os cidadãos e a qualidade ambiental que todos nós, supostamente, defendemos.

Mas há ainda outras questões que têm a ver com o facto do Sr. Secretário Regional ter afastado, pela adopção de uma consulta pública simplificada, os cidadãos desta matéria e também o facto do Conselho Regional de Ambiente não ter aqui nenhuma competência ao nível destas matérias.

Portanto, por estes motivos a Representação Parlamentar do PCP, irá votar contra o diploma.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada Sr. Presidente. Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O incremento da qualidade ambiental é um dos principais desafios da actualidade.

Conseguir manter os ecossistemas naturais, proteger os oceanos e os recursos hídricos, minimizar os impactos ao nível da poluição dos solos, são aspectos associados à qualidade ambiental que não podem de forma alguma ser descorados.

Nesse contexto há que ter especial atenção à determinação das regras e procedimentos conducentes a uma correcta gestão dos resíduos, desde a recolha até ao tratamento.

Tendo em conta estas preocupações a Comunidade Europeia tem concebido um quadro legislativo bastante exaustivo em matéria de resíduos, abrangendo todas

as áreas de intervenção e todas as tipologias de resíduos, independentemente da natureza dos mesmos.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que esta Assembleia está a analisar, tem o mérito de transpor o actual para o ordenamento jurídico regional da legislação comunitária existente a nível da gestão e prevenção de resíduos, englobando a legislação regional já emanada.

Este é de facto um aspecto que o Grupo Parlamentar quer realçar e que no nosso entender beneficia em larga escala a consulta de legislação por parte de técnicos que irão aplicá-la, não só na administração pública regional, mas também a empresas que desenvolvem actividades comerciais ao nível da gestão dos resíduos e já são muitas a desenvolver essas actividades.

Esta foi mesmo uma questão levantada e realçada pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, quando foi ouvida em Comissão.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em análise enquadra-se no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos nos Açores, sendo em primeira instância um documento técnico que adapta aos Açores as normas técnicas a respeitar nas operações de gestão de resíduos perigosos, hospitalares, construção e demolição, bem como os procedimentos ao nível do transporte de resíduos e gestão dos aterros sanitários.

Determina ainda os procedimentos associados ao licenciamento das operações de gestão de resíduos, modo de concessão dessas operações e os critérios a que tem que obedecer a produção de embalagens.

Ainda é definido o sistema regional de informação sobre resíduos que agregará toda a informação associada à produção, importação, exportação e gestão de resíduos dos Açores, bem como das entidades operadores de gestão de resíduos que actuam nos sistemas.

Esta é sem dúvida uma mais-valia para a Região que poderá controlar, monitorizar, cruzar dados e verificar incumprimentos associados às operações de gestão de resíduos e assim promover a prevenção da poluição.

Este é um diploma que no entender deste Grupo Parlamentar será determinante para uma boa gestão dos centros de processamento de resíduos que são investimentos deste Governo Regional.

Estes são, aliás, investimentos que provam que este Governo Regional representa a sua grande consciência e o seu grande conhecimento das reais questões ao nível do saneamento básico, nomeadamente a gestão dos resíduos.

O Grupo Parlamentar irá votar favoravelmente a proposta na generalidade, ...

Deputado João Costa (PSD): Não!!!

Deputada Aida Santos (PSD): Não acredito! O PS vai votar a favor!

A Oradora: ... tendo apresentado, no entanto, algumas propostas de alteração que constituem o nosso contributo para a correcta gestão de resíduos nos Açores.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria pelo fim e por uma questão que percorreu praticamente todas as intervenções dos Srs. Deputados, além de agradecer obviamente o apoio.

Deputado João Costa (PSD): Pensei que ia agradecer o voto favorável do PS!

O Orador: Gostaria de dizer, embora não me caiba a mim dizer quais são as posições dos Grupos Parlamentares, porque a matéria foi devidamente negociada, que as questões que dizem respeito ao deferimento tácito, que aliás nem sequer foram introduzidas de novidade, foram carreadas de diplomas anteriores, estão neste momento aceites pelas diversas propostas, uma do BE, outras do PSD, no sentido da sua eliminação e creio que é consensual o desaparecimento, ou seja, não haverá em ponto algum do diploma deferimento tácito.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos a discutir a proposta inicial!

O Orador: Claro, Sr. Deputado, por isso mesmo, com as devidas ressalvas, queria dizer que era para eliminar das suas preocupações essa questão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não! Vamos lá ver! Estamos a discutir a proposta inicial!

O Orador: A outra questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires tem a ver com a questão da consulta pública simplificada.

Não há em parte nenhuma deste diploma nenhuma menção de consulta pública simplificada, até porque as funções do Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentado que tem de facto que dar parecer nesta matéria estão contidas num Decreto Legislativo Regional que está em vigor, que foi aprovado por esta câmara e, portanto, este diploma em nada belisca essas competências.

Por outro lado, também qualquer operação de gestão de resíduos está sujeita à orientação do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, que é um diploma de Decreto Legislativo Regional e que está também em vigor, diploma esse que quer na sua elaboração, quer nas suas subseqüentes revisões, necessariamente, foi sujeito a consulta pública, nos termos legalmente estabelecidos.

Portanto, não há em lado algum deste diploma, nem há qualquer intenção de aligeirar a participação do público em qualquer matéria referente a resíduos. Pelo contrário, todas as questões que estão aqui, estão todas sujeitas a uma orientação estratégica que é aprovada por um plano estratégico objecto de discussão pública obrigatória.

A execução do Plano está sujeita aos relatórios e às análises que são feitas no Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme está estabelecido no próprio diploma que o criou e que foi aprovado por esta câmara.

A outra questão que também é levantada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e que tem a ver com a desgovernamentalização e com a possibilidade de negócios de privados.

Sr. Deputado, infelizmente os resíduos, não vão com certeza fazer enriquecer ninguém, embora eu já tenha visto um filme sobre a “Rainha da Sucata”, mas isso creio que foi em outros tempos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, como V. Exa. muito bem sabe é um excelente negócio!

Deputado Berto Messias (PS): Concretize lá isso, Sr. Deputado: é um excelente negócio!

O Orador: Neste momento, e com este enquadramento Sr. Deputado, dificilmente alguém fará uma grande fortuna, mas a verdade é que os resíduos abrem sim a possibilidade de criar emprego, de criar mais economia nas nossas ilhas e a possibilidade, e isso é que é extremamente importante, de pequenas empresas em cada uma das nossas ilhas entrarem neste negócio, aproveitando um recurso que até agora foi para a lixeira.

Ninguém está a retirar nada a ninguém. Estamos pura e simplesmente a aproveitar algo que tradicionalmente foi desperdiçado e que pode ter um valor, embora pequeno, mas pode tê-lo e já o tem.

Nesta altura já existe, um pouco por toda a Região, um conjunto de empresas que se dedicam a diversos ramos de gestão de resíduos com resultados que são razoáveis, que geraram algum emprego e esperemos que cresçam.

Portanto, não há aqui nenhuma retirada de algo que é de nós todos para entregar a privados, há sim a possibilidade de privados aproveitarem aquilo que nós deitamos fora, sem proveito para ninguém.

A outra questão, e esta aqui decorre da intervenção do Sr. Deputado Paulo Ribeiro, tem a ver com o relacionamento com as autarquias. Não é retirada nenhuma competência às autarquias, as autarquias mantêm as competências de gestão em baixa dos resíduos que legalmente lhes competem.

O que nós estamos a regular é a parte em alta, parte essa que nunca foi, nem é competência exclusiva das autarquias, é sim uma área partilhada, já que as autarquias têm que encontrar o destino adequado para os resíduos que recolhem, mas não é da sua responsabilidade gerir esse sistema em alta, sistema esse que para a maior parte dos resíduos neste momento já é gerido por entidades gestoras que são normalmente empresas sem fins lucrativos, ou associações dos diversos interessados, normalmente os industriais que

produzem os resíduos dentro do princípio da responsabilidade alargada do produtor que fazem essa gestão.

Portanto, aquilo que aqui fazemos é sim regular os aspectos em alta e regulá-los de forma que essa responsabilidade que é partilhada fique bem clarificada e fique a perceber-se quem faz o quê.

Não é beliscada em nada a autonomia municipal, já que as questões que são competência exclusiva da autarquia têm a ver com a recolha dos resíduos urbanos e com a sua entrega num destino final adequado, em nada é para aqui chamada, nem é interferida.

Portanto, as questões que são reguladas aqui são questões que são de facto matéria da competência da Região e que devem ser geridas pela Região.

Um outro aspecto que também o Sr. Deputado Paulo Ribeiro aqui trouxe e que me parece ser muito importante esclarecer tem a ver com as questões dos encargos dos produtores e com a questão da aplicação do princípio de poluidor/pagador.

Esse princípio do poluidor/pagador está a ser clara e concretamente respeitado.

A referência que o Sr. Deputado faz ao artº. 62º. creio que resulta de um equívoco, (não quero que o Sr. Deputado tenha a mesma reacção que teve ali o Sr. Deputado Aníbal Pires) dizer que estamos a discutir na generalidade e não as alterações. Queria apenas chamar-lhe a atenção para uma clarificação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade?

O Orador: É verdade Sr. Deputado. Não o quis beliscar a si e também estou *a priori* dizendo em relação ao Sr. Deputado do PSD, para que não se gere o mesmo tipo de reacção.

Dizer-lhe que de facto nunca foi intenção do proponente, neste caso do Governo, desonerar os produtores da responsabilidade de pagar. Havia sim uma questão de leitura que não estava suficientemente clara que é a aplicação dos limites, dos mil e cem litros e duzentos e cinquenta quilos. Por que é que queremos alterar? Porque neste momento se o Sr. Deputado tiver na sua casa um volume qualquer de resíduos que esteja dentro dos limites que a autarquia recolhe, a autarquia leva da sua casa sem qualquer pagamento.

Mas se o Sr. Deputado quiser pegar nos mesmíssimos resíduos e os quiser entregar ao aterro ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Paga!

O Orador: ... vão-lhe cobrar. Resultado. O que é que acontece? Neste momento a maior parte das pessoas reage da seguinte forma: querem-me cobrar, então vou pôr para a ribeira ou para a canada. Se o fizer a mesmíssima autarquia vai gastar dinheiro a recolhê-los e vai colocá-los no aterro, sem cobrar nada obviamente, ou seja, tudo isso resulta apenas dum desperdício de dinheiro e de tempo que não serve a ninguém.

Portanto os centros de recolha de resíduos com os limites estritos que existem para aquilo que é a recolha nas nossas casas, devem receber os resíduos.

De facto, a redacção não estava muito clara, induzia nesse erro. Queria aqui esclarecer que quem for entregar um resíduo à lixeira está sujeito aos mesmos limites que está se o entregar à autarquia à porta da sua casa.

Portanto, estamos a falar na mesmíssima regra.

Se é um produtor industrial, se tem grandes quantidades e portanto cai dentro daquilo que já pagaria se tivesse na sua casa, pois pagará rigorosamente a mesma coisa se o for entregar à porta da lixeira.

O objectivo é acabar com o incentivo à proliferação de lixeiras clandestinas que a actual regra impõe, porque de facto as pessoas quando têm as coisas num carrinho ou num tractor qualquer e chegam à porta da lixeira e dizem que tem que pagar a reacção é: não pago e despejam as coisas logo ao lado.

Resultado: advém daí um prejuízo para todos nós que temos que financiar a recolha e o material entra no aterro rigorosamente da mesma maneira que teria entrado se não tivesse pago.

É isso que está a ser resolvido e é isso que diz o artº. 62º.

Em relação à questão da dimensão do diploma e da dificuldade em aplicá-lo.

Sr. Deputado é muito mais fácil aplicar um diploma por maior que ele seja do que aplicar 32 diplomas, quando esses inclusivamente têm partes derogadas e revogadas e foram escritos em tempos diferentes e com linguagem diferente.

É verdade que o diploma é complexo, mas este diploma resulta numa enorme simplificação em relação à actual situação.

Na actual situação é um dossier deste tamanho cheio de diplomas que dizem coisas diferentes e que foram escritos em tempos diferentes.

Se o Sr. Deputado acha difícil aplicar este diploma então o que é que achará da actual situação em que a dificuldade é muito maior?

Portanto, há aqui uma tentativa de simplificação, de redução da burocracia. Reduzem-se prazos, reduzem-se passos desnecessários dos licenciamentos, faz-se um conjunto enorme de simplificações que também têm um efeito importante na economia, reduzem os custos de contexto particularmente para os pequenos industriais e para os pequenos comerciantes que no actual contexto e com a actual regulação têm imensa dificuldade em conseguir fazer uma gestão adequada dos seus resíduos.

Isto fica tudo muito mais simplificado, muito mais simples, reduzindo de facto os custos de quem, no exercício de uma actividade profissional qualquer, ou no exercício de um comércio qualquer, produz resíduos.

Os beneficiários vão ser além dos comerciantes, estabelecimentos hoteleiros, estabelecimentos de saúde, os restaurantes, etc. Todas essas entidades têm claros benefícios, quer na clareza em relação às regras que têm que seguir, quer na simplificação de toda a burocracia associada à gestão de resíduos.

Há de facto aqui um esforço enorme de celeridade, simplicidade e coerência em toda a estrutura, coisa que na actual legislação não existe.

Eu creio que a crítica de que o diploma é grande apenas pode ser atribuída ao facto do diploma ser de facto um diploma complexo que lida com um mundo extremamente complexo que é o mundo dos resíduos.

Quanto à parte que fica por regulamentar, a parte das fileiras específicas, é muito mais simples, muito mais directo porque tem a ver essencialmente com a relação entre a gestão e os gestores, com os gestores das fileiras, ou seja, as diversas entidades que têm obrigação legal ou contratual de receber os resíduos e de lhe dar encaminhamento final e que não pôde ser aqui incluído, dada a grande notabilidade dessas entidades e o facto do ponto de vista depois da

ordenação lógica do diploma ser extremamente difícil encaixá-lo numa estrutura única, porque aí estamos a falar de áreas especializadas que só interessarão a este ou àquele sector de actividade.

A questão da gestão, por exemplo, dos óleos usados de automóveis vai interessar os garagistas, mas não interessará aos hotéis; a questão dos equipamentos eléctricos, electrónicos interessará a todos nós, mas não interessa aos industriais porque esses têm regras específicas, que é um conjunto de matérias que tem que ser regulado de forma diferente e é por isso que não foi aqui incluído.

Creio ter respondido às questões colocadas pelos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário acabou por enumerar algumas das questões que eu ia frisar, no entanto penso que não é de mais voltar a salientá-las.

De facto, é nosso entendimento, parece-me que generalizado, ou quase, que é um documento muito técnico, que é um documento exaustivo e de enorme complexidade.

O Sr. Secretário, em resposta ao Sr. Deputado Paulo Ribeiro, dizia que o Sr. Deputado achava isso mesmo, que era complexo, que era muito técnico. Quero dizer que eu penso que não. Os próprios operadores na Região, louvando a iniciativa e compilando aquela que era a legislação dispersa em mais de 30 diplomas, agregado agora só num, tornando-se numa mais-valia, não deixaram de dizer, e foi isso que nós ouvimos no âmbito das audições na Comissão, que seria muito complexo e que dificilmente conseguiriam colocar em prática aquilo que agora o diploma exigiu.

Foi isso que nos foi transmitido, por isso parece-me que não é opinião dos Deputados, mas si daqueles que operam na área dos resíduos na Região.

De facto, como acabei de frisar, o documento tem a virtude de agregar os mais de 30 diplomas dispersos e desfasados no tempo, porque muitos deles como

dizia, e bem o Sr. Secretário, foram feitos há muitos anos e já não se colocariam em prática.

Outra das questões que para nós é positiva é aquela que o Sr. Secretário acabou de frisar, que se tratava duma injustiça perante os cidadãos, para além do abandono dos resíduos sólidos em lugares impróprios por toda a Região.

De facto não era correcto, quando um cidadão paga a taxa de resíduos sólidos ao município para ir colocar lixo, que até não tem custo ao município, quando o vá colocar lá na sua própria viatura ter que pagar, o que fazia muitas vezes com que acabavam por abandonar esses lixos e esses resíduos em lugares impróprios.

Portanto essa também é uma das mais-valias que tem o documento e que toca a todos, ao cidadão comum no seu dia-a-dia.

Outra das questões é de facto o número de propostas apresentadas pelos diversos partidos aqui presentes ao documento inicial, pese embora ainda não ter sido votado e algumas delas coincidentes de várias forças políticas, vem otimizar e vem ajudar a torná-lo mais eficaz e melhor.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira, por um lado dar-lhe razão, de facto o diploma é complexo, é difícil, mas estamos a falar de uma das áreas mais complexas de qualquer política ambiental e mesmo do ponto de vista técnico da área ambiental.

Quando nós falamos em resíduos estamos a falar duma diversidade tão grande de materiais, com composições químicas e com características físicas tão diferentes que necessariamente estamos perante uma área de grande complexidade que é intrínseca à própria questão.

Por outro lado, também esta é uma das áreas com um maior nível de regulação a nível comunitário.

Isto acontece por duas razões: por um lado, obviamente, dada a relevância ambiental da matéria e o efeito que tem sobre o ambiente, mas também e se calhar, isso é mais importante do ponto de vista da legislação comunitária dadas as enormes implicações que a gestão de resíduos tem no âmbito da competitividade relativa das diversas economias.

É completamente diferente produzir, ter uma fábrica que produz qualquer coisa num País em que há uma forte regulação de resíduos ou tê-lo num País em que isso não existe e as vantagens competitivas que se geraria, dentro da União Europeia, de diferentes jurisdições, tivessem diferentes abordagens à questão dos resíduos, induziria diferenças de competitividade que destroçariam o mercado interno.

Daí que a própria União Europeia tenha produzido uma quantidade enorme de regulamentação sobre resíduos e que esta seja uma daquelas áreas em que menos liberdade de conformação existe para os Estados Membros, já que praticamente todos os aspectos da gestão de resíduos estão regulados exactamente com esta lógica de evitar as distorções do mercado interno.

Daí que o diploma que faz a transposição desses normativos comunitários necessariamente tenha que reflectir essa complexidade inerente ao sector de resíduos e também essa complexidade normativa que resulta da fortíssima regulamentação comunitária que incide sob toda esta matéria.

Daí que a maior parte das tabelas e a maior parte das soluções que estão contidas neste diploma são soluções que resultam da própria aplicação dos normativos comunitários já que estamos obrigados a tudo isso.

De facto, cria-se um regime de grande exigência que vai requerer da nossa parte, da parte Região Autónoma dos Açores, e especificamente da Secretaria do Ambiente, das autarquias e dos operadores, particularmente dos gestores de fileira de resíduos, formação nessa matéria.

Não é que se estejam a introduzir regras novas, elas já existem, ou seja, praticamente todas as regras que aqui estão, por esta ou por aquela forma, com muito poucas variações, já existem.

O que é preciso é de facto, posta a questão de forma ordenada e organizada, fazer uma abordagem, que tem que ser sectorial, com formação dos diversos actores, desde a parte governamental, até à parte autárquica e aos próprios produtores de resíduos, no sentido de lhes dar cumprimento.

A verdade é que o desafio que se coloca perante nós, é um desafio enorme, face às metas que estão legalmente estabelecidas pela União Europeia, nós infelizmente estamos bastante afastados.

Portanto, o cumprimento dessas metas, que são metas impositivas e obrigatórias para todos os Estados Membros, vai exigir de facto um grande investimento e uma grande vontade política no sentido de chegarmos lá.

É por causa disso que o Governo resolveu investir nos Centros de Processamento de Resíduos em todas as ilhas pequenas e em conjunto com as autarquias das ilhas mais populosas estar também a fazer um investimento que visa exactamente dar resposta e permitir atingir as metas.

De facto, a actual situação é nós estarmos objectivamente nas antípodas daquilo que são as orientações que deveríamos seguir. Continuamos a ter algumas ilhas em que a percentagem de resíduos recuperados para reciclagem ou reutilização é mínima e a quantidade que vai para aterro, ou pior do que isso, que vai para aterro não controlado, é extremamente elevado.

Portanto, há de facto uma enorme exigência que é colocada perante todos nós e que é colocada essencialmente às autarquias nas vertente dos resíduos domésticos ou resíduos urbanos e aos industriais e comerciantes, na vertente dos resíduos não urbanos que exige uma especial atenção e um especial esforço e é esse o objectivo, quer desta regulamentação que também corresponde à operacionalização de uma das medidas do PEGRAA que diz que a Região deve fazer isto. Portanto, nós estamos a cumprir um dos objectivos que está no próprio Plano Estratégico de Gestão de Resíduos e este diploma dá resposta a esse requisito e também indica um caminho no sentido de nós cumprirmos as metas de reciclagem, de reutilização e de reaproveitamento de materiais a que estamos legalmente obrigados.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário disse que o diploma não fere, em ponto algum, a autonomia dos municípios.

No entanto quero relembrar que o artigo 112º., por exemplo, obriga a que as autarquias adiram a sistemas multimunicipais de gestão em alta, ou o artº. 23º. que prevê um parecer vinculativo, por parte da autoridade ambiental em relação aos planos municipais de gestão de resíduos.

Em relação ao princípio do poluidor/pagador, o artº. 130º diz expressamente: “o concessionário deve aplicar um tarifário comum a todos os utilizadores a quem preste serviços”, esquece de dizer que isso dependerá do tipo de resíduos. Trata tudo por igual, aquilo que é diferente.

Há outra coisa que o diploma não é claro que tem a ver com a questão de harmonização das tarifas a nível regional. Como é que isso será feito? Como é que se garantirá que, por exemplo, os Centros de Processamento de Resíduos no Corvo, praticarão tarifários idênticos ao de S. Miguel?

A ideia será criar Centros de Processamento de Resíduos em algumas ilhas e depois fazer o transporte de forma gratuita até esses centros.

Em relação ao que diz o Sr. Deputado Aníbal Pires, que neste momento não se encontra aqui, o Sr. Deputado fala que o mercado de resíduos é um negócio que o PSD é favorável. Sim, o PSD é favorável a que seja concessionado aquilo que poderá servir para o desenvolvimento da Região e que seja uma oportunidade de desenvolvimento e que o Estado não esteja permanentemente e em tudo imiscuído, até porque depois criam-se aqui ciclos, circuitos que não ficam muito bem claros.

O PSD é favorável à criação dum mercado de resíduos e entende que o ambiente é uma oportunidade de desenvolvimento, até porque é uma oportunidade também de criação de emprego.

Presidente: Secretário Regional do Ambiente e do Mar lembro-lhe que lhe restam apenas 3 minutos para intervir neste diploma.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dar razão ao Sr. Deputado, mas em relação às questões que colocou deixe-me esclarecer o seguinte.

A primeira questão, de facto o Sr. Deputado também o disse, em alta. Em alta não é competência da autarquia.

Portanto, o que é que isso quer dizer? O que isso quer dizer é que na parte em alta tem que haver algum nível de regulação, mas ainda assim o Grupo Parlamentar do PS tem uma proposta no sentido de esclarecer essa linguagem.

Mas de qualquer forma estávamos a falar em alta numa área que é competência da Região e não competência autárquica.

Quanto à questão do parecer vinculativo: o parecer vinculativo é importante nas matérias que obviamente são da competência da Secretaria.

Não podemos estar a dar pareceres sobre questões que não são competência legal.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Mas isso não está lá escrito!

O Orador: Mas é óbvio que é assim. Não se dá parecer sobre a cor do papel em que venha o pedido e não é isso que estamos a dizer.

Por que é que é preciso um parecer vinculativo?

Os Planos Municipais de Gestão de Resíduos têm que ser coerentes com o PEGRAA, que obriga todos. As autoridades públicas ficam todas obrigadas pelo PEGRAA, têm que ser coerentes com o PEGRAA e portanto é preciso verificar essa coerência e têm que ser coerentes com os tecnosistemas que estejam criados e que existam. Caso contrário podemos estar a fazer um investimento de milhões de euros para coisa nenhuma.

Vamos imaginar que se constrói o Centro de Resíduos do Faial e que a Câmara da Horta diz: não, eu quero enviar os meus resíduos para o Pico.

Portanto, obviamente que há uma palavra que tem de ser dita por quem tem obrigação de gerir os resíduos em alta.

Quanta à questão do tipo de resíduos o Sr. Deputado tem toda a razão mas é uma interpretação muito estrita do que lá está escrito. Obviamente, neste

momento os resíduos já têm preços diferentes e não passou pela cabeça de ninguém, que trabalhou no grupo de trabalho que fez isso, que se pudesse colocar essa dúvida.

Como o Sr. Deputado a colocou e as autarquias colocaram-na, creio que o Grupo Parlamentar do PS também já aceitou que se possa fazer essa alteração de forma que fique claro, mas obviamente que os resíduos sempre tiveram e terão preços diferentes consoante a sua tipologia, até porque há resíduos que têm valor positivo. Se eu for entregar cobre, por exemplo, não vou pagar para o entregar, vou receber porque entreguei.

Portanto, obviamente que isto sempre foi assim e será assim porque não podemos tratar os resíduos todos da mesma maneira porque eles são diferentes.

Quanto à questão da harmonização de tarifas essa não é uma matéria que esteja neste diploma, porque ela já foi tratada por esta Assembleia quando criou a entidade reguladora a ERSAR e que colocou essas competências, inclusivamente estabeleceu nesse mesmo diploma a orientação global de como é que deve ser gerida essa matéria.

Essa matéria de regulação de preços não está aqui, nem deve aqui estar, porque foi objecto de diploma específico.

Muito obrigado.

Presidente: Agora sim, creio que não há mais intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Líderes Parlamentares, eu pedia que se acercassem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Retomamos amanhã os nossos trabalhos com o PTAP.

A todos muito obrigado. Boa noite e bom jantar.

(Eram 19 horas e 25 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António André Pimentel

José Gaspar Rosa de Lima

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Correspondência

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Determina a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações, nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, com vista a proceder a uma avaliação do respectivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção. (N.º 18/XII - N.º 162/IX)

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 26

Comissão: Comissão de Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – OUTUBRO – 17;

Assunto: Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) – (N.º 21/XII N.º 163/XII)

Autor: Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 26

Comissão: Comissão de Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – OUTUBRO – 17.

2 – Projecto de Resolução:

Assunto: [Serviço de Rádio e Televisão nos Açores \(n.º 53/2011\)](#)

Autor: Apresentado por um grupo de Deputados

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 27.

3 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Aproveitamento Hidroeléctrico Reversível na Lagoa das Furnas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.09.27

Referência: 54.04.02 – N.º 500/IX.

4 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a declaração da urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução - “Serviço de Rádio e Televisão nos Açores” – (n.º 53/2011)

Autor: Apresentado por um Grupo de Deputados

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 27.

5 – Relatórios e Pareceres

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 09 – 27;

Assunto: [Sobre o Projecto de Lei nº 39/XII \(BE\) – “Lei de Bases do Ambiente”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 09 – 27;

Assunto: [Sobre o Projecto de Lei nº 52/XII \(BE\) – “altera a Lei-Quadro do serviço de informações da República Portuguesa em matéria de impedimentos e acesso a documentos”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 09 – 27.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado